

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL – UEMS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
E DE SISTEMAS PRODUTIVOS - PPGDRS**

JOSÉ BRITES DOS SANTOS

**PATRIMONIALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DE AMAMBAI/MS:
desenvolvimento, história e cultura**



**PONTA PORÃ - MS
2021**

JOSÉ BRITES DOS SANTOS

**PATRIMONIALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DE AMAMBAI/MS:
desenvolvimento, história e cultura**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Ponta Porã/MS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Dinâmicas do Desenvolvimento Regional

Orientador: Dr. Fabricio Antonio Deffacci

Co-Orientador: Dr. Carlos Otávio Zamberlan

PONTA PORÃ - MS

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

JOSÉ BRITES DOS SANTOS

**PATRIMONIALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DE AMAMBAI/MS:
desenvolvimento, história e cultura.**

DISSERTAÇÃO APRESENTADA PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE
MESTRE EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DE SISTEMAS
PRODUTIVOS (PPGDRS/UEMS)

Aprovada em _____ de _____ de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Dr. Fabricio Antonio Deffacci (UEMS) _____

1º Examinador:

Dr. Fábio Luiz de Arruda Herrig (UFRR) _____

2º Examinador e Co-Orientador:

Dr. Carlos Otávio Zamberlan (UEMS) _____

3º Examinador:

Dr. Moisés Centenaro (UEMS) _____

4º Examinador:

Dr. Carlos Buesa Buson (UNED) _____

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todo o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, corpo docente e discente, do qual fico lisonjeado por dele ter pertencido.

AGRADECIMENTOS

A Deus, porque na Sua ausência o Nada seria possível;

Aos meus filhos, minha razão de viver, a todos os que me ajudaram ao longo desta caminhada;

À minha querida família, que tanto admiro, dedico o resultado do esforço realizado ao longo deste percurso;

À minha mãe e ao meu pai falecido, a quem agradeço as bases que deram para me tornar a pessoa que sou hoje;

Ao senhor Edson, secretário do PPGDRS, por toda a ajuda prestada, a equipe de zeladores e da manutenção;

Às mães dos meus filhos;

Ao meu orientador, sem o qual não teria conseguido concluir esta difícil tarefa;

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPGDRS) da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul.

“A moralidade mais sublime é aquela na qual a divindade se acrescenta à nossa humanidade; consiste no fato de os atributos divinos de Deus se expressarem nas virtudes humanas com as quais o homem foi criado.”

Witness Lee

RESUMO

O objeto dessa pesquisa é a patrimonialização territorial de Amambai/MS a partir dos elementos históricos e culturais presentes na memória coletiva. Para tanto, soma-se a esse esforço a compreensão do fenômeno do desenvolvimento regional à luz da patrimonialização territorial. No que concerne ao objeto proposto, o objetivo geral é promover o levantamento da identidade cultural de Amambai a partir de produtos específicos que estão na mentalidade histórica da população. Enquanto objetivos específicos temos: 1) Analisar a correlação entre desenvolvimento regional e mentalidade histórica; 2) Indicar a correlação possível entre a patrimonialização territorial e as estratégias do planejamento; 3) Trazer à tona para interpretação elementos socioautobiográficos e conteúdos socioculturais presentes na memória coletiva e que sejam capazes de expressar aspectos da identidade cultural de Amambai/MS. A metodologia será articulada em três momentos: Eu-Identidade, Descrição Densa e Observação Participante, o que implica em uma pesquisa qualitativa e interpretativa, com ênfase para a coleta bibliográfica. Acreditamos que o resultado dessa pesquisa contribuirá para a construção de pesquisas e ações futuras direcionadas para a patrimonialização do território de Amambai/MS, bem como a promoção do desenvolvimento regional.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Regional; Patrimonialização Territorial; Memória Coletiva; Identidade Cultural; Amambai/MS.

ABSTRACT

The object of this research is the territorial patrimonialization of Amambai/MS from the historical and cultural elements present in the collective memory. To this end, this effort is added to the understanding of the phenomenon of regional development in the light of territorial patrimonialization. Regarding the proposed object, the general objective is to promote the survey of the cultural identity of Amambai from specific products that are in the historical mentality of the population. As specific objectives we have: 1) Analyze the correlation between regional development and historical mentality; 2) Indicate the possible correlation between territorial patrimonialization and planning strategies; 3) Bring to light for interpretation socio-autobiographical elements and sociocultural contents present in the collective memory and that are capable of expressing aspects of the cultural identity of Amambai/MS. The methodology will be articulated in three stages: I-Identity, Dense Description and Participant Observation, which implies a qualitative and interpretive research, with emphasis on bibliographic collection. We believe that the result of this research will contribute to the construction of research and future actions aimed at the patrimonialization of the territory of Amambai/MS, as well as the promotion of regional development.

KEYWORDS: Regional Development; Territorial Heritage; Collective Memory; Cultural Identity; Amambai/MS

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. DESENVOLVIMENTO REGIONAL: HISTÓRIA, CULTURA E MEMÓRIA	20
2. PATRIMONIALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	34
3. PATRIMONIALIZAÇÃO DOS ELEMENTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS DE AMAMBAI	51
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	111

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento regional deve ser compreendido como um conjunto de estratégias e ações que têm como foco primordial a melhoria da qualidade de vida da população. Para isso, uma série de interrogações podem ser abertas em torno das formas adequadas para a implantação de projetos que visam a concretização do desenvolvimento regional. Dentre elas, destacamos as seguintes: como deve ser elaborada a metodologia? Qual o foco específico para a inserção dos projetos? Como determinar os agentes e atores sociais encarregados da concretização dos projetos mediante a complexidade da realidade social sobre a qual se pretende promover o desenvolvimento regional? Tais questionamentos remetem ao ponto de partida das investigações que se propõem à criação e consolidação por intermédio da pesquisa científica, visando a melhoria da qualidade de vida de uma população específica.

Diante disso, a perspectiva do desenvolvimento regional passa a ter como ponto de partida o conhecimento ampliado dos fenômenos históricos, sociais, culturais, políticos, econômicos e entre outros que contribuem para a caracterização mais próxima possível do complexo da realidade social. Isto é, cabe ao pesquisador trazer à tona elementos qualitativos que em sua articulação dimensionam a população a ser atendida na implantação posterior de ações concretas. Este é o caso inerente à presente pesquisa, a qual se dedica à compreensão de inúmeros aspectos que, quando correlacionados, deverão indicar a constituição de uma realidade social específica.

Portanto, a presente pesquisa considera o fenômeno do desenvolvimento social em sua dimensão singular, ou seja, distante de caracterizações conceituais, globalistas e universais. Esse traço da pesquisa parte do pressuposto de que o desenvolvimento regional requer a aproximação com a dimensão territorial das comunidades contempladas, colocando em evidência seus aspectos históricos e culturais, os quais podem elucidar potencialidades que, quando combinadas estrategicamente, tendem a superar os entraves e condicionantes presentes que colocam a população em situação de fragilidade ou vulnerabilidade social.

A busca por este caminho na presente pesquisa levou a investigação para o âmbito da patrimonialização territorial, com a qual viabilizaremos a reflexão acerca das demandas e potencialidades do município de Amambai/MS em seus diferentes segmentos. Com relação às potencialidades, a pesquisa apresenta e problematiza aspectos específicos envolvidos em um contexto de formação da história e da cultura de um povo. Quanto às demandas, há uma soma incalculável de necessidades presentes nos diferentes segmentos da população e que, quando resumida em poucas palavras, orienta para as seguintes fragilidades: geração de renda, ofuscamento da memória histórica, invisibilidade cultural, condições inadequadas para a dignidade humana e limites que se interpõem para a construção de uma sociedade livre, digna e democrática.

Cabe ressaltar que estamos trabalhando no foco desta pesquisa com a concepção de comunidades tradicionais, as quais, no caso de Amambai, podem ser percebidas a partir de contextos presentes na formação social atual e, que em maior ou menor distanciamento temporal, remetem basicamente a dois tipos de grupos: comunidades rurais e comunidades indígenas. No entanto, não há uma forma precisa de separar ambas as comunidades para a investigação, tendo em vista que os elementos apreendidos nesta pesquisa perpassam tanto a realidade Guarani-Kaiowá quanto as comunidades rurais que se reinventaram após a formação dos latifúndios e podem ser observadas em outras condições geoespaciais. Exemplo que se destaca é o uso das plantas medicinais que, conforme veremos no capítulo 4, constituem parte de um universo simbólico e material tanto da cultura indígena quanto das comunidades rurais.

Por certo, história e cultura não são estáticas, mas compostas pela dinâmica, aproximação de fatores, associação e dissociação de eventos materiais e imateriais em um contexto aparentemente isolado e aleatório. Dito isso, destacamos a imensa dificuldade em estabelecer um recorte temporal responsável por demarcar o início e o andamento dos processos que compõem e ressignificam os elementos apreciados na pesquisa. Em contrapartida, o que se observa é uma confluência de elementos e estilos de vidas que, em maior ou menor grau, perpassam a linha temporal na mentalidade histórica de pessoas envolvidas na formação histórico e cultural em diferentes momentos.

Por conta desse cenário, a patrimonialização territorial convida para o trabalho de compreensão dos elementos históricos e culturais o uso da memória coletiva como forma de instrumentalizar a compreensão da realidade social complexa das comunidades tradicionais, tanto indígenas como rurais. A memória coletiva que se desenrola no processo histórico pode ser concebida individual e coletivamente. Na sua forma individual, cada pessoa é influenciada pela realidade histórica, bem como potenciais atores estruturantes da mesma realidade. Em outras palavras, o pensamento, a ação, os costumes e todo conjunto de valores próprios de uma comunidade quando combinados, mesmo que de diferentes formas, determinam a estrutura e os comportamentos de cada indivíduo. Em contrapartida, a memória coletiva representa os valores e costumes que determinam os indivíduos que gradativamente, nem sempre de forma intencional, ressignificam a realidade social. Logo, cada elemento que forma o patrimônio material e imaterial de uma comunidade pode ser percebido nas falas individuais e correlacionados de maneira científica com a cultura de um modo geral.

A memória histórica, individual ou coletiva, comporta aspectos similares, sendo o caminho para a sua compreensão a manifestação individual formada no processo histórico. Do ponto de vista estratégico e metodológico, a teoria da memória coletiva permite operacionalizar duas vias de investigação. A primeira assenta-se em um dispositivo terapêutico em que o indivíduo com maior ou menor facilidade pode acessar conteúdos presente em sua memória individual, os quais são trazidos pelas suas lembranças de maneira sempre atualizada, o que implica dizer que o indivíduo manifesta em suas memórias fatos reinterpretados de modo ininterrupto em conformidade com suas experiências de vida. Assim, expressar os elementos que compõem a memória coletiva resulta na compreensão de processos de ressignificação constantemente produzidos de maneira individual, mas condicionados pelo meio social. Daí decorre a possibilidade de trazer à tona aspectos históricos e culturais por meio da socioautobiografia, a qual consiste em buscar, na fala do próprio pesquisador, conteúdos expressivos e significativos da memória coletiva.

A segunda forma de compreender a mentalidade coletiva, ainda de que maneira exclusivamente qualitativa, está sustentada no princípio da alteridade, em

que o pesquisador procura nas falas de outros indivíduos os elementos históricos e culturais que colocam em evidência o conteúdo patrimonial tanto material quanto imaterial.

A entrevista aberta viabiliza que de maneira espontânea os indivíduos possam expor fatos do passado ressignificados nas lembranças no presente. Trata-se, pois, de imagens que em geral indicam a ausência de um passado vivenciado. Embora tais indivíduos não tenham suas vidas delimitadas pela concepção de comunidade tradicional, o que acontece com a vivência de fatores próprios da modernização, as lembranças penetram nas imagens vivenciadas do passado. O exercício de observação das memórias individuais com base na alteridade pode colocar o pesquisador em diálogo aberto com suas próprias lembranças, o que corrobora para ampliação e atribuição de significados aos elementos por ele manifestados.

Diante desse contexto, o objeto dessa pesquisa é a patrimonialização territorial de Amambai/MS a partir dos elementos históricos e culturais presentes na memória coletiva. Para tanto, soma-se a esse esforço a compreensão do fenômeno do desenvolvimento regional à luz da patrimonialização territorial. No que concerne ao objeto proposto, o objetivo geral é promover o levantamento da identidade cultural de Amambai a partir de produtos específicos que estão na mentalidade histórica da população. Enquanto objetivos específicos, temos: 1) Analisar a correlação entre desenvolvimento regional e mentalidade histórica; 2) Indicar a correlação possível entre a patrimonialização territorial e as estratégias do planejamento; 3) Trazer à tona para interpretação elementos socioautobiográficos e conteúdos socioculturais presentes na memória coletiva e que sejam capazes de expressar aspectos da identidade cultural de Amambai/MS. A metodologia será articulada em três momentos: Eu-Identidade, Descrição Densa e Observação Participante, o que implica em uma pesquisa qualitativa e interpretativa, com ênfase para a coleta bibliográfica. Acreditamos que o resultado desse trabalho contribuirá para a construção de pesquisas e ações futuras direcionadas para a patrimonialização do território de Amambai/MS, bem como a promoção do desenvolvimento regional.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa será realizada com base em três movimentos integrados. Em um primeiro momento, faremos a descrição biográfica do pesquisador em conformidade com o pressuposto metodológico de Habermas sobre a relação indissociável entre Eu-Identidade e Complexo Vital. Em outras palavras, o sujeito investigador é parte constituinte e constituída em meio às relações sociais que formam o objeto investigado. Isso permite que o pesquisador, ao expressar sua autobiografia, evidencie aspectos da identidade cultural em que é constituído e responsável pela sua construção. No entanto, no segundo momento, para que a descrição possa ser transformada em interpretação, é necessário um esforço maior, isto é, a passagem da simples descrição para a “descrição densa” que, em conformidade com a proposta metodológica de Geertz, viabiliza a compreensão sociocultural de elementos aparentemente isolados na descrição individual. Junto a isso, o pesquisador é também observador da construção da realidade social na qual está inserido, o que caracteriza o terceiro momento por meio da “Observação Participante”. No mais, a metodologia se apresenta enriquecida pelo viés qualitativo da descrição e da interpretação com base na abordagem multicritério colocada sobre o levantamento bibliográfico.

O tema pretende contribuir para o desenvolvimento regional com base na perspectiva da Paisagem Cultural Ervateira denominada “Caminho para os Ervais”, que é um projeto maior do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS/UEMS) que pretende seguir os moldes da Paisagem Cultural Cafeeira na Colômbia, possibilitando que os elementos culturais locais promovam o desenvolvimento regional.

O projeto “Caminho Para os Ervais” pretende identificar aspectos socioculturais e econômicos desde o pantanal sul-mato-grossense, no município de Miranda/MS até as Cataratas do Iguaçu, no município de Foz do Iguaçu/PR. Esse caminho era usado por povos nativos (Peabiru) e já existe um levantamento cartográfico da região realizado pelo Doutor Carlos Buson Buesa, da UNED/Madrid.

Um grande divisor de águas no processo de conscientização de minha pessoa foi o advento de estudar na Bolívia, o que me permitiu questionar o

porquê um país rico em recursos naturais e dotado de condições geográficas únicas tinha uma das populações mais pobres da América Latina. Essa questão permaneceu em meus questionamentos durante muito tempo. Com o exercício da medicina, principalmente na área da saúde da família e comunidade e na psiquiatria, deparei-me com indagantes socioeconômicos para os quais nunca tive uma resposta adequada capaz de satisfazer minhas dúvidas com clareza, visto que o processo de desenvolvimento regional compreende vários fatores, os quais eram totalmente desconhecidos por mim.

Entre meus questionamentos, três deles considerava os principais, sendo: como gerar renda para a população de baixa renda?; em virtude do grande contingente populacional indígena que temos, por que não existe a valorização desse potencial econômico e cultural indígena e por que as diferenças socioeconômicas são tão marcadas nessa população específica?; onde e como buscar as ferramentas necessárias para promover uma melhora da qualidade de vida dessas populações alinhando minha experiência no campo da medicina com o desenvolvimento regional?

Certo dia, durante o encontro em uma feira de peixes que acontece anualmente em nosso município, conversei com o produtor individual, professor e Doutor Moisés Centenaro, que após um diálogo sobre a estrutura produtiva dos pequenos produtores de Amambai-MS, apresentou-me o mestrado em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos da UEMS. Nesse momento, vi uma oportunidade conhecer em um nível mais especializado aquelas questões que sempre me intrigavam, isto é, uma oportunidade de entender como se davam as desigualdades sociais e econômicas, avaliando os paralelos de realidades vividas em nossa sociedade. Logo fui conversar com o professor Doutor Fabricio Deffacci, coordenador do Mestrado em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos que, após ouvir pacientemente meus anseios e questionamentos, prontificou-se em ajudar na elaboração de um projeto de pesquisa que vinculava a medicina com o desenvolvimento regional de Amambai, visto o grande impacto econômico e social das doenças diabetes e hipertensão. O projeto de pesquisa teve como tema uma análise dos casos de diabetes e hipertensão na Aldeia Amambai, no

município de Amambai/MS. O projeto foi apresentado na seleção e fui aprovado para cursar o Mestrado como aluno regular para o segundo semestre de 2018.

Meu ingresso no mestrado foi difícil, pois tive um choque adaptativo devido às disciplinas serem muito distantes da minha área de formação, que envolve a medicina, a saúde pública e a psiquiatria. Mas, ao mesmo tempo, esses novos contextos ampliaram minha visão sobre as lacunas e as potencialidades do município de Amambai em torno das concepções do desenvolvimento regional. Junto com as disciplinas começou também o processo de orientação sobre a pesquisa para a dissertação. Adequando minha percepção da disparidade do desenvolvimento e do potencial contido nas comunidades indígenas, com o apoio do orientador voltamos o foco do trabalho para as comunidades indígenas, mantendo o tema diabetes e hipertensão. As dificuldades vieram logo no início com a necessidade de autorização para o ingresso em terras indígenas. Após o envio do projeto de pesquisa ao Conselho de Ética em Pesquisa da UEMS e Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CEP/CONEP), diversos ajustes foram solicitados. É importante ressaltar que as referidas instituições só realizam uma avaliação mensal, então cada ajuste, por menor que fosse, tomava mais um mês do prazo. Quando todos os ajustes foram realizados, solicitamos a autorização de ingresso em terras indígenas junto à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) que, por sua vez, solicitou o parecer do mérito científico da pesquisa junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Às vésperas da emissão do mérito e da autorização, adveio a Pandemia do Covid-19, impossibilitando a entrada em terras indígenas para a realização da pesquisa de campo que estava planejada para o chamado “HiperDia”, dia de atenção médica realizado nas unidades de saúde da comunidade indígena para atender somente os pacientes portadores de diabetes e hipertensão.

Devido à experiência adquirida em trabalhos junto ao coordenador, pois já tínhamos trabalhado no projeto de criação e consolidação do Mercado Municipal de Amambai/MS (hoje em pleno funcionamento) e em projetos de fortalecimento da Agricultura Familiar junto à associação de Agricultores Familiares de Amambai (ASSAFAM) e a criação da Associação Indígena

Guapoy, começamos a trabalhar em uma nova pesquisa, que tinha como objetivo identificar as potencialidades da agricultura familiar para o desenvolvimento do município. Com base nas investigações iniciais, identificamos um volume de aproximadamente 1,2 milhões de reais mensais dispostos por mercados de Amambai para compra de hortifrúteis de outros municípios e estados. Diante da quantidade de terras distribuídas entre assentamentos, cinturão verde e espaços produtivos em comunidades indígenas, elaboramos o material para a qualificação do mestrado, que ocorreu de forma virtual em março de 2021 e teve como arguidores o professor Doutor Moisés Centenaro, o professor Doutor Carlos Otávio Zamberlan e o professor Doutor Carlos Busón. O tema apresentado na qualificação foi sobre a viabilidade de criação de agroindústrias no município de Amambai. A partir das arguições realizadas, dois pontos foram destacados como centrais para a conclusão da pesquisa: a incorporação de elementos históricos e culturais e o aperfeiçoamento dos dados do sistema produtivo local pertinente às agroindústrias.

A partir desse momento, com a intensificação da Pandemia Covid-19 e os protocolos de prevenção, encontramos um obstáculo intransponível para a realização das recomendações feitas pela banca de qualificação. As estratégias metodológicas adotadas para a pesquisa de campo precisaram ser interrompidas mediante a intensificação da doença, o que inviabilizou tanto a ida aos assentamentos quanto a realização das entrevistas necessárias para a conclusão da pesquisa. Tentamos ainda uma nova estratégia com a criação de questionários no *Google Forms* e o envio do link para as lideranças dos assentamentos. Entretanto, esbarramos na dificuldade que a população tem para o acesso e manuseio dos recursos digitais e da disponibilidade de conexão com a internet. Tivemos retorno de apenas 6 questionários num espaço de 30 dias, tendo em vista que prevíamos uma amostra de 100 questionários nos 4 assentamentos do município de Amambai.

Diante desse novo contexto, foi preciso, novamente, conciliar os anseios investigativos às vias possíveis para a execução da pesquisa. Voltamos novamente o olhar sobre as significativas análises da banca de qualificação

para uma nova proposta passível de investigação, o que resultou no presente trabalho, cujo objetivo central é a promoção de um levantamento de elementos históricos e culturais do município de Amambai à luz da perspectiva do desenvolvimento regional e da patrimonialização territorial.

Nessa proposta, apresentamos quatro capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “Desenvolvimento regional: história, cultura e memória”, destacaremos a conexão entre desenvolvimento regional, memória coletiva e identidade cultural, preparando, com isso, o espaço para o segundo capítulo, intitulado “Patrimonialização do território e planejamento estratégico”, no qual apresentaremos a concepção de patrimonialização territorial vinculada com o planejamento estratégico e, ao mesmo tempo, abrindo espaço para as questões metodológicas que serão apresentadas no terceiro capítulo, intitulado “Metodologia”. Por fim, no quarto capítulo, intitulado “Patrimonialização dos elementos históricos e culturais de Amambai/MS”, traçaremos, por meio de procedimentos interpretativos colocados sobre a autobiografia do pesquisador e as entrevistas realizadas com 18 pessoas do município de Amambai, o perfil de elementos históricos e culturais que podem contribuir na patrimonialização e desenvolvimento do território de Amambai, sem perder de vista sua correspondência com o projeto maior do “Caminho para os Ervais”.

1. DESENVOLVIMENTO REGIONAL: HISTÓRIA, CULTURA E MEMÓRIA

No contexto contemporâneo, o desenvolvimento pode ser pensado por meio de três vertentes: Local, Regional e Territorial. Essa é a indicação de Dallabrida (2017). Para quem abordar o desenvolvimento em escalas menores, são fundamentais esses conceitos para a construção de um desenvolvimento mais próximo ao ideal. Diante dessa proposta, há maior originalidade na construção do desenvolvimento cada vez mais próximo das demandas da sociedade. Cabe destacar três pontos centrais desta via: a ideia de desenvolvimento como um processo de transformações estruturais localizado; o papel fundamental da responsabilidade da sociedade regional nos processos de mudança e a necessidade de gerar melhorias na qualidade de vida da população, decorrente da dinamização socioeconômica. Logo, o desenvolvimento emerge como forma de considerar a dinâmica sistêmica, sua dimensão territorializada e a relação entre sociedade, economia e meio ambiente.

Na mesma direção, Dallabrida, Siedenberg e Fernández (2004) explicam que as diferentes abordagens contemporâneas que tangenciam o enfoque do desenvolvimento a partir da perspectiva territorial podem ser classificadas em duas grandes vertentes do chamado novo regionalismo: a vertente globalista e a vertente regionalista. A vertente globalista sustenta-se na tese da homogeneização do espaço local, com base nos princípios liberais, em que se acredita que seja possível uma situação de competição perfeita entre localidades. A vertente regionalista parte do princípio de que aumentou a capacidade das cidades-regiões-territórios de atuar sobre os fatores estruturais, promovendo e ampliando a capacidade de se utilizar e aproveitar esses fatores globais em função das especificidades do local.

Para os autores, de modo específico, a vertente globalista apresenta quatro variações: 1) A Escola da Nova Política Urbana (NUP) que acompanha a forte crise do processo de industrialização dos países desenvolvidos nos anos 70, a qual ocasionou o fechamento de fábricas e a degradação social urbana nas antigas áreas industriais europeias e americanas. Como alternativa, as localidades deveriam oferecer todos os tipos de concessões, tais como flexibilização legal, isenções tributárias e investimentos diretos de seus governantes locais para atrair

novos investimentos; 2) No final dos anos 80 há ênfase na competição entre as cidades e as regiões europeias no âmbito do processo de unificação do mercado europeu. Estratégias de marketing entre as cidades (city marketing) são impulsionadas com o propósito de orientar cidades e regiões na missão de geração de renda e emprego por meio da elaboração e adoção de um comportamento empresarial, buscando captar o escasso capital volátil; 3) Na década 90, com o fortalecimento da sociedade informatizada e interconectada em nível global, ocorre a indicação de que a economia das diferentes regiões poderia ser sustentada no fluxo de informações e, por consequência, a disputa pelo capital internacional não se baseia mais unicamente na redução de custos e preços, mas é complementada por estratégias urbanas, dependendo de fatores como a conectividade, a inovação e a flexibilidade institucional, facilitando a inserção privilegiada, principalmente das cidades- região, no cenário global; 4) Por fim, surge a indicação de uma nova ordem global que anuncia o esgotamento do papel do Estado Nacional e de suas políticas de regulação. Em outras palavras, trata-se de uma versão de desenvolvimento territorial globalista que pretende destituir o caráter intervencionista do Estado e proclamado as vantagens da livre competição entre cidades ou regiões.

Por outro lado, na especificidade da vertente regionalista, Dallabrida, Siedenberg e Fernández (2004) esclarecem que o viés da territorialização do desenvolvimento aumentou a capacidade das cidades-regiões-territórios para atuar sobre os fatores estruturais, implicando uma maior capacidade de se utilizar e aproveitar fatores globais em função das especificidades do local. No entanto, isso é possível com a participação conjunta de *stakeholders* locais no processo de tomada de decisão, isto é, atores sociais que têm interesse numa determinada decisão, protagonistas do processo de desenvolvimento local ou regional, construindo lideranças locais/regionais dentro de suas instituições ou organizações como os balizadores do processo de desenvolvimento local ou regional, os canais por onde flui o poder local/regional. Trata-se, de modo geral, no conjunto de parcerias necessárias para a transformação das potencialidades locais em desenvolvimento territorial.

Em resumo, as teorias indicadas pelos autores citados parecem colocar em evidência a ambivalência, ou até mesmo paradoxo, entre duas diretrizes

fundamentais para o desenvolvimento territorial: competição e competência. No eixo da competição, as diferentes regiões disputariam entre si espaços de maior desenvolvimento dentro do mercado global. Por outro lado, a competência de cada região nas suas especificidades parece apontar para a necessidade de aproximação entre as competências e os conhecimentos capazes de colocar o potencial em direção ao desenvolvimento local. Ainda sobre os conhecimentos, há duas formas de concebê-los: podem ser de natureza técnica e, portanto, elaborados artificialmente em conformidade com as demandas locais ou podem ser tácitos e passíveis de aproveitamento em um campo estratégico de planejamento territorial. Cabe destacar que, para os propósitos desta pesquisa, seguiremos a perspectiva do desenvolvimento territorial regionalista, tendo em vista identificar as competências territoriais que podem contribuir para o desenvolvimento. Trata-se, pois, conforme enaltecem Dallabrida, Siedenberg e Fernández (2004), de espaços emergentes e que ampliam e organizam sua competência territorial como resultado de formas de reação ativa de territórios-regiões-municípios- cidades-lugares com suporte organizacional de aprendizagem coletiva entre os diferentes sujeitos envolvidos.

De acordo com Lima, Marinho e Brand (2007), o conceito de desenvolvimento local pode ser entendido como aquele que se articula por meio dos recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais de localidades e territórios delimitados, com economias de escala e potencialidades ainda por explorar, além de uma forte identidade que pode ser filtrada por meio dos elementos históricos, práticas culturalmente compartilhadas e os grandes ritos coletivos, tais como festas e celebrações de natureza religiosa (cultos e práticas cotidianas) ou pagã (carnaval ou outros ritos cíclicos e comemorativos), artísticas (museus, espetáculos ou exposições em locais ritualísticos consagrados pela comunidade) ou desportiva (torneios e exposições atléticas) e, ainda, elementos da natureza, tais como plantas, recursos medicinais alternativos, produção dos recursos voltados para a alimentação, entre outros.

O desenvolvimento local também pode ser pensado em paralelo com o capital social, passando a depender do grau de funcionamento das redes sociais, sejam elas de parentesco ou amizade e compadrio, de vizinhança ou de interesses

personais (religiosos, esportivos, artísticos ou ideológicos), de trabalho ou de estudo, de gênero ou opção sexual, de classe ou capacitação profissional, de faixa etária ou qualquer outra instância de identificação social.

Diante disso, o desenvolvimento local parte do pressuposto do avanço de uma população, considerando, para além da dimensão econômica, outras características: sociais, ambientais, culturais e políticas, as quais influenciam a qualidade da vida e o bem-estar coletivos. Em contrapartida, as formas de organização das diferentes esferas do mundo da vida que impactam sobre o desenvolvimento local são histórica e culturalmente modeladas e podem ser identificadas por traços básicos como preferências sensoriais (paladar, olfato, audição, tato, visão), formas de preparo de alimentos, vestimentas, formas de religião, memória, identidade, mitos, entre inúmeros outros.

Cabe destacar que, em meio ao complexo sistema de elaboração de bens de um determinado grupo social, há um conjunto de artefatos materiais produzidos pela cultura e que manifestam a via de transição para bens imateriais, tais como utensílios, ferramentas, alimentos, vestimentas, abrigos em suas mais diversas formas; fotografias, filmes, discos, livros, são alguns dentre esses incontáveis bens. Logo, o desenvolvimento local pelo viés histórico e cultural corresponde a um processo de melhoramento geral da qualidade de vida e do bem-estar de uma comunidade, com profundo respeito e consideração pelas reais necessidades e aspirações desse povo, assim como pela sua própria capacidade criativa que colocam em evidência seus próprios valores e sua própria identidade histórico-social.

Diante desse contexto, torna-se necessário observar as relações que se articulam entre identidade e história. Isso ocorre nas interconexões entre lugares, influências exteriores, processos dicotômicos entre o local e o global, assim como de relatos e mitos recorrentes no âmbito da comunidade do lugar. Com isso, a história do conceito de identidade é marcada por aspectos que variam segundo o período e o local, segundo valores coletivos e realidades sociais mutantes, ou, em outras palavras, conforme as variações culturais ocorridas no âmbito de uma dada comunidade (definida por gênero, idade ou condições socioeconômicas, etnia, crenças ou categorias de trabalho, em âmbito local, regional ou nacional).

Para Hall (2006), a compreensão da identidade cultural de nossa época deve ser feita a partir da concepção de deslocamento das subjetividades na era moderna. São três momentos subsequentes que demarcam a identidade no pensamento ocidental a partir do século XVII, mais propriamente a partir da concepção racionalista produzida pelo filósofo francês René Descartes. Tais momentos são: Sujeito do Iluminismo, Sujeito Social e Sujeito Pós-Moderno.

O Sujeito do Iluminismo, oriundo das teorias racionalistas de Descartes, estava baseado numa concepção da pessoa como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo centro consistia em um núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia. Logo, não há interferências históricas, sociais, econômicas e/ou culturais na formação das identidades.

Com base no Sujeito Social produzido pelo discurso moderno a partir no século XIX, os indivíduos não poderiam de nenhuma forma ser os autores ou os agentes da história, uma vez que eles podiam agir apenas com base em condições históricas previamente determinadas. A concepção de cultura nacional, ou os nacionalismos na Europa do século XIX, é associada com o mito fundacional, isto é, uma estória que localiza a origem da nação, do povo e de seu caráter nacional num passado tão distante que ela se perde. Trata-se de um movimento determinista da história que estabelece leis universais para a cultura em detrimento das diferenças culturais. Os nacionalismos universalistas deslocam do sujeito individual para o sujeito histórico o fundamento da cultura e o que deve ser feito pelos indivíduos. Na perspectiva de Anderson (1993), os movimentos nacionalistas são comunidades imaginadas que engessam a individualidade, visando a unificação das diferenças em um projeto universal de nação.

Em conformidade com Elias (1994), dois exemplos característicos do nacionalismo europeu do século XIX podem ser identificados na Alemanha e na Inglaterra. No pensamento alemão, o nacionalismo foi construído a partir da concepção de *Kultur*, o que representa afirmação de uma cultura superior que no decorrer da história atingiu seu grau máximo de evolução. Na Inglaterra, de maneira semelhante, a concepção de *Zivilisation* demarca o ponto de evolução máxima da história da humanidade. De acordo com Elias (1994, p. 43):

O que se manifesta nesse conceito de Kultur, na antítese entre profundidade e superficialidade, e em muitos conceitos correlatos é, acima de tudo, a autoimagem do estrato intelectual de classe média [...] o que fornece os alicerces à sua autoimagem e orgulho, situa-se além da economia e da política.

Com relação à Inglaterra, Hall (2006) considera que a cultura britânica não consiste em uma parceria igual entre as culturas componentes do Reino Unido, mas da hegemonia efetiva da chamada cultura inglesa, localizada no sul, que representa a si própria como a cultura britânica essencial, acima das culturas escocesas, galesas e irlandesas e de outras culturas regionais. Por consequência, a concepção de cultura superior que fundamenta a exposição pública do conceito de civilização articula uma categoria organizadora das diferentes formas de falar, dos inúmeros e distintos sistemas de representação e práticas sociais, de diferenças em termos de características físicas (cor da pele, textura do cabelo, características corporais, etc.). Em síntese, os diferentes territórios e suas características específicas são esquecidas em função da construção formal de um território nacional.

Em decorrência do discurso nacionalista do século XIX, a primeira metade do século XX foi marcada por regimes totalitários (Fascismo, Nazismo e Comunismo) sustentados por noções como determinismo histórico, estrutura fechada de classes sociais, superioridade cultural, noções biológicas sobre raça, humanos distribuídos em espécies/indivíduos distintos e hierarquizados e, por fim, um cenário etnocêntrico em que as diferenças culturais foram apagadas. Podemos considerar que a própria concepção de desenvolvimento foi atrelada, com base em tais perspectivas, a um modelo universal e hegemônico de “sociedades centrais” em detrimento de condições pré-evoluídas atribuídas a “sociedades periféricas”.

Se o Sujeito Social pode ser pensado a partir dos nacionalismos, o Sujeito Pós-Moderno é, em um primeiro momento, resultado da globalização e seus efeitos sobre a proposta de universalidade da cultura (HALL, 2006). Na dimensão da pós-modernidade, os indivíduos são submetidos ao diferente que transita entre povos e culturas na aldeia global, a qual é forjada por meio da dinâmica intensa das telecomunicações e das interdependências econômicas e ecológicas (HARVEY, 1992).

As paisagens políticas do mundo moderno são fraturadas dessa forma por identificações rivais e deslocantes advindas, especialmente, da erosão da "identidade mestra" da classe e da emergência de novas identidades, pertencentes à nova base política definida pelos novos movimentos sociais: o feminismo, as lutas negras, os movimentos de libertação nacional, os movimentos antinucleares e ecológicos. No período da pós-modernidade ou modernidade tardia (a segunda metade do século XX), ocorre o descentramento final do sujeito cartesiano. O lugar (ou território) é específico, concreto, conhecido, familiar, delimitado: o ponto de práticas sociais específicas que nos moldaram e nos formaram e com as quais nossas identidades estão estreitamente ligadas. Logo, quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas - desalojadas - de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem "flutuar livremente" (HALL, 2006):

Algumas pessoas argumentam que o 'hibridismo' e o sincretismo - a fusão entre diferentes tradições culturais - são uma poderosa fonte criativa, produzindo novas formas de cultura, mais apropriadas à modernidade tardia que às velhas e contestadas identidades do passado. Numa era em que a integração regional nos campos econômicos e políticos, e a dissolução da soberania nacional, estão andando muito rapidamente na Europa Ocidental (HALL, 2006, p. 91).

Diante disso, a investigação pela identidade cultural é contínua e multifacetada, transitando entre o particular e o universal. No caso do particular, a biografia do indivíduo reflete gradativamente a identidade universal do grupo em determinada época. A compreensão desse aspecto individual por meio de balizas científicas é o que pode ser denominado de Sociobiografia (ELIAS, 1995), isto é, construção, pelo sujeito, de sua biografia, mediante sua inserção social.

Nesse sentido, Castells (1999) indica que as identidades são construídas culturalmente, isto é, organizadas em torno de um conjunto específico de valores cujo significado e uso compartilhado são marcados por códigos específicos de auto identificação: a comunidade de fiéis, os ícones do nacionalismo, a geografia do local.

Do mesmo modo que o sujeito é definido por sua biologia, seu meio ambiente, seu passado, suas influências acidentais, sua maneira de ver o mundo e sua forma de preparar sua imagem pública, também a história exerce um papel essencial na construção de sentido de territorialidade e de lugar pelo ser humano. Por certo, a identidade emerge na relação entre o individual e coletivo no cotidiano. E está presente no local e na atividade de trabalho, no lar, na família, na escola, na vizinhança e na rua, mas também nos hábitos, costumes e relações que as pessoas mantêm entre si. As situações de solidariedade e reciprocidade podem ser contrabalançadas por relações de competição e conflito, o que também é um cenário propulsor para o surgimento de ressignificação das identidades individuais e coletivas. Além disso, as identidades podem conduzir certos grupos ou comunidades inteiras a um confronto com o mundo globalizado (LIMA, MARINHO e BRAND, 2007). Esse fenômeno ocorre atualmente com certos segmentos de inspiração religiosa fundamentalista (Al-Qaeda, por exemplo) ou como ocorreu, em passado recente, com grupos terroristas de inspiração marxista (Sendero Luminoso, Brigadas Vermelhas, Baaden Meinhof, entre outros).

Em conformidade com Ana Fani Carlos (1996), podemos considerar que a correlação entre identidade cultural e desenvolvimento local é norteadada pela concepção de lugar. O lugar guarda em si o “significado e as dimensões” da história em processo de reelaboração permanente e esse “movimento da vida” pode ser apreendido por meio da memória e dos sentidos (paladar, tato, olfato, audição e visão) ou, em outras palavras, por intermédio do corpo em suas múltiplas relações com o lugar. Assim, a natureza social da identidade está para os indivíduos de modo implícito no sentimento de pertencer ao lugar ou das formas de apropriação do espaço que ela suscita, liga-se aos lugares habitados, marcados pela presença criados pela história fragmentária feita de resíduos e detritos, pela acumulação dos tempos, marcados, remarcados, nomeados, natureza transformada pela prática social, produto de uma capacidade criadora, acumulação cultural que se inscreve num espaço e tempo. Logo, o lugar enaltece a mudança temporal e territorial inerente à dinâmica da identidade cultural e das configurações que o desenvolvimento pode assumir e se reformular nas diferentes localidades. Há em comum nessa diferenciação o fato de que “(...) o desenvolvimento local implica considerar a pobreza como carência ou impossibilidade de satisfazer tais aspectos

básicos da existência humana” (LIMA, MARINHO e BRAND, 2007, p. 375). Entendido desse modo, o desenvolvimento local articulado com as identidades culturais aparece como busca por liberdade em seu sentido concreto. Conforme destacado por Amartya Sen (1999, p. 31), a liberdade envolve:

[...] tanto os processos que permeiam a liberdade de ações e decisões como as oportunidades reais que as pessoas têm, das as circunstâncias pessoais e sociais. A privação da liberdade pode surgir em razão de processos inadequados (como a violação do voto ou de outros direitos políticos ou civis), ou de oportunidades inadequadas que algumas pessoas têm para realizar o mínimo do que gostariam (incluindo a ausência de capacidades elementares como a capacidade de escapar da morte prematura, morbidez evitável ou fome involuntária).

De maneira semelhante, a compreensão da história e seus processos socioculturais deve ser feita de modo concreto. Para Goff (1986, p. 29-30), é preciso, “antes de tudo, tirar a história do marasmo da rotina, em primeiro lugar de seu confinamento em barreiras estritamente disciplinares”. Este aspecto da história também é presente em Lucien Febvre, que, de acordo com Goff (1986), considera a história de um povo resultado da reunião, por vezes contraditória, das histórias de comunidades locais que, ao se aglutinarem em torno de uma cultura compartilhada, dão origem ao conjunto do povo.

O conjunto desse povo, enquanto valores tácitos e regras objetivas, pode ser compreendido à luz da mentalidade social que subjaz as tomadas de decisões e as ações concretas no cotidiano. Para definir a mentalidade de um grupo social em determinada época, Mannheim (1976) lança mão do conceito de Ideologia. A concepção de Ideologia deixa de ser “falsa consciência” conforme apresentada por Marx (2007) e passa a ser a representação sociocultural que os grupos sociais projetam a partir dos condicionantes sociais em que estão inseridos. Trata-se, pois, de um conjunto de ideias socialmente construído que norteia o grupo e, ao mesmo tempo, promove a coesão social. No entanto, tal conjunto de ideias pode ser percebido nas manifestações individuais, o que Mannheim denomina de Ideologia Parcial. Por conseguinte, também pode ser percebido na coletividade, o que Mannheim denomina de Ideologia Total. Logo, ambos os níveis da Ideologia, parcial e total, promovem a visão de mundo individual e coletiva, respectivamente. Em contrapartida, outra forma que a mentalidade social assume é a utópica. Por Utopia, Mannheim entende o conjunto de aspirações do grupo social em superação às

formas ideológicas assumidas no presente e, em seu viés político, a mentalidade utópica é responsável por projetar formas de superação das dificuldades presentes em direção a melhoria da qualidade de vida no futuro. Tanto a Ideologia quanto a Utopia são construções e manifestações sociais que estão no individual e no coletivo simultaneamente.

Em se tratando da construção dos processos históricos, parte significativa da história ensinada é feita de “mitos e invenções”. Não obstante, a história é intuída pela comunidade: todo ser humano tem consciência (implícita ou explícita) do passado, cujo veículo privilegiado são os sujeitos mais idosos da comunidade. Nesse contexto, pode-se observar que:

[...] a história é um fator essencial no universal processo de busca humana por entendimento, sobretudo na esfera local, pois cria os meios para a compreensão das relações de poder no lugar, das formas de ocupação do território, das tradições culturais comunitárias, do funcionamento das instituições e redes de relações, da economia e das religiões locais, das relações interétnicas e inter-classes, entre outros aspectos socioculturais. (LIMA, MARINHO e BRAND, 2007, p. 378).

Por conseguinte, a história local é a base para a construção da identidade cultural, das redes comunitárias e, por conseguinte, da participação individual na vida da coletividade, aspectos que conduzem ao empoderamento e à liberdade, enquanto necessidades humanas fundamentais. No caso de sociedades tradicionais, “[...] história e memória podem conduzir ao empoderamento e ao desenvolvimento social, político e humano de comunidades relegadas ao descaso por parte das políticas públicas nacionais, regionais ou locais” (LIMA, MARINHO e BRAND, 2007, p. 385).

A história local é constituída pela memória, seja ela individual ou coletiva, ou a correspondência de ambas no mesmo processo sociocultural. É importante destacar que indivíduo e sociedade, ou indivíduo e história, são partes complementares do mesmo processo constituído e constituindo-se entre o individual e coletivo ou entre a mudança e a permanência histórica em diferentes épocas. A composição indispensável entre o individual e o coletivo na constituição dos diferentes processos históricos e culturais pode ser remetida ao conceito de Memória Coletiva construído por Halbwachs (1990).

Halbwachs (1990) apresenta a memória coletiva como sucessão dos eventos individuais, da qual resultam mudanças que se produzem em nossas relações com os grupos com os quais estamos misturados e relações que se estabelecem entre esses grupos. A memória coletiva caminha junto com a memória histórica, situando-se na intersecção de várias séries aproximadas pelo acaso ou afrontamento dos grupos. Dentro da memória individual ocorrem as lembranças formadas e cristalizadas nos entrecruzamentos entre diferentes grupos sociais, tendo em vista as esferas das religiões, atitudes políticas, organizações administrativas, enquanto percorrem dimensões temporais/históricas na condição de projeções para o passado ou para o futuro. Isso explica os dinamismos mais ou menos intensos e acentuados dos grupos humanos por meio da reciprocidade estabelecida nessas construções como, por exemplo, elementos do cotidiano: os muros das residências, as casas, as ruas das cidades ou as paisagens rurais, entre outros.

A memória individual remete à capacidade das lembranças que temos quando nos colocamos no ponto de vista de um ou mais grupos, reavivando uma ou mais mentalidades do coletivo. Junto a isso, há um número significativo de lembranças que reaparecem porque são recordadas por outros indivíduos. Ainda na infância, o indivíduo atribui valores diferentes às partes sucessivas do quadro que a vida desenrola diante dele e, com isso, fica admirado com fatos ou episódios que mantêm a atenção dos adultos, no tempo e no espaço, formando suas lembranças individuais em correspondência ao grupo por meio das comparações elaboradas. No entanto, a realidade histórica será obtida pelo indivíduo quando se coloca no ponto de vista do grupo, isto é, passa a realidade a partir de registros como, por exemplo, ver como tal fato marca uma data, o conjunto das preocupações presentes no grupo, os interesses econômicos, as paixões nacionais, etc.

Uma guerra, um motim, uma cerimônia nacional, uma festa popular, um novo meio de locomoção, os trabalhos que transformam as ruas de uma cidade podem ser considerados com efeito de dois pontos de vista. São fatos únicos em seu gênero, pelos quais a existência de um grupo é modificada. Mas eles se resolvem, de outro lado, em uma série de imagens que atravessam as consciências individuais. Se você não retiver senão essas imagens, elas poderão sobressair-se das outras, no espírito de uma criança, por sua singularidade seu brilho intenso, sua intensidade, mas acontece a mesma coisa para muitas imagens que não

correspondem a acontecimentos de semelhante porte (HALBWACHS, 1990, p. 41).

A partir do momento que a criança ultrapassa a fase puramente sensitiva, passa a se interessar pela significação das imagens que percebe. Logo, ela pensa em comum com os outros e seu pensamento se manifesta entre o conjunto das impressões pessoais e as diversas mentalidades coletivas presentes no meio social em que vive. Nesse sentido, o lugar ocupado pela lembrança na memória coletiva e individual diz respeito à reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente.

[...] a vida da criança mergulha mais do que se imagina nos meios sociais através dos quais entre em contato com um passado mais ou menos distante, e que é como que o quadro dentro do qual são guardadas as suas lembranças mais pessoais (HALBWACHS, 1990, p. 48).

Na relação entre passado e presente, a memória de uma sequência pode deixar de ter por suporte o seu respectivo grupo social de origem, uma vez que a mudança histórica pode colocar no esquecimento determinadas lembranças. Mas ainda há memórias que são salvas, as quais são fixadas por escrito em uma narrativa. Palavras e pensamentos desaparecem, mas os escritos permanecem. Tais registros escritos são possíveis porque os indivíduos exteriorizam suas lembranças, sendo este o caminho do compartilhamento e da objetividade da memória na história.

Se colocarmos em primeiro plano os grupos e suas representações, se concebermos o pensamento individual como uma série de pontos de vista sucessivos sobre os pensamentos desses grupos, então compreenderemos que eles possam recuar no passado e ir mais ou cada um desses pontos de vista sobre o passado tal como é representado nas consciências coletivas das quais participa.

A mensuração de elementos culturais por meio da memória coletiva em sua dimensão individual pode ser elaborada de modo compreensivo, ampliando gradativamente o entendimento da mentalidade individual em correspondência com o lugar ocupado pelo indivíduo no âmbito histórico-social e os condicionantes da sua época que permeiam tanto sua vida material quanto sua produção intelectual. Este modelo de observação é elaborado simultaneamente de maneira descritiva e analítica e pode ser aplicado sobre diferentes esferas da mentalidade social como,

por exemplo, o viés artístico, literário e/ou mesmo na autopercepção do indivíduo sobre o lugar que ocupa na sociedade e as memórias coletivas que agregam conjuntos objetivos em suas lembranças. Quanto ao viés artístico, um dos estudos pioneiros foi realizado por Elias (1995) acerca da produção musical de Mozart, o que culmina na elaboração de uma forma compreender a partir da biografia do indivíduo no movimento histórico e social que acompanha e intervém no processo de construção das obras do artista, isto é, Elias constrói as bases para a sociobiografia. O trabalho de Elias representa, conforme Spigolon (2015, p. 275):

[...] um mapa intelectual de leitura, apoiando-se no fato de que a verve e erudição de Mozart não parecem intocadas, se mesclam aos seus arroubos de genialidade; que, no decorrer das páginas, se prestam à interpretação sociológica diante de uma abordagem que poucos igualariam. Para fundamentar o argumento, interpreto que Elias deixa marcas desse mapa a serem encontradas: a) Sociologia da Educação (pai músico e educação formal recebida se confrontavam com disputa de Mozart e a irmã); b) Sociologia da mudança social (conflito das normas da Corte, das diversas Cortes e uma sociedade em transição); c) Sociologia das estruturas sociais (aspiração do músico – arte e artesão, tensões entre subjetividades e objetividades da criação artística); d) Sociologia da socialização (relações de poder, estrutura política, busca do reconhecimento).

De maneira semelhante, o viés literário de compreensão sociocultural é um instrumento utilizado na apreensão das configurações que circunscrevem a produção ou o estilo de vida de um indivíduo/autor em meio a um conjunto amplo de significações. Nessa direção, o trabalho de Herrig (2019, p. 21), intitulado “Rafael Barrett: um Intelectual sem Pátria (1876-1910)”, contribui para a apreensão de aspectos sociais e individuais interconectados, conforme destacado pelo autor: “[...] considerei importante compreender a totalidade da obra barrettiana para, apenas depois, compreender sua especificidade relativamente ao Paraguai e à América Platina.” O complexo formado pelas motivações na biografia do indivíduo assinala o caráter histórico e social na afinidade com os condicionantes sociais, o que é notório em Herrig (2019, p. 21) que “[...] se dedica a uma exposição geral acerca da biografia de Rafael Barrett, observando quais os motivos que o levaram a deixar a Europa e a buscar uma vida nova na América [...]”. Tais condicionantes emergem em esferas articuladas e sobrepostas em diferentes épocas, o que torna suscetível recorrer às diferentes interpretações disponíveis.

Para avaliar aspectos sociais, políticos, literários, envolvidos no contexto da produção barrettiana, considerei importante refletir a partir da influência

dos textos de Eric Auerbach e de George Lukács, no sentido de pensar o papel da forma em sua produção. Reforcei essa avaliação com um historiador também: Roger Chartier, em seu livro *À beira da falésia*, no qual também discute tal problemática (HERRIG, 2019, p. 24).

Em resumo, a forma literária “[...] está marcada por aspectos inerentes a uma temporalidade e a uma espacialidade, daí sua importância para a História” (HERRIG, 2019, p. 24). Destaca ainda o autor:

A forma romanesca moderna, inaugurada por Cervantes, expressa pontos de um tempo histórico, o do início do período Moderno, assim, *Dom Quixote* foi um livro singular para a Literatura. Essa foi a forma utilizada por Victor Hugo para compor *Os Miseráveis*. Vale lembrar que, apesar de o autor usar o gênero romance, compreendido a partir do aspecto formal, cerca de dois séculos depois de Cervantes, seu livro não perdeu a originalidade; tão pouco isso ocorreu com *Cem anos de solidão*, de Gabriel Garcia Márquez. Desse modo, considero plausível a configuração, a construção de um grupo, ou movimento, como o do romantismo, do parnasianismo, ou da juventud del 98, mas a título de organização ou de definição de padrões gerais. O problema desse processo é que ele incorre no risco de obscurecer, ou de camuflar as singularidades da produção de um determinado autor, assim como a história holística passava ao largo de uma redução de escala, permitindo a compreensão do geral, mas não a do específico (HERRIG, 2019, p. 24-25).

Diante de tais aspectos, consideramos o espaço aberto para a apresentação no terceiro capítulo das estratégias metodológicas que visam preparar o trabalho do último capítulo por meio da exposição da proposta de investigação qualitativa caracterizada pelo conceito de Eu-Identidade de Habermas, Descrição Densa de Geertz e Observação Participante de Correa. Ainda cabe destacar a importância metodológica da obra de Ecleia Bosi (1998) acerca da viabilidade investigativa nas conversas com os mais velhos. No próximo capítulo, desdobraremos a análise do desenvolvimento regional sobre a patrimonialização do território.

2. PATRIMONIALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

De acordo com Costa (2017), entre os problemas da ordem social na América Latina destaca-se a intolerância étnico-cultural. Isso pode ser observado na forma como o patrimônio cultural é entendido, isto é, como utopismo globalista que degenera a autenticidade da cultura em prol do utopismo patrimônio-territorial ou utopismo da patrimonialidade do poder. Em contrapartida, é necessário pensar outra patrimonialização do ponto de vista cultural e popular. Com isso, o caminho deve ser o da identificação do patrimônio material distante do conceito de patrimonialização global, que é uma generalização imaterial. A compreensão e valorização do patrimônio material inerente à cultura da população local passa pelo entendimento da ressignificação dos lugares, bem como pelo esfacelamento de estigmas relativos a indígenas e populações locais.

Em outras palavras, contrário à universalidade das propostas neocoloniais, o patrimônio material funde a teoria na prática, tendo por base sujeitos amulados de negritudes bem como mestiçados e situados, sem negar a indianidade, sua cultura e sua memória. Tal postura vai contra a invisibilidade de grupos subalternizados e apagados em suas identidades territoriais. Somado a isso, a vida em assentamentos, algo próprio da América Latina, foge das normas modernas e espaciais mediadas pelo mundo rural, do trabalho e suas contradições. No caso do cenário urbano, há casebres de lata, barro e madeira que surgem nos cinturões das cidades, abrigando nas denominadas “favelas” a população marginal marcada pela miséria e pelas elevadas taxas de desemprego.

A colonialidade do saber e do poder (LANDER, 2005) organizou bens culturais não institucionalizados, que resistem nos padrões alimentares locais ou regionais tradicionais, festas sagradas e profanas, ruínas ou antigos edifícios de indústrias e sedes de fazendas, capelas rurais ou de bairros periféricos urbanos, saberes e fazeres do trabalho histórico de grupos subalternizados são memórias espaciais da colonialidade do poder nas periferias da América Latina. Junto a isso, há produção processual do território com o trabalho realizado nas atividades ligadas à produção e à exploração direta da terra por meio da agricultura, pecuária,

mineração, todas essas atuações que contam com complexas aglomerações humanas e reduzido emprego formal.

Diante disso, a ativação popular do patrimônio territorial deve ser crítica e promover a desconstrução da prática que elitiza a dimensão espacial, cultural e social. É necessário empreender novos exercícios que defendam e proponham formas de entendimento das ações coletivas, escrevendo outra história. Logo, cada lugar deve favorecer uma nova dignidade espacial e histórica, o que se justifica na singularidade de um patrimônio de ação e, em nome da população indígena e afrodescendente, dos aspectos territoriais marcados pelo quadro da urbanização desigual localizada nas periferias do continente.

Devem ser compreendidas e respeitadas as temporalidades e espacialidades, mediante as quais a imagem de cidade, o atrativo turístico, a cultura e a memória individual e coletiva sejam elementos norteadores no planejamento estratégico do desenvolvimento territorial. Nessa direção, é construído o respeito a valores locais e à história de formação do lugar, evitando espaços ou centros culturais que tornam homogênea a identidade local enquanto espaços de controle externo à comunidade. De fato, a prática de mapeamento dos elementos culturais autênticos da localidade deve ser elaborada por indivíduos situados, tendo a realização de oficinas temáticas e a presença de sujeitos engajados e propensos a participação, os quais têm o território como lugar de vivência e circulação. Daí resulta a concepção de empreendedor situado no patrimônio-territorial, o qual poderá fornecer a imagem adequada, dos pioneiros ou seus descendentes, para se entender as materialidades móveis e imóveis (arquitetura, história, a cultura e a memória local, espacialidades sagradas, entre outros).

A reconstrução dos elementos pertinentes ao patrimônio territorial é também a oportunidade de empoderar as populações próprias da localidade, tendo em vista que a comunidade deve buscar a experiência por meio da memória espacial e da localização, enquanto protagonista, de todas as decisões produzidas e retratadas pelos sujeitos nos territórios.

Para Dallabrida (2020), o patrimônio territorial é um conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, que se acumularam ao longo da história num determinado território, resultante de processos históricos de construção e

reconstrução socioeconômica e cultural na relação com o entorno ambiental. O patrimônio territorial é o ponto de partida para o planejamento e elaboração de estratégias localizadas de desenvolvimento, ou seja, uma abordagem territorial de desenvolvimento.

A concepção de patrimônio territorial pode ser considerada um avanço em relação à discussão anterior sobre capital territorial ou recurso territorial, uma vez que a inclusão do patrimônio territorial no planejamento leva a um distanciamento em relação a um padrão economicista de desenvolvimento, abarcando outras dimensões da vida social em uma disposição interdisciplinar. Sobre o patrimônio territorial, ainda pode ser acrescentado que:

É [...] um processo complexo que visa a propor novas formas de desenvolvimento local/territorial, caracterizadas pela crescente ativação de instrumentos de democracia participativa, em que são praticadas formas contratuais e acordos multissetoriais e multifuncionais entre conjuntos de atores, para viabilizar o governo do território como um bem comum (DALLABRIDA, 2020, p. 16).

O território pode ser visto como recurso econômico e sinônimo de capital físico com exemplos de edifícios, espaços produtivos, caminhos e rodovias, vias férreas, canais, aterramentos, infraestruturas hidráulicas, instalações extrativo-minerais, comerciais e industriais. No entanto, no debate cultural surgiram definições que destacam o significado do patrimônio como forma de construir o bem comum. Esse elemento reforça a necessidade de valorização de uma nova civilização empreendedora, com caráter complexo, participativo e inclusivo. Nesse sentido, o patrimônio de um território não é representado por recursos econômicos e/ou por bens materiais isolados. Uma catedral, um castelo, uma tradição, uma paisagem natural e uma forma característica de produzir algo, por exemplo, devem ser combinados e articulados por uma história singular da localidade.

Por conta disso, emerge a discussão sobre as paisagens inerentes ao patrimônio territorial que adquirem seu valor patrimonial, ou seja, são consideradas paisagens-patrimônio, ou melhor, paisagens patrimoniais. Logo, o patrimônio territorial diz respeito aos atributos tangíveis e intangíveis do lugar ou território, refletindo as particularidades únicas daquele recorte territorial. Isso exige a ativação dos processos de participação dos habitantes para a construção de projetos compartilhados enquanto um importante momento de reapropriação da consciência

dos valores e problemas do próprio território e, ao mesmo tempo, desenvolve oportunidades de imaginar e desenhar um futuro possível e desejável.

Destaca-se, nesse ínterim, a preponderância do planejamento estratégico e participativo, agregando diferentes forças como, por exemplo, universidades, poder econômico, poder público e, principalmente, a comunidade portadora desses valores em sua memória e história. Conforme afirma Dallabrida (2020, p. 27):

Uma visão do patrimônio territorial surge como revelação social consciente e compartilhada dos potenciais complexos (ecológicos, culturais, simbólicos, econômicos) inerentes a um território que origina um processo social de patrimonialização, que pode levar à mobilização de ativos em ações de agregação de valor.

Para Silva (2011), o desenvolvimento territorial aparece a partir de categorias voltadas para o lado econômico, social, ambiental e cultural. Junto a isso, a valorização dos bens culturais como bens econômicos e simbólicos exerce influência direta sobre os objetivos da patrimonialização da cultura e dos bens culturais. Logo, o desenvolvimento pode ser compreendido como forma de felicidade humana, isto é, a expansão da liberdade humana é o principal meio e fim do desenvolvimento e o objetivo deste é a avaliação das liberdades desfrutadas pelas pessoas. Em outras palavras, o desenvolvimento requer o afastamento das fontes de privação de liberdade e de escolhas, tais como pobreza, Estado repressivo, negligência de serviços públicos como saúde, educação, transporte, moradia e desemprego, fatores que para o autor se constituem em liberdades substantivas.

Por estar norteado pelas diferentes visões de mundo própria às comunidades locais, o conceito de desenvolvimento é ideológico no sentido de que as ideias projetadas correspondem aos condicionantes da vida material dos grupos sociais. No entanto, os grupos que não se apoderam desse conceito nem o colocam em prática no seu cotidiano correm o risco de serem excluídos do processo de desenvolvimento planejado “de cima para baixo”. Com a construção local do projeto de desenvolvimento, a patrimonialização dos bens culturais pode propiciar o desenvolvimento local em suas várias dimensões, sejam sociais, econômicas ou culturais.

Em seu conteúdo, a patrimonialização do território como forma de promover o desenvolvimento local deve propiciar o reconhecimento dos saberes tradicionais e populares por meio do reconhecimento do patrimônio imaterial presente na singularidade dos lugares, seus modos de fazer, festividades, conhecimentos e culinária local, ou seja, os signos culturais destes grupos serão tão valorizados e reconhecidos quanto os signos culturais da chamada alta cultura. Este fator direcionará o foco de políticas públicas com base na valorização dos bens culturais desses grupos sociais com a finalidade de promover o reconhecimento deles, além de propiciar condições que fundamentem o desenvolvimento local. Ainda, segundo Silva (2011):

[...] patrimônio cultural não está dotado de valor em si mesmo, porém, cada grupo e subgrupo humano atribui e adscrive valores e significados, específicos em cada momento histórico, aos seus bens culturais, escolhidos dentro dos múltiplos elementos culturais, o que implica a existência de um processo social de seleção e de atribuição de valores. [...] a preservação dos rituais religiosos, conhecimentos tradicionais, culinária, interpretações musicais e cênicas, atribuídos como patrimônio cultural proporciona para a comunidade uma aproximação do patrimônio com a produção cultural do passado e do presente; [...] patrimonialização de referentes culturais que vejo materializar a obsessão pelo passado configura-se como uma estratégia de proteção, baseada na conservação de identidades centradas, unidas e coerentes, mediante a valorização do patrimônio e da memória, como resposta às pressões das forças da globalização, ao desconforto do presente e às incertezas do futuro (SILVA, 2011, p. 08).

Em meio ao processo de patrimonialização do território destaca-se “a arte de fazer” que expressa a cultura do grupo e que pode demonstrar a transição possível entre bens culturais para a geração de renda para a comunidade. É o caso específico do artesanato ou dos bens artesanais que podem ser comercializados. Conforme afirmam Figueiredo e Cavedon (2012), o processo de patrimonialização gera visibilidade e aumento da demanda dos produtos artesanais. Isso contribui diretamente para a perpetuação desse saber fazer no contexto contemporâneo. Entretanto, torna-se necessário evitar a massificação da produção, o que descaracteriza os modos de fazer enraizados nas pessoas e na cultura, isto é, a massificação conduz ao esvaziamento de sentido do bem cultural em relação aos contextos de produção e consumo.

As artes de fazer possuem especificidades no artesanato enquanto prática cultural. Logo, a valorização do patrimônio cultural e a necessidade de reabilitar e

proteger bens representativos da identidade de um povo constituem fundamento do desenvolvimento sustentável nas práticas de artesanato. As características estéticas do artesanato estão culturalmente vinculadas à funcionalidade dos objetos produzidos. Na passagem para o artesanato como bem passível de comercialização para geração de renda na comunidade, deve-se manter a identificação com um universo peculiar de práticas e costumes, sem que seja alterado seu ponto de vista sobre sua produção e sobre cada saber original incorporado aos objetos.

O reconhecimento público de determinada produção artesanal enquanto patrimônio associado à identidade cultural de um grupo social indiretamente acarreta a inserção do artesanato em novos sistemas de produção e consumo, e isso pode alterar a maneira como a atividade é realizada no que diz respeito ao atendimento às técnicas originais, ao tempo necessário para a elaboração do produto artesanal, aos materiais empregados no processo e, principalmente ao valor simbólico que o bem vem a alcançar [...]. Se originalmente o artesanato é reconhecido pelo seu valor de uso – como é o caso dos objetos que servem ao desempenho de funções do dia-a-dia – ou por seu valor ritual – como é o caso dos objetos empregados em festas, cultos e eventos extraordinários na vida da comunidade –, o que passa a ocorrer a partir da inserção nesses novos sistemas é a valorização em razão do valor de troca, ou do preço que o bem pode alcançar no mercado de trocas capitalista (FIGUEIREDO e CAVEDON, 2012, p. 08-09).

Em um contexto no qual o artesanato é percebido como alternativa econômica para a geração de renda, especialmente diante da perspectiva do desenvolvimento do mercado de bens culturais e da indústria do turismo, o advento da patrimonialização, ao reconhecer publicamente o valor de certos bens culturais com características fixas, pode provocar alterações na prática do artesão, que é livre para buscar a inovação e definir marcas autorais para o seu trabalho de acordo com as características dos materiais com os quais trabalha e as funções pretendidas para suas obras. No entanto, ainda nesse caso, o artesão como membro da comunidade e inserido em sua memória histórico-cultural se orienta por padrões pré-existentes que pressupõem empatia e aceitação por parte dos apreciadores e consumidores de sua produção.

Para Bernardo (2020), os produtos culturais estão diretamente vinculados com as comunidades tradicionais, que podem ser compreendidas na cotidianidade da comunidade. Essa perspectiva contempla o patrimônio imaterial em sua interação plena com expressões da cultura material. Tanto o patrimônio imaterial

quanto os objetos materiais da cultura da comunidade em sua dimensão tradicional promovem a inclusão social e a melhoria das condições de vida de produtores e detentores do patrimônio cultural imaterial. Por certo, o aperfeiçoamento do processo de patrimonialização ocorre mediante ações que ampliam a participação dos grupos que produzem, transmitem e atualizam manifestações culturais de natureza imaterial nos projetos de preservação e valorização desse patrimônio. O patrimônio cultural remonta a antigas formas de trabalho e economia como é o caso, por exemplo, de comunidades tradicionais de pescadores citados por Silva (2015):

Os coletores e pescadores, em geral, são donos dos meios de produção e realizam a extração de pescado ou coleta de mariscos e caranguejos. Trata-se de uma forma de trabalho e de economia muito antiga, primária, que se remonta ao período colonial e se realiza por meio de circuito produtivo que envolve a atividade de produção de redes, da embarcação, técnicas de pescar e de maricultura, além da venda a atacado e a varejo nos setores de comércio urbano. No Rio de Janeiro, os trabalhadores vivem, em geral, em condições de muita pobreza devido à estrutura precária de sua economia e devido à deterioração das condições ambientais (poluição das águas das baías e dos rios causada pela industrialização e pela deficiência do saneamento básico) e à redução das áreas de pesca (embarque-desembarque), de navegação e as áreas tradicionais de comunidade de pescadores e de venda de pescado por causa da pressão de ocupação urbana e da modernização espacial feita pelos grandes empreendedores industriais e pelo crescimento de domicílios residenciais (SILVA, 2015, p. 03).

Outra forma possível de compreender o patrimônio territorial é a partir do patrimônio paisagístico da localidade. Desse modo, para Crespo (2016), o patrimônio territorial pode ser percebido a partir de seu patrimônio paisagístico configurado a partir da conjugação de seus Patrimônios Cultural e Natural e suas sinergias. Entretanto, o maior desafio em relação ao patrimônio paisagístico está na consolidação de uma política por parte do Estado que seja capaz de dimensionar um modelo de gestão das paisagens que cumpra sua função mediadora entre os interesses econômicos e sociais, garantindo os meios de reprodução sustentável para a totalidade da sociedade brasileira.

As formas de produção econômica primárias voltadas para a exportação de commodities crescem de maneira impactante nas últimas décadas e, com isso, áreas que poderiam ser demarcadas como patrimônio paisagísticos por vezes são

atravessadas pelas atividades econômicas em larga escala como, por exemplo, plantio de soja, cultivo de milho, pecuária, mineração, entre outras.

Para Crespo (2016), no caso específico da mineração, historicamente, a exploração dos recursos minerais foi o principal motor de desencadeamento da ocupação humana do território, principalmente, durante o Período Colonial Brasileiro, quando a mineração aurífera desempenhou papel fundamental na ocupação do interior do Brasil.

O acelerado alargamento das dimensões das áreas a serem exploradas proporcionou a necessidade ilimitada de empresas controlarem os espaços nos territórios ocupados pela produção agrícola. Em grande medida, esse controle impulsionou a formação de espaços urbanos atraídos pelo crescimento econômico, implicando, com isto, em transformações espaciais mais aceleradas nas regiões exploradas que, por sua vez, causaram impactos socioambientais cada vez mais significativos.

Diante deste cenário, há um conjunto de contradições próprias das questões de patrimonialização do território. Gradativamente, de acordo com Calvimontes, Ranca e Ferreira (2018), tais contradições emergiram a partir da criação dos Parques Nacionais nos Estados Unidos do século XIX, tanto com base no processo histórico da visão dos estudiosos do meio ambiente sobre o papel das áreas protegidas quanto sobre sua relação com a sociedade. Os processos históricos que trazem as contradições do patrimônio territorial, em especial quando relacionado com patrimônios paisagísticos, têm natureza complexa, uma vez que as áreas protegidas se diversificaram ao redor do mundo, apresentando-se como a pedra angular de praticamente todas as estratégias nacionais e internacionais de conservação da biodiversidade. Mediante os debates realizados, o quadro atual demonstra força quanto ao preservacionismo e ao conservacionismo de áreas protegidas de uso indireto ou de uso direto e à proteção estrita ou ao uso sustentável que são ainda postas em prática, discutidas e ressignificadas no mundo inteiro.

As características atuais da noção de patrimônio a torna um viés analítico interessante para a compreensão dos diversos mundos sociais e culturais, além de constituir-se como uma possibilidade de transição e mediação entre diversos

contextos históricos. Este aspecto aparece no âmbito da conservação de espaços, na qual está em jogo a afirmação e a legitimação de grupos sociais muitas vezes vulneráveis ou historicamente oprimidos e que têm seus modos de vida e seus territórios ameaçados, formando as principais características da concepção de patrimônio na contemporaneidade como uma noção polissêmica, mutável, de amplo uso e apropriação por múltiplos atores em diversos contextos e como produto de um processo de construção social que não está isento de obliquidades, contradições e conflitos.

No caso brasileiro, o início das políticas relacionadas à questão patrimonial aconteceu entre 1933, com a instituição da cidade de Ouro Preto como patrimônio cultural nacional, e 1934, com a criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais. Esta última veio a orientar a gestão do governo federal por mais de 40 anos e esteve baseada na concepção patrimonial da monumentalidade e da identidade nacional, típicas daquelas políticas de proteção europeias com raízes na formação dos Estados Nacionais durante a Revolução Francesa (FUNARI e PELEGRINI, 2006). Somente após esse período é que as orientações acerca do patrimônio territorial caminharam em direção às propostas ambientais e paisagísticas. E, somente no início do século XXI, com o processo de construção e implementação do Plano de Manejo (PESM) que as estratégias foram direcionadas para os elementos identitários das comunidades locais para enfrentar os conflitos e as contradições da patrimonialização territorial.

Para Crespo (2016), o patrimônio cultural brasileiro é composto por bens de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Junto a isso, os atributos naturais destas áreas devem ser integralmente protegidos, com o mínimo indispensável de alterações, proporcionando espaço para o desenvolvimento de atividades de pesquisa, monitoramento, educação e interpretação ambiental e, no caso dos parques, recreação em contato com a natureza e o turismo. Logo, os elementos naturais e culturais devem ser investigados e, a partir disso, o planejamento estratégico passa a ocupar a centralidade na promoção do desenvolvimento local por meio do patrimônio territorial.

Na perspectiva histórica, a construção do planejamento enquanto racionalização do mundo da vida pode ser pensada em três momentos que se desdobram dentro da modernidade. Em um primeiro momento, é possível conceber o planejamento como vinculado à noção de progresso e, neste sentido, decorrente da via econômica alavancada pela industrialização. Posterior a isso, o planejamento passa a constar em uma agenda política, mediante a qual emerge uma perspectiva crítica interessada em fazer frente ao capital em sua condição de gerador de desigualdades socioeconômicas. Por fim, é possível constatar em nossa época a dimensão dialógica do planejamento, a qual assume a condição de promover a interação de forma interdisciplinar de diferentes áreas de conhecimento, tendo em vista abarcar a complexidade constitutiva do universo socioeconômico e, com isso, possibilitar o enfrentamento dos entraves que impedem a melhoria da qualidade de vida dos diferentes grupos sociais.

Também é possível pensar a modernidade como o campo de racionalização das diferentes esferas do mundo da vida, com ênfase para a esfera econômica. Tal ênfase é atribuída mediante as profundas transformações trazidas pela Revolução Industrial na Inglaterra do século XVII, a qual passou a impulsionar as demais dimensões da vida humana, tornando-se o ponto de partida para a racionalização da econômica, política e da sociedade como um todo. Logo, o processo de industrialização, que colocou em marcha o modo de produção capitalista, fez com que a ciência e a tecnologia se desenvolvessem rapidamente, comportando em seu modo de funcionamento a proposta de intervenção da dimensão econômica.

O aperfeiçoamento das forças produtivas passou a ser também a intensificação da ciência, construindo no campo da mentalidade moderna a perspectiva de progresso enquanto fim último e certo das atividades humanas. A associação indissolúvel entre ciência e aperfeiçoamento tecnológico, convergindo para a solidificação dos recursos de produção, permitiu ordenar a racionalidade instrumental. Tal racionalidade caminhou ao encontro da elaboração de estratégias aplicáveis no campo do desenvolvimento, expandindo-se para a consolidação de sistemas complexos de pensamento no âmbito da economia e da política.

Entretanto, a aceleração da proposta de crescimento por meio da industrialização obteve entraves no século XVIII quanto aos desafios da

urbanização, da desigualdade social e das novas epidemias. Se por um lado o otimismo tomou conta da modernidade, por outro, os avanços econômicos resultaram problemas sociais carentes de explicação e planejamento. Nesta direção, emergiu o Positivismo como espaço de planejamento da esfera social atravessada por dificuldades. Contudo, ainda na condição de desdobramento da mentalidade moderna, o Positivismo se apresenta com uma postura conservadora, buscando mecanismos de correção dos problemas residuais dos avanços produzidos pela modernidade.

Em confronto com o discurso liberal, surgiram formas diversas de promover a síntese da modernidade. Entre elas, pode ser destacado o marxismo, que se dispôs a elaborar uma proposição contra a hegemonia do capital. Este elemento inovador culminou no discurso da esquerda e colocou a sociedade em um cenário composto por dominantes e dominados, tendo por base duas classes sociais antagônicas oriundas dos seus lugares ocupados dentro dos modos de produção.

Porém, a perspectiva marxista com base na luta de classes tem seu esgotamento na primeira metade do século XX, deixando aberto um campo para ser pensada outra forma de intervenção da realidade social que não seja necessariamente pela via revolucionária. Podemos destacar, neste momento, a construção das bases do planejamento pela via da planificação democrática. A racionalização do mundo da vida se coloca como possibilidade de empreender o controle social, preservando a liberdade. Junto a isso, a concepção de intervenção social orientada é proposta por meio de dois percursos integrados. O primeiro deles diz respeito ao diagnóstico que deve ser elaborado acerca da realidade econômica, política e cultural. No segundo momento, o planejamento se apresenta como modo de aplicar técnicas sociais para a correção dos desajustes da realidade diagnosticada. Em suma, o planejamento é orientado dentro de um campo epistêmico que tem na figura dos intelectuais a condição de possibilidade para a obtenção de resultados satisfatórios.

Com o avanço da institucionalização do saber em diferentes áreas do conhecimento científico (MERTON, 1970) somada à intensificação da pesquisa, encontramos no século XX uma aceitação maior do papel das Universidades na proposição de estratégias destinadas para a intervenção social. Entretanto,

aparece neste estágio um problema de caráter epistemológico gerado pelo desencontro de diferentes modelos de cientificidade, o que pode ser resumido no conflito entre duas grandes áreas: uma primeira fundamentada no estatuto do modelo matemático (*mathesis universalis*) que, em seu encontro com o pragmatismo do século XX (DEWEY, 1958), assume a configuração da tecnociência e uma segunda área sustentada nas humanidades (FOUCAULT, 1999). Em conformidade com a análise de Ben-David e Sullivan (1975), é possível identificar um avanço ímpar na atuação da tecnociência em detrimento do campo de saber endereçado a pensar os fenômenos humanos como, por exemplo, a história, sociologia, política e parte da economia.

Esse desencontro epistemológico é somado ao esvaziamento da via de planejamento pensada a partir dos intelectuais. Do ponto de vista histórico, os regimes totalitários, com ênfase para o nazismo na Alemanha, apropriaram-se das técnicas modernas do planejamento, direcionando-as para a barbárie e desumanização. Diante disso, mecanismos de controle, tais como a propaganda e a educação, sedimentaram a via totalitária do controle político que extinguiu a liberdade (ARENDR, 1989). Não obstante, os intelectuais receberam, enquanto sujeitos privilegiados do planejamento, um segundo golpe que remeteu a sua gradativa inserção no ambiente acadêmico especializado. Tal ambiente, conforme exposto por Bourdieu (2011) na noção de *homo academicus*, demonstra o aprisionamento dentro de uma racionalidade endógena da ciência marcada por status e interesse e, simultaneamente, a perda da capacidade de projetar o futuro, o que representou a perda da via de construção de projetos estrategicamente orientados no campo da política para equacionar problemas econômicos, sociais e culturais.

Com a elevação do “moinho satânico” (POLANYI, 1980) na primeira metade do século XX, tivemos por um lado a necessidade de planejar o mundo da vida de forma democrática e, portanto, humanizada, enquanto, por outro, a paralisia dos intelectuais condicionada tanto pelas forças totalitárias quanto pela metamorfose do ambiente acadêmico.

A demarcação imediata que pode ser percebida em meados do século XX é a crise do planejamento diante do desencaixe gerado dialeticamente entre o

excesso de racionalidade técnica voltada para a barbárie política nos regimes totalitários e a asfixia de uma racionalidade emancipatória (ADORNO e HORKHEIMER, 1997), o que promoveu a descrença significativa em relação à capacidade da ciência em empreender o planejamento para além das demarcações do mercado. Exemplo clássico disso é a bomba atômica, síntese de inúmeros empenhos científicos que, em meio ao espaço decisório da política, converteu-se em destruição humana.

Na segunda metade do século XX, com os lampejos da retomada de formas democráticas de organização da vida social, o planejamento se reacende no campo da política nas premissas do Welfare-State e, de modo próximo, ganha força com a Escola de Chicago, que por meio da Etnomedologia eleva a perspectiva norte-americana (GIDDENS, 1999). Neste momento, ocorre o rearranjo das estratégias do planejamento, abandonando as teorias de longo alcance e mantendo maior enfoque nos microespaços. Em outras palavras, o planejamento deixa de ser concebido de modo sistêmico e com pretensões de universalidade para assumir uma postura de desenvolvimento endógeno que conduz as ações para o fortalecimento do encontro de demandas e potencialidades em localidades específicas.

A outra premissa na construção do que podemos considerar o terceiro momento do planejamento é formada mediante a afirmação do pensamento latino-americano postulado no rompimento com o pensamento eurocêntrico (LANDER, 2005). As teorias pós-coloniais contribuíram na elevação do pensamento da diferença, o qual tem como ponto de partida a busca por se pensar a América Latina com base na diferença e no fenômeno da exploração e da pobreza (GALEANO, 2010). Junto a isso, a América Latina, em especial o Brasil, passou por uma expansão quantitativa e geoespacial dos espaços acadêmicos e universitários, o que possibilitou a expressiva ampliação da abordagem das realidades social, econômica, cultural e política em regiões antes não observadas. Há, neste caso, o maior alcance horizontal do campo de investigação e a verticalização das investigações, trazendo à tona elementos das demandas e potencialidades de vasta gama de territórios e, com isso, possibilitando o aperfeiçoamento do desenvolvimento regional a partir do planejamento estratégico.

Diante deste cenário marcado pela abertura de um pensamento da diferença e contra-hegemônico em relação ao pensamento eurocêntrico, bem como pela expansão das Universidades, dois outros elementos contribuem para o surgimento de uma nova epistemologia do planejamento, em especial no contexto brasileiro. Trata-se, pois, do entrelaçamento de diferentes campos científicos e, somado a isso, a aproximação do ambiente universitário com vozes provenientes de diversos segmentos sociais institucionalizados a partir do poder público, da esfera econômica e da sociedade civil organizada. Esta nova postura assumida pela maneira de planificar o social caracteriza o que podemos definir como planejamento dialógico com maior aproximação das diferentes realidades regionais e locais (BUARQUE, 1999).

Quanto ao entrelaçamento de diferentes campos científicos, o planejamento passa a atuar com base na interdisciplinaridade como condição de possibilidade para a apreensão de fenômenos complexos da sociedade contemporânea e que não podem ser restringidos a abordagens unilaterais (POMBO, 2004; MORIN e LE MOIGNE, 2000). É o caso específico da perspectiva do desenvolvimento regional que pode ser focado a partir de inúmeras e inesgotáveis perspectivas reflexivas e analíticas como, por exemplo, na relação indissociável com as diferentes fronteiras na regionalização das estratégias para o planejamento e com a possibilidade de se conceber a dinâmica socioeconômica mediante registros históricos, políticos e culturais.

Em torno da realidade multifacetada e complexa sobre a qual se debruça a perspectiva dialógica do planejamento, as diferentes visões de mundo podem ser integradas em projetos de melhoria da qualidade de vida. Tais visões, presentes nos âmbitos do poder público, esfera econômica e sociedade civil organizada, formam um campo de interesses múltiplos, mas com a busca pelo consenso acerca dos rumos que a sociedade deve seguir. Esta postura é entendida por Knorr-Cetina (1996) como arenas transepistêmicas. De acordo com a autora, o consenso pode ser ampliado quando a ciência forma um espaço de diálogo com diferentes setores da sociedade.

Para Buarque (1999), as decisões geradas no planejamento expressam uma vontade dominante ou uma hegemonia. O planejamento é inicialmente

condicionado por uma disputa de interesses de instituições e atores sociais, sendo seu resultado a expressão e síntese da cooperação e/ou conflito dos atores, com seus poderes e interesses diversificados.

Em se tratando do planejamento a nível local/municipal, há maior aderência dos cidadãos com seus problemas na construção dos instrumentos institucionais de gestão e intervenção, o que promove grande complexidade em meio ao emaranhado de questões socioeconômicas e socioambientais. Diante da interação social, a tendência é de que o planejamento de uma localidade siga um processo descendente a partir do qual as grandes opções oferecem parâmetros gerais para a definição de programas e projetos. Mas, se houver maior participação de diferentes segmentos sociais pode ocorrer um processo ascendente, no qual as prioridades surgem por dimensão ou segmento social organizado. A via ascendente do planejamento requer maior estruturação dos trabalhos, incluindo montagem da equipe técnica e do sistema de organização dos agentes e atores.

No diagnóstico, deve ser combinado o levantamento de dados secundários com a visão e experiência da sociedade, procurando identificar e organizar informações econômicas e financeiras (incluindo as finanças e orçamentos municipais e os instrumentos financeiros disponíveis, créditos, etc.), socioculturais (condições de vida da população, trajetória de vida dos assentamentos, etc.), ambientais (incluindo os recursos naturais, solo, relevo, etc.), tecnológicas (incluindo assistência técnica) e político-institucionais (incluindo análise das institucionais e os mecanismos de atuação do setor público com seus programas e projetos, especialmente das instâncias espacialmente superiores, que podem ser aplicados ou atraídos para o município ou localidade). (BUARQUE, 1999, p. 52).

A definição das opções estratégicas resulta, assim, da seleção das potencialidades mais significativas – aquelas que permitem aproveitar melhor as oportunidades do contexto e enfrentar ou neutralizar as ameaças externas – e dos problemas ou estrangulamentos mais graves – aqueles que tornam o município ou localidade mais vulnerável diante do contexto por comprometerem mais a capacidade local de capturar as oportunidades e sofrerem mais as ameaças externas.

De forma estratégica, o planejamento contribui para a patrimonialização do território como via para o desenvolvimento regional. No caso de Mato Grosso do Sul, na região de fronteira entre Brasil e Paraguai, um projeto se destaca mesmo

que em sua fase inicial. Trata-se de um projeto de patrimonialização associado com o desenvolvimento regional voltado para um conjunto de municípios do estado de Mato Grosso do Sul, que em sua maioria apresentam significativa vulnerabilidade econômica e social, em especial, aqueles localizados ao sul, em áreas de faixa de fronteira (SONAGLIO, ZAMBERLAN e BUSÓN, 2020). O projeto remete a um antigo caminho que era utilizado desde a época pré-colonial como ligação entre o norte e o sul.

A proposta é de criação de uma paisagem cultural com ênfase em um elemento identitário da região: a Erva-Mate. Isto faz com que o trajeto seja denominado “Caminho para os Ervais”. O caminho serviu ao longo dos séculos como via de entrada às novas culturas, algumas vezes oriundas do Norte e em outras do Sul. Para Sonaglio, Zamberlan e Busón (2020), há indícios de que durante a época pré-colonial o trajeto fazia parte da rede de comunicação local como um ramal na direção Norte-Sul entre o caminho Peabiru, que conectava o oceano Atlântico com o Pacífico, sendo possível recorrer desde o rio da Prata até o interior do continente. De acordo com Busón e Zamberlan (2018), a denominação deste caminho está inspirada no mapa de 1876 (Croquis da parte da Província de Matto Grosso imediata aos limites com a República do Paraguay) que expõe de forma clara a rede de caminhos que conectavam as primitivas populações locais e seus usos. Para os autores, são 36 municípios que compõem o caminho e a região engloba em torno de 702.235 habitantes em um território de 114.836 km².

Pelo aspecto econômico de geração de produção, esse espaço é marcado por elevada heterogeneidade, pois reúne cidades que ocupam as primeiras posições no ranking de Produto Interno Bruto (ano 2015) estadual, como por exemplo Dourados (3^a), Ponta Porã (5^a), Maracaju (6^a), ao passo que outros se classificam nas últimas posições (Coronel Sapucaia (63^a), Juti (65^a), Paranhos (70^a) e Japorã (79^a). Ademais, quando se analisa a proporção de vulneráveis à pobreza, isto é, indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais, observa-se que em média 42,51% da população encontram-se nesta condição, com rendimento médio de 141,15 mensais. Porém, algumas cidades têm índices alarmantes, com aproximadamente 70% da população vivendo nesta condição, com renda inferior a R\$ 88,00 mensais como o caso de Paranhos e Japorã (R\$ 74,99) (SONAGLIO, ZAMBERLAN e BUSÓN, 2020, p. 47-48).

A proposta de divulgação e valorização dos elementos históricos do percurso do Caminho para os Ervais deverá agregar valor aos bens culturais e, com isso,

promover o desenvolvimento da região. De fato, afirmam os autores que o território possui riquezas históricas, culturais e paisagísticas, o que poderá convergir para a criação de produtos e serviços dentro de uma rota turística capaz de expressar suas potencialidades por meio da valorização de sua identidade cultural.

Dentre os 36 municípios que compõem o “Caminho para os Ervais” está o município de Amambai. Este município está centralizado no Caminho e apresenta potencial significativo para se tornar a capital do percurso. Cabe destacar as potencialidades presentes na história, memória e identidade cultural de Amambai por meio de metodologia qualitativa que contribui para a criação de um inventário dos elementos históricos e culturais da localidade.

3. PATRIMONIALIZAÇÃO DOS ELEMENTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS DE AMAMBAI

A presente pesquisa tem como esforço metodológico elaborar a interpretação a partir de dados secundários provenientes de pesquisa bibliográfica, sustentando-se em abordagens construídas sobre a investigação a partir dos objetivos e da problemática apresentados na introdução do trabalho. Em linhas gerais, a pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir de materiais publicadas em livros, artigos, dissertações e teses. Segundo Cervo, Bervian e da Silva (2007, p. 61), a pesquisa bibliográfica “constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema.” De maneira semelhante, o levantamento bibliográfico é feito a partir da análise de fontes secundárias que abordam, de diferentes maneiras, o tema escolhido para estudo. Após a seleção do material, este deverá ser lido, analisado e interpretado. Durante o processo da pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador faça anotações e fichamentos sobre os conteúdos considerados mais importantes e que eventualmente serão usados como fundamentação teórica em seu trabalho.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Para Gil (2007, p. 44), os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são sobre investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema. Por se tratar de uma abordagem interconectada em meio a diferentes perspectivas, a presente pesquisa foi construída a partir do método multicritério que se ajustou de modo satisfatório com as pretensões da pesquisa bibliográfica.

De acordo com Treinta, Farias Filho, Sant’Anna, Rabelo (2014, p. 509), a metodologia da pesquisa bibliográfica pode ser otimizada por meio do método

multicritério mediante a distribuição do trabalho em etapas complementares. O método multicritério para a priorização dos artigos deve estar conectado a um processo de planejamento da pesquisa seguido pela construção do portfólio de artigos. Diante disso, a primeira etapa consiste na determinação dos conceitos básicos que deverão ser explorados pela pesquisa. No caso da pesquisa aqui elaborada, os conceitos centrais utilizados foram desenvolvimento regional e patrimonialização territorial. Assim, a metodologia transita para o segundo momento em que a estratégia de estruturação da “árvore conceitual” tem como finalidade desdobrar os objetivos de pesquisa em palavras-chave, tanto no sentido vertical como no horizontal. No sentido vertical, o intuito é estabelecer áreas temáticas distintas e complementares que possibilitem que a pesquisa feita seja abrangente, o que aqui foi correlacionado com os aspectos estritamente conceituais e do desenvolvimento regional. Quando ao sentido horizontal, buscamos a contextualização e as interfaces da patrimonialização territorial com outras possibilidades de interpretação como, por exemplo, o levantamento dos elementos históricos presentes na identidade cultural de Amambai. Por conseguinte, as áreas temáticas foram subdivididas em vários ramos, garantindo dessa forma a profundidade e a especialização da pesquisa, tendo em vista a abordagem por meio de diferentes autores e suas perspectivas.

Em se tratando da realização da pesquisa bibliográfica, indicada por Treinta, Farias Filho, Sant’Anna, Rabelo (2014, p. 511), foi realizado o levantamento nos seguintes repositórios que seguem descritos. Scielo (<http://www.scielo.br/>), a Scientific Electronic Library Online, que é uma biblioteca eletrônica com um acervo selecionado de periódicos científicos brasileiros desenvolvida pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) e a BIREME (Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde), ferramenta que conta com o suporte do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico); Google Acadêmico (<https://scholar.google.com.br/>): ferramenta de pesquisa de publicações científicas que apresenta e discrimina resultados em trabalhos acadêmicos, literatura escolar, periódicos de universidades, capítulos de livros e artigos variados; Portal da CAPES (periódicos), desenvolvido pela CAPES, que é a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o portal periódicos (<http://www.periodicos.capes.gov.br/>)

disponibiliza o texto integral de artigos de milhares de revistas científicas brasileiras e internacionais. Além disso, a plataforma também conta com mecanismos de busca que pesquisam em dezenas de bases de dados, ampliando bastante a abrangência de seus resultados; BDTD – Desenvolvida pelo IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia), a BDTD, sigla para Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (<http://bdttd.ibict.br/vufind/>), reúne um acervo com milhares de publicações de trabalhos acadêmicos, integrando o sistema de dezenas de instituições de ensino e pesquisa do Brasil.

Posterior a isso, foi possível formar o banco de dados inicial com a catalogação dos documentos científicos e a retirada de todos os artigos que não apresentaram aderência com a pesquisa. Logo em seguida, foi refinada a amostra para o portfólio de artigos selecionados com base na aderência à pesquisa, o que conduziu para uma última filtragem mais seletiva por meio da leitura dos resumos e das palavras-chave dos artigos. Neste percurso, a aplicação do método multicritério de apoio à decisão para a priorização de documentos ocorreu com a seleção e distribuição dos artigos em conformidade a estrutura da pesquisa previamente disposta: desenvolvimento regional, patrimonialização territorial e elementos históricos formadores da identidade cultural, em especial na identidade presente em Amambai.

Diante do fato de que a natureza da pesquisa está norteada por uma abordagem interpretativa-hermenêutica e com a pretensão de aprofundamento em oportunidade posterior, a pesquisa quantitativa não foi utilizada devido à natureza do objeto em questão. Entendemos que este fato não comprometeu a análise e possibilitou a passagem para a etapa de sistematização mediante a compreensão do fenômeno dos elementos indispensáveis para a patrimonialização do território de Amambai, embora pesquisas futuras poderão trazer uma quantidade incalculável de novos elementos aqui não apreciados em razão do tempo disponível, dos entraves apresentados na introdução e das próprias características do tema abordado.

A investigação encontra-se diretamente vinculada à relação existente entre a memória histórica e a identidade cultural, o que remete a um conjunto ampliado de valores que inicialmente coloca em evidência a dimensão espontânea dos

elementos almejados e implica na inviabilidade de estabelecer um recorte temporal fixo para a pesquisa. Junto a isso, lidamos com a essência semântica da esfera cultural:

Si entendemos por cultura (más que el mundo de los libros y las bellas artes) el conjunto de procesos simbólicos a través de los cuales se comprende, reproduce y transforma la estructura social (...) Lo que debiéramos investigar centralmente para conocer las relaciones entre cultura transnacional y culturas populares es de qué modo los cambios político-económicos se combinan con la reformulación de las políticas culturales para promover una nueva cultura política, un nuevo sentido de la vida social (CANCLINI, 1989, p. 29).

Com a intenção de alcançar os conteúdos significativos da socioautobiografia e das entrevistas, utilizamos a metodologia qualitativa de abordagem “compreensiva hermenêutica”, descrita por Jürgen Habermas (1987) como “Eu-Identidade”. A escolha desta metodologia ocorreu em razão dos pesquisadores investigarem um contexto histórico e social no qual estão diretamente inseridos na Fronteira Brasil/Paraguai. A significação deve ser constantemente recriada por interpretações retrospectivas da biografia, continuamente renovadas, corrigidas e enriquecidas cumulativamente. Não existe significação senão em um sistema de referências cuja transformação corresponde a um processo de formação, este processo deve satisfazer os critérios de um desenvolvimento autobiográfico (HABERMAS, 1987, p. 167).

Em linhas gerais, a metodologia do Eu-Identidade ocorre mediante a socialização dentro de um processo aquisitivo de competência linguística, o qual é constituído por interações sociais. Pela sua complexidade e abstração gradativa, o resultado das análises interpretativas corresponde a um processo mais amplo que possibilita melhor interpretação da realidade frente a intersubjetividade dos atores sociais. Este “eu”, por sua vez, é dependente do processo de trocas simbólicas e comunicativas presentes no mundo (objetivo, social e subjetivo). Desta maneira, a intersubjetividade comunicativa leva compreender que valores e comportamentos não são leis da razão pertencentes ao indivíduo e sim resultado de uma relação intersubjetiva formada socialmente (CAETANO, 2016).

Neste sentido, o significado adquirido sobre as coisas ou as pessoas é próprio a uma história e do desenvolvimento do seu todo. Esta história o sujeito

pode apoderar-se ainda que apenas de forma implícita, ficando assegurado que cada significação esteja integrada em uma unidade de sentido, que representa uma unidade irredutivelmente individual em um mundo centrado no Eu. Este fator indica a possibilidade de aperfeiçoar a metodologia proposta a partir da “Observação Participante” construída em meio a vivências do Eu e que agora são descritas e transformadas em “descrição densa” (GEERTZ, 1989).

Podemos considerar que a Observação Participante constitui uma técnica de investigação que usualmente se complementa com a entrevista semiestruturada ou livre, embora também com outras técnicas como análise documental, sendo que que a mesma pode ser aplicada de modo exclusivo. Para a sua utilização como procedimento científico, é preciso que estejam reunidos critérios, tais como o responder a objetivos prévios e ser planejada de modo sistemático, sujeita à validação e verificação, precisão e controle (CORREIA, 2009, p. 31).

Também neste sentido, Correia (2009) explica que a observação participante é realizada em contato direto, frequente e prolongado do investigador com os atores sociais, nos seus contextos culturais, sendo o próprio investigador instrumento de pesquisa, e por isso requer a necessidade de eliminar deformações subjetivas para que possa haver a compreensão de fatos e de interações entre sujeitos em observação e no seu contexto.

A convergência destes três recursos metodológicos nesta pesquisa, Eu-Identidade, Observação Participante e Descrição Densa, viabilizou no decorrer de uma vida de experiências somadas com os conceitos obtidos nas disciplinas do PPGDRS inúmeras interpretações que colocam em evidência os elementos históricos e culturais direcionados para a patrimonialização do território de Amambai.

Este capítulo tem como objetivo promover o levantamento de elementos históricos e culturais do município de Amambai que podem ser circunscritos pela concepção de patrimonialização territorial e que possam se predispor a alcançar o desenvolvimento regional. Para isso, utilizamos duas estratégias metodológicas registradas por autores clássicos do pensamento ocidental. Em um primeiro momento, a partir das vivências do autor desta pesquisa, o acadêmico José Brites dos Santos, o inventário socioautobiográfico, apoiado na concepção de “Eu-

Identidade” de Habermas (1987), prática investigativa que pode ser observada em obras consolidadas de Elias (1995; 2001) e Buber (1991). Para que a narrativa sociobiográfica contenha caráter interpretativo, utilizamos a prática científica encontrada na obra antropológica de Geertz (1989) e denominada “descrição densa”. Tal forma de descrição visa captar o conjunto de significações que circunscreve signos aparentemente isolados. Por se tratar de uma atividade hermenêutica, buscamos demonstrar seu respectivo contexto de problematizações. Junto a isso, buscamos manter a disposição da narrativa de maneira fluida e concatenada, indicando em notas de rodapé a problematização dos signos selecionados na construção do trabalho. Encontramos essa prática consolidada na obra de Weber (2004), a qual se ramifica em um conjunto amplo de notas de rodapé com o objetivo de manter o ordenamento narrativo da pesquisa. Em se tratando do critério de seleção dos signos problematizados, entramos no segundo momento desse capítulo, composto por dezoito entrevistas abertas feitas com moradores de Amambai escolhidos de maneira aleatória. A observação detalhada do conteúdo das entrevistas viabilizou a complementação do inventário, isto é, elementos ausentes nas entrevistas e presentes na narrativa autobiográfica foram destacados nesta última para sua respectiva problematização. Diante disso, segue abaixo o primeiro momento demarcado pela socioautobiografia (Eu-Identidade) e, na sequência, as entrevistas serão apresentadas em meio às respectivas análises que se fizeram pertinentes para a construção do inventário dos elementos que compõem a identidade histórica e cultural na patrimonialização do território de Amambai.

A discussão sobre a patrimonialização do território de Amambai conta com um trabalho pioneiro que daremos ênfase nessa fase inicial deste capítulo. Trata-se da pesquisa “Patrimônio Histórico Cultural de Amambai: Os Caminhos e Lugares da Memória Social” das professoras Dra. Viviane Scalon Fachin (*in memoriam*) e Dra. Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues, publicada em 2018, no aniversário de 70 anos de Amambai, no livro “Amambai: 70 anos de História”, com tiragem de 500 exemplares impressos mediante parceria entre a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e a Prefeitura Municipal de Amambai, na pessoa do Excelentíssimo Prefeito Municipal Dr. Edinaldo Luiz de Melo Bandeira.

O texto apresenta em seu conteúdo três fatores expressivos que merecem destaque: 1) A primeira vez que o tema da patrimonialização de Amambai foi tratado de modo científico; 2) A significativa contribuição das autoras para o município de Amambai no campo da História e da Educação, haja visto que a Professora Dra. Viviane Scalon Fachin foi Gerente da UEMS/Amambai desde sua criação em meados da década de 1990 até sua partida no ano de 2019, viabilizando inúmeras parcerias no município e a Professora Dra. Marinete é Coordenadora do primeiro e único Mestrado (em Ensino de História) até o presente momento no município; 3) O texto faz a justa homenagem em caráter de registro científico a duas pessoas fundamentais da história e da cultura de Amambai: Sr. Almiro Pinto Sobrinho e Sr. Jamil Martins Melo, ambos responsáveis pela criação e coordenação, respectivamente, do Museu "José Alves Cavalheiro" e do "Projeto Violas de São Gonçalo".

Diante desses três fatores, pedimos às autoras a compreensão para não apenas citarmos a pesquisa, mas sim para reproduzirmos abaixo as partes do texto que mais ressaltam os elementos da patrimonialização de Amambai. De maneira semelhante, pedimos a compreensão do PPGDRS e dos leitores para suspendermos neste momento o rigor metodológico e científico para que juntos possamos apreciar tais partes do texto na sua originalidade.

Abre aspas [...]:

Da mistura dessas "gentes", indígenas, portugueses, espanhóis e paraguaios, surgiu uma população peculiar, que habita uma região de contrastes, bem no coração da América Meridional. Do antigo ponto de paragens de aventureiros e exploradores, na época da colonização, formou-se uma sociedade, que hoje se orgulha das escolhas feitas no passado que servem como referências para as gerações futuras. Estamos nos referindo ao atual município de Amambai, região escolhida para se construir uma vida, sonhar, plantar e colher os frutos das experiências de quem ousou criar esperanças e construir as bases políticas e econômicas que servem de esteio para se traçar projetos e planos a serem concretizados. Amambai se localiza ao sul do Mato Grosso do Sul, no centro-oeste do país. Limita-se com os municípios de Coronel Sapucaia, Tacuru, Aral Moreira, Laguna Carapã, Caarapó, Juti e Iguatemi.

Nas relações sociais, o homem produz e reproduz sua cultura, técnicas e tecnologia material prática, que se traduz em objetos, arquitetura, artefatos, pinturas, fotografias, saberes, arte, como também na produção da alimentação, música, dança e gestos. Nesse fazer os amambaienses criaram e recriaram comportamentos, costumes e ações modificadas no contato entre os diferentes grupos que se traduz na materialidade sociabilidade dos processos produtivos, que gerou diferentes elementos culturais, formadores do Patrimônio Histórico, Cultural, material e imaterial.

[...] Cultura são práticas sociais, processos constitutivos das identidades individuais e coletivas, que fazem parte do domínio da língua e das linguagens específicas aos grupos de interesse e convivências na cidade de Amambai. Com efeito, vale ressaltar que das trocas culturais e interação socioeconômica surgiram novos aprendizados transformados em objetos e produtos da cultura que se modificam sob as múltiplas influências no contato espontâneo, casual ou necessário.

Este artigo tem como objetivo mostrar que da interação entre os diferentes povos que fundaram, construíram e ocuparam a região de Amambai. Surgiu uma cultura bastante singular marcada pela diversidade populacional e processos socioeconômicos específicos, que deram origem ao patrimônio histórico cultural. Dessa dinâmica resultaram múltiplos produtos da cultura material e imaterial, são bens culturais, que devem ser preservados no presente, pois se constituem como parte da história daqueles que construíram essa sociedade.

Em Amambai, essa tarefa tem sido parcialmente realizada pelo Museu "José Alves Cavalheiro", localizado na rua General Câmara, n. 527, que busca salvaguardar e preservar a memória da formação da sociedade local a partir da constituição de um acervo com conteúdo bastante heterogêneo e diversificado.

Levado por sua consciência histórica, por curiosidade e gosto pelo colecionismo, o Sr. Almiro Pinto Sobrinho formou um rico acervo de objetos pessoais, tecnológicos, documentos, peças, fotografias, obras artísticas, relatos, figuras, memórias, mobiliários e jornais, que pertenceram em algum momento histórico a algum cidadão amambaiense. Esses artefatos da cultura material encontram-se disponíveis para visitação e como indícios do passado revelam aspectos importantes do processo de formação da história local.

Os artefatos que estão no Museu, como parte do colecionismo, contribuem para não deixar cair no esquecimento as escolhas e ações de homens e mulheres que contribuíram para desenvolver a cidade de Amambai como hoje nós a conhecemos.

Reavivar a memória social dos grupos, fortalecendo, assim, as identidades e os laços socioafetivos entre os cidadãos de diferentes gerações é parte dos objetivos que cercam a preservação da cultura material. Nessa perspectiva, é imprescindível que as universidades, escolas, instituições públicas e privadas invistam recursos humanos e financeiros para promover pesquisas, eventos, visitação e projetos de preservação dos artefatos, como forma de se valorizar os bens culturais, material e imaterial, democratizando, ao mesmo tempo, os saberes e o conhecimento histórico, ressignificando os sentidos das práticas sociais de homens e mulheres que escolheram viver na região de Amambai. Nesse sentido, buscamos mostrar a importância da Praça Valêncio de Brum, localizada no centro de Amambai, para as ressignificações do patrimônio cultural e das memórias coletivas.

A Praça é um espaço de práticas sociais, culturais, políticas, econômicas e religiosas. Abriga um sentido simbólico por concentrar num mesmo espaço inúmeras identificações que remetem à construção da paisagem urbana e dos processos históricos de formação social, ocupação territorial e distribuição do espaço urbano da então Vila União, conforme decreto nº 93, em 30 de setembro de 1943. a Praça Valêncio de Brum como espaço social tem seus contrastes regionais acentuados pela diversidade étnico-racial. A concentração da população indígena em Amambai é um fator determinante na configuração desse patrimônio histórico-cultural. Participando das atividades socioeducativas e recreativas realizadas na Praça, os Guarani Kaiowá acentuam o aspecto social democrático deste espaço como um lugar de interação, convivências e trocas culturais. Todas as praças têm uma estrutura física funcional determinada por normas e necessidades da população que por ela transita. Essa funcionalidade serve como elo entre os diferentes pontos que ligam a Praça Valêncio de Brum, desde sua criação oficial, como centro da cidade de Amambai, aos bairros, rodovias, aldeias, fazendas, servindo também como referência para situar outros espaços públicos e privados. A Praça cumpre seu papel social ao articular os vários pontos

geográficos, mas também os elementos sociais que agregam lembranças, histórias, memórias e práxis. Assim, preservar as memórias sociais é também participar da construção do sentido de pertencimento que faz parte das identidades do sul-mato-grossense que vive na região de Amambai, em um espaço social marcado pela diversidade cultural.

Como cultura imaterial apresentamos o hábito dos amambaienses em consumir determinadas bebidas e alimentos, que requerem um conhecimento bastante específico no preparo. Há um saber popular mantido ao longo dos processos de ocupação e desenvolvimento econômico na região da fronteira Brasil/Paraguai, o consumo da bebida conhecida como "tereré", de origem indígena foi incorporada aos costumes da população paraguaia e brasileira e está presente no cotidiano da vida social em Amambai. O tereré é a erva-mate após processo de secagem, moagem e empacotamento, consumido com água muito fria, em recipiente específico. Exige-se certa prática para preparar a bebida e também para consumi-la, pois o sabor depende da qualidade da erva e em parte da técnica de preparo. Característica relevante no consumo desta bebida é a interação que ela promove entre pessoas de diferentes níveis socioeconômicos. O ritual mais apropriado no consumo é que os apreciadores participem da roda do tereré. Assim como a "sopa paraguaia", um tipo de bolo salgado, e a "chipa ou pão paraguaio", fartamente apreciados pelos moradores de Amambai, esses alimentos são referências que nos fazem lembrar as relações com outras culturas.

O tradicional "churrasco", feito de carne bovina, é prato típico do Rio Grande do Sul e se tornou popular no país. O preparo do churrasco, geralmente fica sob a responsabilidade dos homens. Convidar familiares e amigos para degustar um churrasco tem sido um bom pretexto para reuniões comemorativas, mas também um momento para "atualizar a conversa". Ao longo do tempo o churrasco foi incorporando técnicas mais sofisticadas no preparo da carne, nas formas de assá-la.

Muitos outros motivos têm levado as pessoas a se reunirem para apreciar o churrasco. Nesse sentido, convém ressaltar que das mudanças na linguagem à produção da arte, objetos, artefatos, documentos e saberes, o universo cultural na região de Amambai ganha contornos e matizes diferenciados conforme a proposta colocada por seus moradores. O mais importante nesse fazer-se é considerar a

pluralidade cultural que existe neste espaço. A música também revela essa diversidade nos ritmos, sonoridades, sons e gêneros. Foi com o objetivo de preservar e valorizar métodos, técnicas e talentos para tocar a viola que Jamil Martins Melo criou e vem desenvolvendo o Projeto Violas de São Gonçalo

Surge em Amambai, em 2007 o movimento para criação da Associação Cultural Amambaiense com a intenção de fazer aflorar o manancial cultural que existe nesta terra, outrora mina verde.

Fruto desse movimento é formado em outubro de 2009 a orquestra VIOLAS DE SÃO GONÇALO com o objetivo de promover o ensino e a difusão desse instrumento numa região onde a sua presença se manifestava de forma tímida.

Este grupo visa a abordagem de músicas com alto valor cultural para o instrumento, assim como para a cultura brasileira. Essas músicas variam desde o que se conhece por música raiz, a música cabocla, assim como músicas atuais, fruto do movimento de valorização do instrumento viola caipira, que se faz sentir atualmente no Brasil, cujos principais expoentes são compositores como Pereira da Viola, Paulo Freire, Levi Ramiro, Júlio Santín, João Evangelista e Chico Lobo, para citar apenas alguns.

O elenco das Violas de São Gonçalo é bastante rotativo, a cada ano novos estudantes de viola caipira compõem o grupo e o que se mantém constante é a proposta de valorizar a viola caipira e músicas que sejam relevantes para a cultura regional e brasileira. (MELO, Projeto 2007)

Diferente dessa configuração, “as festas dos indígenas e paraguaios mantinham uma grande conotação religiosa” (SOBRINHO, 2005, p. 64). A mistura dessas práticas sociais resultou em manifestações culturais apreciadas e valorizadas pela maioria dos moradores de Amambai e região. Assim acontece com o Encontro de Clubes do Laço, que além de protagonizar o encontro dos participantes e apreciadores, também contribui para alavancar o comércio local por meio dos produtos consumidos com a prática esportiva de laçar animais, impactando inclusive nos serviços de hotelaria, restaurantes, postos de combustíveis e lojas de confecção.

Não muito diferente acontece com a anual Expobai, uma feira de produtos agropecuários destinada a expor o que se tem de mais atualizado no mercado

nacional e internacional em termos de produtos tecnológicos para o campo e criação de animais.

Além disso, investe-se na promoção de atividades culturais, com apresentações e shows com artistas renomados. De acordo com o site da Prefeitura Municipal de Amambai:

A Exposição Agropecuária de Amambai é um evento que movimenta toda a cidade e região do Conesul. Para realização de uma festa deste porte, os investimentos são inúmeros, desde toda a infraestrutura básica (água, luz, banheiros), como também a contratação das arquibancadas e estrutura de camarotes. A segurança é outro fator primordial do evento, por isso, o sistema de monitoramento no parque de exposições é utilizado durante 24 horas. Para a realização de todo este trabalho, são gerados centenas de empregos diretos e indiretos. As melhores raças foram expostas, além de maquinários, veículos, vestuário e a famosa praça de alimentação.

[...] *Fecha aspas.*

Amambai é um município brasileiro da região Centro-Oeste, situado no estado de Mato Grosso do Sul. Faz divisa territorial com os seguintes municípios: Coronel Sapucaia, Tacuru, Aral Moreira, Ponta Porã, Caarapó e Iguatemi. Possui área territorial de 4.202 km² e 39.826 de habitantes (IBGE, 2020). De acordo com Palma (2018, p. 69):

O município de Amambai, situado no sul do estado de Mato Grosso do Sul, a cerca de 50 km da fronteira com o Paraguai, conta, atualmente, com cerca de 38 mil habitantes. Estima-se que, desse total, quase um terço seja composto pela população indígena, a qual reside em três aldeias situadas ao redor da cidade e, em menor quantidade, nos limites urbanos do município. Amambai emancipou-se de Ponta Porã em 1949, sendo elevado a categoria de município. Assim como outros municípios do estado de Mato Grosso do Sul, a população de Amambai foi formada a partir de diversos movimentos migratórios, sejam eles internacionais (paraguaios, bolivianos, alemães, portugueses, árabes) ou nacionais (sulistas e paulistas, sobretudo). Palco de disputas territoriais desde os tempos coloniais, a região começou a receber fluxos migratórios, principalmente de sulistas e paraguaios, a partir da consolidação da extração de erva-mate que se verificou após o término dos conflitos decorrentes da Guerra do Paraguai. Até os dias atuais, a cidade é marcada pela mobilidade espacial de diversos grupos.

Importante ressaltar que o município de Amambai, além de ser composto por povos nativos e fluxos migratórios, apresenta em formação sociocultural aspectos que apontam para a concepção de “comunidades tradicionais”. Este conceito será aqui empregado como forma de organização da vida social pré-moderna, em que os valores da modernização como individualismo, lucro nas relações interpessoais, presença forte do Estado, leis de mercado, complexidade nas relações sociais, entre outros, ainda não estão suficientemente presentes de modo a não demarcar a sociabilidade. A partir do processo de modernização política aberto com a emancipação em 1949, parte dos elementos culturais tradicionais fundiram-se em cenários modernos, o que caracteriza a concepção de rurbanização que será apresentada adiante. Em se tratando das comunidades tradicionais, lidamos com uma concepção ampliada, a qual engloba diferentes grupos sociais e, com maior ênfase, emerge no espaço rural/natural de sobrevivência material e espiritual e, gradativamente, mesmo que com menor força, pode ser percebida no espaço urbano. De acordo com Mocellim (2011, p. 107):

A comunidade é mais bem percebida diante de sua antítese não comunitária. A emergência da modernidade e a crise das formas de vida tradicionais tornaram mais flagrantes tanto as características modernas quanto as pré-modernas. A modernidade transformou radicalmente as bases das relações sociais comunitárias. A globalização, com seu deslocamento de tempo e local, acabou com as possibilidades de uma demarcação clara dos limites de uma comunidade, de certa forma, dificultando a localização das relações e sua durabilidade ao longo do tempo. A expansão da cidade sobre o campo, a transformação do vilarejo em metrópole, tudo isso levou a um deslocamento da centralidade do modo de vida comunitário. Com a ampliação dos contatos, mas com a diminuição de sua importância – e considerando a quantidade de pessoas com que um cidadão de uma cidade tem de lidar sem manter vínculo afetivo, principalmente se comparado com o morador de um vilarejo –, a personalidade da comunidade foi perdendo espaço para a impessoalidade da metrópole.

A participação ampliada dos indivíduos de Amambai em tal concepção de comunidade tradicional, mesmo que estes estejam situados no perímetro urbano, dá-se a partir da memória histórica com a qual elaboram suas visões de mundo. O aspecto significativo presente na memória coletiva pode ser interpretado como o fenômeno “rurbano”, em vista do qual ocorre a fusão dos valores e da identidade cultural do rural com o urbano na mentalidade social, independentemente da localidade em que o indivíduo reside, formando a identidade cultural que remete a diferentes situações cotidianas ao estilo de vida das comunidades tradicionais que

passaremos a observar agora por meio da socioautobiografia. Essa foi composta, em um primeiro momento, por uma descrição autobiográfica e transformada em descrição densa a partir de reflexões e análises pontuais construídas com amparo de autores e conceitos em pontos específicos destacados no texto. Passaremos, agora, ao exercício socioautobiográfico.

Era madrugada do dia 17 de outubro de 1975 quando as dores de contração uterina acordaram a senhora minha mãe, que despertou o senhor Emitério, que muito apressadamente foi ter com seu “**cavalo piqueteiro**”¹, esquecendo-se até mesmo do imprescindível “**chimarrão da madrugada**”², feito da erva mate nativa que crescia em abundância naquela região, “**socada no pilão**”³, (um utensílio feito

¹ O “cavalo piqueteiro” remete a um elemento comum na identidade cultural de Amambai: a domesticação de animais como forma de subsistência material, isto é, realização das condições materiais necessárias para a existência dos indivíduos, famílias e grupos sociais em comunidades tradicionais. De acordo com Toledo (2001, p. 10), nas comunidades tradicionais as “[...] famílias tendem a realizar uma produção não-especializada baseada no princípio da diversidade de recursos e práticas. Esse modo de subsistência resulta numa utilização máxima das paisagens vizinhas, numa reciclagem de materiais, energia e dejetos, na diversificação dos produtos obtidos dos ecossistemas e, especialmente, a integração de diferentes práticas: a agricultura, a coleta, a extração florestal, a agrofloresta, a pesca, a caça, criação de animais e artesanato. Como resultado, sua subsistência implica na geração de conjunto de produtos incluindo os alimentos, os instrumentos e materiais domésticos e de trabalho, remédios, madeira, fibra, alimento para os animais, etc.”

² Para Assunção, Arnoni e Júnior (2017, p. 34), o chimarrão é um elemento cultural mutante que se apresenta em diferentes localidades, assumindo dimensões específicas no tempo e espaço, considerando o horário e a forma como é consumido, mas em geral representa um elemento cultural de socialização. A apropriação cultural deste artefato é muito presente em comunidades tradicionais e rurais, sendo transferido para comunidades modernas e urbanas. “Chimarrão (Cimarrón) foi o nome que a infusão recebeu dos colonizadores do Rio da Prata e que depois se difundiu para os demais territórios. A palavra tem origem atribuída a uma mistura dos vocabulários no espanhol e português. Para o primeiro, significa “chucro”, “bruto”, “bárbaro”, indicando os animais que se tornaram selvagens. Por analogia, passaram a designar assim a bebida rude e amarga dos nativos, tomada sem a adição de nenhum outro ingrediente que lhe suavizasse o sabor. Em português, pode-se atribuir o significado da palavra marron a “clandestino”, o que vem ao encontro do significado em castelhano para cimarrón. Em afinidade a este caso, não é difícil perceber a relação entre os primeiros “mateadores” gaúchos e a ilegalidade do uso da erva, uma vez que, no princípio, o comércio da erva-mate era proibido.”

³ O pilão é uma tecnologia antiga e sua presença é disseminada pelo Brasil em comunidades tradicionais rurais. Apesar de ser restrito hoje à condição de artefato cultural, o pilão fez parte destacada na tecnologia econômica e alimentar das comunidades. De acordo com Ziani (et. al., 2020, p. 01-02), “Em quase todas as casas que visitamos no Morro da Garça, no sertão mineiro, encontramos um pilão talhado em madeira. Mesmo os que não estão em uso, permanecem nas casas, na maioria das vezes no quintal, perto do fogão à lenha, carregando uma diversidade de memórias familiares: ‘este, meu avô que talhou’ ou ‘minha mãe pilava alimentos nele’. Muitas vezes, ao perguntar sobre o pilão, escutamos cantos de trabalho e receitas, histórias de mutirão, alimentos pilados em conjunto, em duas, em três pessoas. Arroz, feijão, milho. [...] Artefato primitivo de origem remota, o pilão de madeira, na época do Brasil-Colônia, já era utilizado na agricultura para socar alguns alimentos, tais como o milho e o café. Para sua confecção, utilizavam-se troncos de madeiras duras - como a maçaranduba, a peroba, a canela preta, o guatambu e o limoeiro - que eram escavados com fogo, e, sua haste (denominada mão de pilão), era feita com um pedaço

de madeira, onde se perfurava um grande buraco côncavo no centro e servia para triturar a erva, descascar o arroz, desfilar o charque para fazer paçoca, entre outras utilidades). Mas, não esqueceu de seu “naco de fumo”⁴ de corda produzido por seus vizinhos, parentes e amigos e, num galopar incessante, mascando e cuspidando fumo, duas léguas e meia depois estava na casa da senhora Rosalina, a mais

aparelhado dessas madeiras. A altura de um pilão variava entre 30 e 70 cm e uma haste média de 60 cm a 1,2 m. No tocante à cultura rural brasileira, pode-se afirmar que todas as casas nas zonas rurais usavam algum pilão. Os pesquisadores afirmam que essa ferramenta deve ter sido copiada dos árabes. Em 1638, nos terreiros próximos às portas das cozinhas, já havia registro do emprego de pilões nos preparos da farinha de mandioca e óleo de semente de gergelim, em substituição ao azeite de oliveira.”

⁴ O hábito de naquear fumo pertence aos hábitos socialmente compartilhados em Amambai e região. O uso do tabaco remete a uma prática milenar e diretamente associada com a cultura dos povos nativos das Américas. Diante disso, é muito provável que na região de Amambai tal prática seja também milenar e de uso dos povos indígenas, embora tenha sido disseminada no período moderno em diferentes regiões do Brasil e do mundo. De acordo com o site BATBRASIL, “O uso do tabaco está presente na história da sociedade pelo menos desde o século XV, tendo sido, ao longo do tempo, consumido de diferentes formas. Acredita-se que o tabaco seja uma planta originária dos Andes Bolivianos, onde já era utilizada por tribos indígenas. Foi justamente por meio das migrações indígenas que a planta chegou ao Brasil. O tabaco tinha caráter sagrado e era utilizado em rituais ou para fins medicinais. Seu uso se dava de diferentes formas: comiam, bebiam, mascavam e aspiravam, mas a principal delas era o fumo.” Para Santos, Bracht e Conceição (2013, p. 121), “Estudos de mapeamento genético demonstram que a América do Sul é o provável local de origem dos ancestrais das duas espécies mais difundidas, hoje conhecidas popularmente pelo nome de tabaco. As espécies a que estamos nos referindo, *Nicotiana rustica* e *Nicotiana tabacum*, provavelmente se especiaram a partir do mesmo ancestral genético, uma planta endêmica dos contrafortes orientais da cordilheira dos Andes próximos à latitude equatorial que existiu há, aproximadamente, 6 milhões de anos. Não se sabe quando e como seres humanos passaram a se interessar pelo tabaco. É provável que ele venha sendo cultivado por diversas etnias americanas desde aproximadamente 5.000 a.C., em locais próximos às suas regiões de origem. O que se conhece, com alguma segurança, é que a dispersão inicial das plantas do gênero *Nicotiana*, através do continente americano, deu-se a partir da ação indígena. Esta foi em grande parte facilitada pela enorme capacidade do tabaco em produzir sementes, cerca de 400 mil a cada ano. Existe quem afirme, embora não seja consensual, que a especiação definitiva que originou a *N. rustica* se deu após a introdução do cultivo de tabaco pelos indígenas na América Central. A partir daí, essa espécie teria sido introduzida no vale do Mississipi, acompanhando processos migratórios por volta de 2.500 a.C.”.

famosa “**parteira**”⁵ daquela região do “**Curussú-Ambá**”⁶. Duas horas depois, a senhora Rosalina, que por costume e tradição se tornaria minha avó (uma vez que toda criança assistida pela parteira se tornava sua neta de acordo com o costume), colocou minha mãe sentada num cepo, enquanto ordenava a comadre Justina que corresse “**matar a galinha**”⁷ previamente cevada para preparar a canja, que seria parte da dieta durante o período de resguardo: 40 dias de repouso absoluto, sem tomar banho, sem esforço físico e à base de vários chás de plantas medicinais ali mesmo cultivadas ou recolhidas das matas ou do cerrado abundantes na região; afinal, o resguardo era muito importante, pois havia muitos relatos de mulheres que não o respeitavam e acabaram por se tornar “loucas”. E ali mesmo aconteceu meu

⁵ As práticas das parteiras na região de Amambai são um elemento que se destaca no meio rural, urbano e nas comunidades indígenas. Tal prática remete a um saber tradicional ainda presente na memória social, embora seu uso tenha sido gradativamente substituído pela presença do médico e da medicina ocidental. Para Costa (2015, p. 11-12), “O saber tradicional das parteiras está se perdendo à medida que as condições de locomoção das mulheres grávidas para a cidade vêm sendo facilitadas por carros e outros meios de transporte. Para perpetuar este saber tradicional, as escolas devem abordar a questão do parto e da presença da parteira na comunidade em virtude da relevância desta bela profissão que, ao longo de séculos, foi o socorro das mulheres grávidas. Tratando-se da questão situacional das parteiras em comunidades tradicionais, geralmente esse tipo de trabalho é passado de geração a geração entre as integrantes da comunidade do sexo feminino, perpetuando as gerações de parteiras. As parteiras são consideradas profissionais tradicionais com experiências adquiridas ao longo de anos. De geração a geração, os conhecimentos sobre o trabalho de parto vão sendo repassados, preservando os saberes que, depois de centenas de anos, ainda prevalecem, entre eles os benzimentos, as rezas, os banhos de ervas, os chás e as simpatias”.

⁶ Curussú-Ambá, em Amambai, representa uma das inúmeras partes expressivas das vivências rurais e tradicionais que aos poucos foram modernizadas na produção agrícola, impelindo os indivíduos ao ajustamento com a urbanização e modernização das formas de vida. Conforme De David (2017, p. 55), “Foram frequentes, na história do Ocidente, e particularmente da América Latina, a subjugação de povos, tribos e grupos sociais pelos projetos de desenvolvimento e modernização econômica e tecnológica. Nesse processo hegemônico avassalador, saberes tradicionais, formas específicas e autênticas de organização social, métodos e técnicas ancestrais de cultivos e produção artesanal, tratos culturais rudimentares, tradições e hábitos seculares, foram substituídos e/ou suprimidos pelas formas ‘ditas’ mais avançadas de produção e consumo, assentadas no emprego das tecnologias modernas, na mecanização e nos insumos químicos, mais produtivos e rentáveis. É possível conciliar os modos de vida tradicionais com os avanços mais recentes da tecnologia e da vida moderna? Essa talvez seja uma das perguntas mais frequentes entre os antropólogos e a mais difícil de responder. É inegável que o acesso às tecnologias, às inovações e aos conhecimentos produzidos recentemente são patrimônios de toda a humanidade e não apenas deste ou daquele povo ou país. Porém, cada grupo social tem o direito ao desenvolvimento diferenciado, com autonomia e respeito às pluralidades e diversidades etnoculturais.”

⁷ Matar a galinha implica na transmissão de saberes tradicionais. Conforme destaca Silva (2005, p. 108), “O significado do fazer das parteiras tradicionais não pode ser buscado apenas em sua dimensão objetiva e material. Não desconsidero a importância dessas esferas para o entendimento desse fazer, contudo, considero que sua compreensão exige ir além. O partejar constitui um ato de partilha, uma ação onde múltiplos elementos são trocados. A parteira coloca à disposição da mulher e da criança o seu saber, sua técnica e sua força, mas também seu afeto, sua fé e suas rezas”.

ingresso nesse mundo com um bradar imponente da parteira: **É macho! Ordenando em seguida que se “enterrassem juntos, dentro do curral da mangueira, os restos placentários bem como o coto umbilical”⁸** após seu desprendimento natural, para que tivesse boa ventura e que nunca se afastasse de sua terra natal (acredito que funcionou!).

Sétima filha de um casal, minha mãe era semianalfabeta e autodidata nas questões de alfabetização, filha do meu avô, descendente de alemães, engenhoso inventor oriundo de Corrientes, na Argentina, que se casou com minha avó que, por sua vez, era descendente de gaúchos instalados no Paraguai. Cuidava dos afazeres do lar enquanto meu pai, pecuarista de renome tanto quanto galanteador, era descendente de italianos, por parte de pai e de indígenas Tupi-Guarani por parte de mãe.

Aos meus dois anos de idade faleceu meu pai e **“boa parte das terras que a ele pertencia foram griladas por astutos vizinhos”⁹** que, sabendo da falta de conhecimento por parte de minha mãe sobre os bens e propriedades do meu pai, apropriaram-se de terras e gado, confinando-nos a alguns poucos alqueires de terra. Eram tempos difíceis, pois minha mãe não tinha habilidades para gerir um

⁸ A superstição está ligada de modo indissociável com a religiosidade popular e com a identidade cultural no Brasil. Portanto, é um elemento transversal das comunidades tradicionais e rurais e, mesmo ao fazer o traslado para o espaço urbano, a superstição permanece presente na memória e nas práticas sociais. De acordo com Barbosa (2016, p. 52), “A superstição está fortemente vinculada à religião, embora não se limite a ela. Fato é que a religiosidade que se formou no Brasil carrega na sua gênese uma dimensão supersticiosa que permeia todas as religiões que aqui se desenvolveram com peculiaridade, resultado do encontro de diversas crenças. São consideradas superstições gestos e palavras, atitudes e ações rogativas para afastar o mal. São heranças milenares que induzem atitudes mentais, produzindo determinado comportamento. Estão ligadas às necessidades básicas de comer, beber, existir. São mecanismos de defesa do homem diante de uma situação misteriosa e incompreensível”.

⁹ A grilagem de terras é componente fundamental para a compreensão da formação territorial no Brasil, o que não é diferente na formação cultural e socioeconômica de Amambai/MS. “[...] A grilagem de terra é fundamento da formação territorial brasileira e atravessa espaço temporalmente todos os níveis e dimensões de análise do país (a sociedade, a cultura, a economia e a política). Tais aspectos enunciados revelam a via brasileira de desenvolvimento capitalista, na qual o motor da economia se assenta não na produção, mas na possibilidade de extração e sujeição da renda fundiária, ou seja, na concentração da propriedade privada da terra e na reprodução dos latifúndios grilados para o abocanhamento da massa de mais valia global realizada pela dominação fundiária. A análise da formação territorial brasileira ganha centralidade explicativa visto que o grilo (e sua legalização e legitimação) é o nó górdio da compreensão do Brasil e de suas desigualdades estruturais. Entender a lógica e a história da grilagem suscita compreendermos que o capitalismo rentista no país conforma uma via brasileira de explicação do capitalismo que se realiza a partir da dominação de terras, da formação da propriedade privada e da concentração fundiária” (PRIETO, 2020, p. 132-133)

negócio de família. Foi quando, então, arrumou um companheiro de nome Celso Bambil, ser humano desprovido de amor pelos animais, pois na lida diária com eles proferia todo tipo de palavrões e todo tipo de maldição. Ainda assim, um excelente pai postiço.

Na infância **“convivíamos com muitos indígenas que moravam aos redores da nossa casa”**¹⁰. Como minha mãe se ausentava periodicamente para tratar dos assuntos da fazenda, por vezes eu era alimentado pelos seios da dona Valé, indígena Guarani, comadre da minha mãe e mãe do Avelino, indígena da minha idade que dividia os seios de sua mãe comigo; éramos nós dois, um em cada seio.

“Tomávamos banho nos rios, fabricávamos armas artesanais e armadilhas para a caça e pesca”¹¹, arapucas que eram uma espécie de cesto, construídas com a sobreposição de pequenos pedaços de madeira roliças, com as quais aprisionávamos toda espécie de aves: pombos, sabiás, anús, tucanos, perdizes, nhambús, tico-ticos, gralhas azuis, entre outros. Também fabricávamos mondéus, armadilha que consistia em um peso suspenso dotado de um mecanismo de desarme que matava os animais por compressão, nos quais se abatiam tatus,

¹⁰ A questão da interculturalidade possível entre indígenas e não indígenas é tema recorrente nos estudos acerca da realidade sociocultural de Amambai. Não obstante, o fator da interculturalidade é cambiante e polarizado, oscilando entre vivências conjuntas e harmônicas e conflitos que ferem diretamente a integridade material e cultural indígena. Sobre o conceito de interculturalidade empregado, é possível destacar que “[...] os debates pela definição do que seja interculturalidade implicaram num campo amplo que, questionando os modelos culturais nacionais, homogeneizantes e integradores, incorreu na ampliação do reconhecimento da diversidade social na América Latina e no mundo, ao longo do século XX. [...] Na América Latina, o debate de interculturalidade se associa aos povos indígenas, os quais não são populações estrangeiras, mas uma população originária que habitava o continente antes do processo de colonização e da posterior formação dos atuais Estados Nacionais” (REPETTO, 2019, p. 71-72).

¹¹ Na memória histórica de Amambai permanece intacta a relação direta com a natureza, principalmente na formação da infância. Em contraposição com o cenário contemporâneo, as práticas realizadas na proximidade com elementos naturais foram apagadas. Para Neglia (2019, p. 20), nas crianças contemporâneas há o déficit de natureza: “As experiências de brincar livre em contato direto com a natureza são fundamentais para a saúde física e mental das crianças, promovendo o seu desenvolvimento em suas múltiplas dimensões. O brincar na natureza favorece, entre outros aspectos, a criatividade, o pensamento crítico, a autonomia, os processos de decisão, o olhar sensível sobre as coisas, a colaboração, a inclusão e o respeito às diferenças de idade e gênero. Sabemos que o modelo de crescimento das cidades vem se fazendo a partir de uma lógica que privilegia a ampliação de edificações e como consequência, destrói áreas verdes e rios. [...] maioria de nós, que passamos a maior parte do nosso tempo, adultos e crianças, na escola, em casa ou no trabalho, em ambientes destituídos de natureza, muitas vezes predominantemente digitais, são fatores colaborativos para o destaque do emparedamento infantil”.

tanto o preto como o tatu galinha, lobos guarás, raposas e cotias. Também fazíamos laços que eram armados com o envergamento de um tronco com uma corda, geralmente construída com fibras da vegetação próxima que quando desarmava abatia a caça por enforcamento. Essa armadilha era para a captura de aves maiores como avestruzes, emas e seriemas, não raros veados brancos, veados pardos e capivaras também se podia abater com o laço. Pescávamos às margens dos córregos (sempre com muito medo das sucuris), lambaris, bagres, mandis, piaus e dourados e a curimba era um peixe que só se capturava nas tarrafas; nas lagoas, abundavam-se as traíras. Dentre as armas, fazíamos o famoso e temido “punhal” de madeira para fins de instrução, com o qual as crianças eram iniciadas por algum adulto bem habilidoso (e com algumas mortes nas costas) nas práticas de ataque e defesa. Em contato íntimo com a natureza, defecávamos em qualquer moita em que fosse possível se ocultar dos demais, onde tínhamos um momento de reflexão e conexão com o cosmos; era um momento quase mágico se não fosse por algum engraçadinho que atirava um pedaço de pau ou um monte de terra, o que nos obrigava à movimentação brusca, dificultando o processo e originando motivo de grande algazarra nos expectadores próximos.

Andávamos em grupos, alguns de maior idade juntos. Volta e meia alguém pisava em um estrepe (pedaço de madeira pontiagudo que perfurava o grosso couro da planta dos pés), anulando por horas nossas aventuras, pois teríamos que regressar para a casa e tomar uma bronca danada de nossos pais, que paravam seus afazeres para atender a ocorrência colocando um pedaço de pano queimado no ferimento e atando com um pedaço de trapo, assim estava feito o primeiro socorro. **“Não há registro em minha memória infante que alguém tenha acudido a um hospital”**¹², ou se vivia ou se morria naquele lugar. Os processos

¹² A medicina tradicional e/ou caseira representa uma riqueza material e patrimonial para o desenvolvimento territorial, seja por meio da biodiversidade natural ou a partir dos saberes e práticas tradicionais. Para Massarotto (2009, p. 01), “A biodiversidade e as decisões políticas tomadas sobre ela são particularmente importantes para as comunidades locais em muitas partes do mundo. Acredita-se que comunidades locais sejam mais dependentes da biodiversidade pelos seus modos de vida, sejam elas comunidades indígenas, extrativistas, rurais ou quilombolas. Para muitas comunidades locais, as paisagens, espécies e ecossistemas específicos têm também importância espiritual. Divulga-se que comunidades locais possuem um valioso acervo de conhecimentos tradicionais sobre como conservar e usar a biodiversidade. Desta forma, as populações locais sofrem diretamente quando a biodiversidade da qual dependem é destruída ou expropriada, ou quando seus conhecimentos tradicionais são apropriados por outras populações. Infelizmente, as populações locais têm sido em geral excluídas de qualquer participação significativa nas decisões

de cura se davam por meio de plantas medicinais abundantes na flora local e cultivadas pela maioria das famílias em suas hortas. Eram chás das mais diversas espécies: marcela, losna e jateí caá para os desarranjos intestinais, broto de goiaba para cessar a diarreia, raiz de fedegoso para a icterícia, picão preto para combater a anemia juntamente com o mingau de araruta, tubérculo de grande valor nutricional ali mesmo cultivado e processado resultando em um polvilho de inigualável sabor. Se nada resolvesse, era preciso acudir às “benzedadeiras”¹³ parte importante da religiosidade popular. Dona Civica e dona Paulina eram as mais afamadas da região e sempre tinham uma reza dita entredentes que resolveria cada uma das doenças em questão. A única representação oficial era a visita do malário, agente de endemias, que surgia no horizonte inicialmente em bicicletas depois em pequenas motocicletas, distribuindo cloroquina para combater a tão temida malária. Muitos anos depois apareceu uma equipe com imunizantes, que mais pareciam extraterrestres munidos de uma pistola de pressão realizando uma dolorosa dose de vacina que muitos carregam até hoje a cicatriz no braço esquerdo.

nacionais e internacionais sobre biodiversidade, as quais podem afetar duramente seus modos de vida”. Ainda para Massarotto, (2009, p. 02), a ideia de agregar valor às plantas e aos saberes está vinculada com o reconhecimento cultural e a geração de renda das comunidades tradicionais: “O conceito de repartição de benefícios vem da suposição de que as populações ditas tradicionais possuem um conhecimento diferenciado (riqueza de espécies, abundância de usos e maior amplitude de aproveitamento), quando comparadas a populações não tradicionais ou urbanas. Além disso, devem reconhecer o valor agregado ao conhecimento tradicional, como a utilização de espécies vegetais, e levar em consideração a situação de risco econômico, fundiário e sanitário de populações locais”.

¹³ A presença das benzedadeiras em Amambai remete ao fenômeno da religiosidade popular. A religiosidade popular não está presente apenas em comunidades tradicionais, bem como se apresenta a partir de um emaranhado de dimensões da vida social como, por exemplo, política, econômica, cultural, ambiental, entre outras. Na religiosidade popular emergem as tensões e contradições naturais e culturais. Para Coelho (2017, p. 13-14), “Definir de forma precisa a religiosidade popular não é fácil. Ela é por vezes associada a classes subalternas, religiosidade tradicional e folclórica, religiosidade do homem médio desprovido de formação teológica especial. Os que mais intensamente viveram na primeira pessoa a religiosidade popular foram as classes excluídas ‘do ter’, ‘do poder’ e ‘do saber’, resumidamente as populações mais pobres, os que viviam nomeadamente no interior do País, à beira mar e os que trabalhavam nos campos. Eram pessoas simples que lutavam dia a dia para ‘sobreviver’ que depois se expandiram para os centros urbanos. Os gestos rituais, os atos de culto, as peregrinações, as festas, os relatos e as celebrações, cultos e ritos de carácter sentimental celebrados por ocasião de acontecimentos biológicos da existência, como o nascimento, a fecundidade e por fim a morte, são realidades que estas classes populares consideram ainda hoje pela tradição, como próprias e distintas das que caracterizam a religiosidade oficial (na sua maioria católica) ou de outras classes no que diz respeito à linguagem, aos gestos concretos, à intensidade emocional e participativa. Algumas das formas de religiosidade popular consistem ainda hoje em práticas (feitiçarias, mau olhado, orações, mitos) que muitas vezes se unem a ritos cristãos, como o culto a Nossa Senhora e aos Santos e peregrinações aos Santuários. A religiosidade popular corresponde a um complexo muito variado de expressões”.

Comíamos toda espécie de **“frutos do campo e do mato”**¹⁴, **frutas nativas da região**, a guavira, o sete-capote, araticum de várias espécies, frutos de jatobá, pitanga, ingá... Nos quintais das casas abundavam as frutas cítricas que cresciam sem nenhum cuidado especial e nenhum aditivo, mexerica da casca fedida, laranja, limão-rosa e mamão eram cardápios para qualquer hora.

Nossas refeições eram basicamente o que se produzia por ali: arroz socado no pilão, **“processo realizado coletivamente”**¹⁵ em dias de chuva, pois o tempo **“feio”**, não permitia a realização de atividades externas. **“Tínhamos enorme respeito pelos fenômenos naturais”**¹⁶, principalmente o vento forte, ocasião em

¹⁴ As frutas da região de Amambai-MS marcam presença na memória coletiva regional. Em especial, as frutas do Cerrado estão presentes, ainda que de modo incipiente, no espaço cultural, econômico e turístico de Mato Grosso do Sul. Em Campo Grande-MS “[...] existe a Feira Indígena localizada no centro da cidade, em frente ao Mercado Municipal Antônio Valente, onde os indígenas comercializam frutas, legumes e hortaliças, principalmente os que por eles são cultivados, como manga, quiabo, milho verde, guariroba, pequi, guavira, jabuticaba, feijão de corda, entre outros. [...] A feira está inserida no roteiro turístico realizado pelo *city tour*”. (GARCIA, 2013, p. 236). Cabe destacar a relevância das frutas do Cerrado e demais alimentos naturais desse bioma dentro das potencialidades da patrimonialização territorial e do desenvolvimento regional, conforme destaca Rodrigues (2004, p. 11-12): “Face à existência de uma variedade enorme de alimentos cultivados de forma natural no Cerrado, [...] a utilização desses frutos na gastronomia pode promover a preservação desse bioma através da valorização da identidade cultural das populações locais. Além do mais, a culinária entra como fator de interação, pois através da colheita desses produtos pelos habitantes dessas áreas, poder-se-á promover o desenvolvimento dessa população carente, pois eles próprios podem vender seus produtos sem a necessidade dos intermediários”.

¹⁵ Esse aspecto é expressivo na identidade cultural de Amambai/MS do mesmo modo que a solidariedade é um componente essencial de sociedades rurais e tradicionais. Para Lacerda (2018, p. 92), “[...] solidariedade para tais comunidades pode ser um ato de apoio e ajuda não intencional, que pode ou não caracterizar-se como cooperação; um sentimento de cumplicidade atrelado pela percepção de pertinência a um mesmo território e/ou universo cultural e familiar; ação declarada como descompromissada da intencionalidade secundária de solicitar ou desejar algo em troca; não necessariamente exige articulação de um líder ou respeita uma hierarquia instituída; horizontalmente, se estabelece sobre a base do afeto e do vínculo; possui caráter pontual e raramente uma base relacional intermediada pela monetarização [...]. Esta solidariedade não necessita do incentivo organizacional da liderança; sendo assim, surge com maior espontaneidade. Se liderada e de maneira organizada e sistêmica com foco objetivo, pode vir a tornar-se cooperação, caso contrário, assume o caráter denominado pelos informantes de apoio ou ajuda. Neste caso, diferentemente da cooperação que toma como foco aquilo que se faz; na solidariedade o que mais importa é o para quem se faz aquilo”.

¹⁶ O Animismo constitui-se um traço significativo em comunidades tradicionais que, embora seus membros possam professar a fé com base em doutrinas monoteístas, ainda guardam na identidade individual e coletiva recorrentes manifestações religiosas direcionadas aos fenômenos naturais. De acordo com Garuba (2012, p. 239), “Ao contrário do Cristianismo e do Islamismo, por exemplo, que se referem a religiões particulares, o animismo não indica nenhuma religião em específico. Mais do que isso, é uma designação mais abrangente para um modo de consciência religiosa, que na maioria das vezes é tão elástica quanto a necessidade que o usuário tenha de alongá-la. Talvez a única e mais importante característica do pensamento animista — em contraste com as grandes religiões monoteístas — é seu quase refutamento total a uma face não localizada, não incorporada e não física de deuses e espíritos. O animismo é muitas vezes visto como a crença em objetos, como pedras, árvores ou rios pela simples razão de que deuses e espíritos animistas são localizados e

que minha mãe intervinha fazendo suas orações e algumas simpatias como colocar uma peneira virada ao contrário no telhado da casa, ou uma bacia igualmente virada, com o fundo para cima no terreiro, para “espantar o tempo feio”.

O feijão era plantado, colhido e guardado em tuias, enormes recipientes fabricados com troncos de grossas árvores; o charque (carne de boi ou vaca devidamente cortada e salgada exposta ao sol até a desidratação quase completa, pois era a única forma de conservação possível na época) guardado em cochos de madeiras; a mandioca, que era maiormente consumida cozida, mas também frita era uma iguaria; todos tinham abundância de farinha de mandioca, que era processada em mutirões, e batata doce cozida com um pouco de açúcar. A carne de porco conservada na banha era um capítulo à parte, pois no dia de matar um porco sempre apareciam os vizinhos para ajudar, era quase uma festa: matar o porco, coletar o sangue para a fabricação da morcilha (um tipo de linguiça cozida com miúdos do animal juntamente com seu sangue e especiarias), fritar o torresmo, retirar inúmeras latas de banha para posterior consumo e até como fonte de renda. A canjica de milho socado com cinzas do fogão para soltar mais fácil sua “pelezinha” poderia ser consumida doce ou salgada. A paçoca de carne, que nada mais era do que o próprio charque socado e desfiado no pilão e depois frita na banha de porco e servida com farinha de mandioca, também era cotidiana. O churrasco era somente em escassas ocasiões como casamentos, onde toda a comunidade se reunia e abatia quantas reses fossem necessárias; homens cuidavam da carne e seu processamento, mulheres das vísceras, da confecção da linguiça e da morcilha. O churrasco era feito em espetos de madeira colhida na mata e acomodado sobre uma extensa vala no chão, onde o churrasqueiro comandava toda a ação com uma espécie de “autoridade sagrada”, cuidando de cada detalhe e vociferando palavrões contra os incontáveis cachorros que insistiam em roubar algum bocado, sempre degustando uma boa pinga do alambique do

incorporados em objetos: os objetos são a manifestação material e física dos deuses e espíritos. Em vez de erigir imagens esculpidas para simbolizar o ser espiritual, o pensamento animista espiritualiza o mundo do objeto, dando assim ao espírito uma habitação local”. De maneira semelhante, Bird-David (2019, p. 95) destaca a viabilidade de compreensão das práticas animistas em comunidades tradicionais: “O animismo, uma representação do século XIX de uma prática etnograficamente rastreável, particularmente destacada entre povos indígenas, mas que de nenhuma maneira se limita a eles, é representado, em todos os casos, como um ‘objeto’ que está no mundo”.

saudoso Antônio Quadra. Enquanto a carne assava, as pessoas ao redor do calor das brasas contavam causos e “**anedotas de suas vivências**”¹⁷, cercados por alguns entusiastas e outros famintos que mal podiam esperar a hora de servir a carne assada. A única verdura que comíamos era a chicória, que ninguém plantava e era uma planta nativa abundante. Doces eram elaborados a partir da matéria prima local; doce de leite, rapadura, doce de casca de laranja azeda e doce de abóbora eram os mais comuns. Era essa a dieta daqueles tempos.

O advento da exploração de terras para fins da agricultura expansiva se iniciou com a plantação de milho e soja, o que fortaleceu a nossa economia familiar por meio do arrendamento das nossas terras em meados da década de 80. Nesse processo histórico e econômico vieram os paranaenses e os gaúchos que popularizaram o uso de verduras e legumes na nossa dieta, bem como iguarias como pão, cuca e bolacha pintada, por exemplo. Essas novidades eram disputadas por muitos e merecidas por poucos, pois esse povoamento proveniente de uma nova cultura era, de certa forma, pouco acessível aos nativos, reservando-se o contato aos donos da terra. Havia um certo temor oculto causado pela imigração

¹⁷ As anedotas podem ser consideradas como instrumento de ordenação de narrativas e das vivências nas memórias do grupo social. Para Carvalho (2014, p. 21), com base nos inúmeros aportes teóricos aqui reproduzidos, as anedotas pertencem ao patrimônio cultural imaterial (PCI) que abrange, segundo a definição da UNESCO (2003), O patrimônio cultural imaterial (PCI) abrange, segundo a definição da UNESCO (2003), “(...) as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu património cultural” (Artigo 2.º). Galinha (2013) designa que “o PCI considera os seguintes domínios: tradições e expressões orais (a língua enquanto vetor do PCI); artes do espetáculo; práticas sociais, rituais e eventos festivos; conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza; aptidões relativas ao artesanato tradicional” (p. 14). De forma mais detalhada, Janeiro (2009, p. 272) refere ser este um tipo de património que não recorre a um suporte, como é o caso “(...) dos contos, dos ditos, das anedotas, das adivinhas, das músicas, das cantigas, do teatro, das danças, dos jogos, dos gestos, formas de costume (...)”. Este património “não físico” chegou aos nossos dias pela via da transmissão oral: “(...) várias formas de comunicação desde as verbais até às sonoridades musicais (...)” (Arimateia, 2010, p. 12), conforme afirma Zerubavel (2003a, p. 6, *in* Sobral, 2006, p. 4), “as tradições orais constituem um sustentáculo fundamental da transitividade mnemónica entre gerações”. Desta forma se pode considerar a “(...) oralidade como forma de perpetuar e transformar os elementos da cultura local. A transmissão oral do conhecimento não se restringe, apenas, à comunicação verbal, mas envolve todo o conjunto de procedimentos situados fora do recurso à escrita” (Moreira, 1996, p. 44-45). Embora este património tenha resistido ao passar do tempo (pelo menos a parte dele que chegou até aos nossos dias), a condição imaterial que o caracteriza faz com que a sua distinção seja recente (Costa, 2012) enquanto património a valorizar, e é em 1982, que “a Conferência mundial sobre as políticas culturais (Mondiacult, México) reconhece a importância do ‘património cultural imaterial’, incluindo-o na sua nova definição de ‘cultura’ e de ‘património cultural’” (Base de dados Matriz de acesso público PCI, 2011). Depois dessa resolução, são vários os momentos que marcam as iniciativas da UNESCO em torno da defesa do PCI”.

deles que com o tempo foi se desfazendo. Esse processo impactou a educação local, pois a dona Vera Baldus, esposa de um arrendatário, tinha faculdades e vocação ao magistério, possibilitando a alfabetização de muitos, principalmente das crianças. Com isso, fundou-se então a primeira escola que funcionava no galpão da nossa casa: a **“Escola Municipal de Primeiro Grau Olavo Bilac”**¹⁸. A novidade havia se instalado e logo nossa casa virou parada obrigatória de toda a comunidade, pais que traziam seus 4, 5, ou 6 filhos, a maioria descalços, porém muito bem asseados pois a rotina do banho se instalou com o advento da escola. Antes, banhos só em ocasiões especiais, no mais, lavávamos os pés e as mãos antes de dormir e pronto.

“As roupas eram confeccionadas por nossas mães”¹⁹, geralmente em máquinas de costuras herdadas de nossas avós, sem muitos requintes e sempre

¹⁸ A educação formal introduzida nas comunidades tradicionais por meio da escola gradativamente se aproxima da dimensão sociocultural dos indivíduos e grupos sociais. Tal fator é de fundamental importância para o estabelecimento de projetos sustentáveis de desenvolvimento regional balizados pela valorização do patrimônio territorial. Conforme Turchiello, Machado e Lazzarin (2018, p. 39), “as instâncias e artefatos culturais diretamente envolvidos na produção de identidades, ou seja, na transmissão de uma variedade de formas de conhecimento, de formas de vida e modos de ser, têm sido conhecidas pela denominação de pedagogias culturais. Aqui há uma aproximação de dois âmbitos: o cultural torna-se pedagógico e o pedagógico torna-se cultural. Tal como a escola, também os filmes, os livros, a publicidade, os meios de comunicação, a Internet, as artes visuais e o CTG, por exemplo, ensinam alguma coisa e influenciam de forma determinante o comportamento das pessoas, embora não possuam um currículo no sentido estrito de uma organização e um planejamento daquilo que deve ser ensinado. Como consequência, embora ainda ocupe uma posição importante como instância pedagógica, é preciso considerar que a escola é uma dentre tantas instâncias envolvidas na produção e na transformação de identidade e subjetividade. Em vez de um afastamento e uma distinção entre os dois âmbitos, o que se observa é uma permeabilidade e uma interpenetração entre as pedagogias culturais mais amplas e a pedagogia escolar”.

¹⁹ Dentre os traços característicos das comunidades tradicionais está a inexistência de industrialização e modernização. A confecção do vestuário é uma atividade artesanal e doméstica, diferente do que observamos na I Revolução Industrial na Inglaterra na passagem do século XVII para o século XVIII, impulsionada pela indústria têxtil, nas comunidades tradicionais há ínfima racionalização das esferas produtivas. De imediato, quando pensamos em desenvolvimento regional, poderíamos conceber que o contraponto a esse fator estaria em modernizar as estruturas produtivas locais e tradicionais. Entretanto, tal atitude pode corresponder ao aniquilamento dos elementos territoriais que requerem valorização. Por um lado, é possível este fator no ambiente natural, conforme destaca Segata (2018, p. 140): “O turismo torna-se parte de um grande movimento de capital. Veranistas e turistas são parte do processo global de integração a uma nova ordem econômica. Por um lado, a indústria turística se alia à agroindústria na expropriação dos espaços básicos da mulher. De outro, os turistas mudam as pessoas de lugar. Buscando reencontrar o paraíso perdido em suas cidades, correm o risco de construir o inferno para os ‘autênticos’ do lugar. Repete-se destarte a degradação agonística que ocorreu em outras localidades ‘paradisíacas’. Por mais ‘alternativos’ que se pensem, esses turistas são parte do processo que alterou profunda e irremediavelmente o movimento e a organização do espaço/ambiente”. Não obstante, as relações de trabalho quando alteradas de modo drástico tendem a afetar diretamente as relações de solidariedade inerentes às comunidades tradicionais, estabelecendo o conflito por meio do acirramento da mentalidade competitiva: “a grande transformação significou a passagem de uma

bicolor maiormente camisa branca e calça ou short azul, pois o corte de tecido servia para a família toda. Nossas mochilas eram feitas da embalagem do açúcar, um dos poucos alimentos que era preciso comprar no povoado juntamente com o sal. Ali aprendemos o que era brincar de roda, ciranda cirandinha, passar anel, varinha colada e queimada. Todas essas novidades foram introduzidas pela escola, pois até então desconhecíamos tais formas de interação. Na páscoa, a professora nos fez juntar algumas cascas de ovos parcialmente perfuradas nas pontas e levou todas as cascas para sua casa, pintando todas elas e recheando posteriormente com amendoim caramelizado. Depois disso, escondeu em locais estratégicos, fazendo os alunos procurarem por eles. Foi imensa a alegria que isso proporcionou nas crianças.

Os feriados religiosos eram dois: Corpus Christi e Natal. Ambos sem festas. Natal era o nascimento de Jesus, a partir do que tomávamos conhecimento de sua existência e dos acontecimentos de sua vida por meio dos discos de vinil do aparelho de toca disco de um tio. Reuniam-se muitas pessoas para escutar a vida de Jesus em volta daquele aparelho, movido a 8 pilhas Rayovac que a cada dois discos precisavam ser substituídas, o que gerava enorme despesa. Bom mesmo era a quaresma, espaço de tempo de 40 dias nos quais podíamos fazer o que bem entendêssemos, pois os pais não podiam infringir castigo aos seus filhos nesse período. Em compensação, no sábado de aleluia todas as contas eram acertadas e alguns de nós éramos chicoteados até a sangria do couro das costas. Naquele tempo era assim, através do “**castigo corporal**”²⁰ que se implantava a boa

agricultura para outra, de mercado, quando no espaço da roça das mulheres, dirigida fundamentalmente para o consumo familiar e para circuitos de reciprocidade, foi instalada a agroindústria segundo modelo análogo ao da *plantation*. As tradicionais jangadas foram substituídas por embarcações a motor, aumentando a produtividade do trabalho. Em ambos casos ocorreu uma expansão das forças produtivas. Da mesma forma, a captura da lagosta trouxe consigo um novo “ethos”, de trabalho com a individualização acompanhados pelo espírito de ganância monetária. O “nexo monetário” passou a governar as crescentes esferas das relações sociais”. (SEGATA, 2018, p. 141).

²⁰ O suplício é elemento presente em comunidades tradicionais, procurando ajustar o comportamento individual à moral coletiva. Junto a isso, em geral é pouco utilizado ou até mesmo inexistente instituições e códigos legais de penalização. As penalizações são realizadas por decisões previamente colocadas modo tácito entre os indivíduos, dentro das famílias e no conjunto da comunidade. Em geral, as penalizações são realizadas por meio de castigos físicos imputados aos indivíduos que não têm em sua conduta aquilo que tacitamente é estabelecido pela comunidade. Para Foucault, somente no século XVIII, tanto na Europa quanto na América do Norte, as punições passaram a ser revistas em conformidade com a criação de leis e das instituições penais modernas, deixando de lado o suplício como forma de punição. Mas, em comunidades tradicionais e/ou pré-

educação e o respeito. Particularmente, eu fui contemplado inúmeras vezes com esse recurso e, após cada sessão de açoites, jurava que quando crescesse iria matar a minha mãe, pois aquilo doía muito. Sorte que, após algumas horas, a dor ia embora e levava junto meu desejo mortal de vingança.

Assim se deu minha infância, sem muito desvio da rotina da vida no campo. Junto a isso, entediava-me a responsabilidade de pastorear ovelhas, que desapareciam no cerrado percorrendo enormes distâncias e que deveriam ser trazidas para o pernoite no curral, pois o lobo-guará sempre estava faminto. Essa rotina entediante foi quebrada quando chegou o dia do batizado. Quando completei 7 anos, minha mãe pagou à igreja os serviços do padre Antônio, que veio da cidade e batizou eu e mais dois irmãos, até então considerados pagãos. O evento especial era um ou outro baile de campanha, no qual vinham pessoas das mais distantes localidades para prestigiar um baile tocado a lampião a gás, acordeão, violão, vinho de garrafão e muita cachaça. Eram comuns as brigas de facas ou troca de tiros que eventualmente causavam morte ou alguém gravemente ferido. As desavenças sempre se resolviam nos bailes.

Tinha 10 anos de idade quando terminei a quarta série do primeiro grau. Não havia estrutura escolar para continuar os estudos na fazenda. Houve um êxodo rural em que a maioria dos meus amigos foram em busca de melhores oportunidades na cidade. Diante disso, minha mãe comprou uma casa na região urbana da cidade de Amambai, onde passamos a residir. Foi uma adaptação traumática, pois existia um preconceito terrível ao **“matuto”**²¹, éramos

modernas, o suplício pode ser considerado, por vezes, uma prática ainda presente. “[...] exemplo de suplício e de utilização do tempo. Eles não sancionam os mesmos crimes, não punem o mesmo gênero de delinquentes. Mas definem bem, cada um deles, um certo estilo penal. Menos de um século medeia entre ambos. É a época em que foi redistribuída, na Europa e nos Estados Unidos, toda a economia do castigo. Época de grandes “escândalos” para a justiça tradicional, época dos inúmeros projetos de reformas; nova teoria da lei e do crime, nova justificação moral ou política do direito de punir; abolição das antigas ordenanças, supressão dos costumes; projeto ou redação de códigos ‘modernos’” (FOUCAULT, 1987, p. 05-06).

²¹ A ideia do “Matuto” remete a um processo de rotulação e discriminação social. Como consequência, fere não apenas o indivíduo rotulado, mas o grupo social ao qual pertence. Em Amambai/MS um processo de rotulação que se destaca é sobre os indígenas, muitas vezes rotulados de bugres, dentre outras características com intuito de inferiorizar, o que representa entrave incomensurável para o desenvolvimento local. Conforme Siqueira e Cardoso (2011, p. 97-98), “[...] rotulação é o processo social de eleger uma determinada característica e aplicá-la a alguém, não indicando, necessariamente, que este indivíduo a possua. E é a partir dos rótulos empregados às pessoas estigmatizadas que os estereótipos são criados, gerando, assim, o processo de estereotipização. Os rótulos sociais propiciam a existência e uma separação delimitada

considerados inferiores. Imagino que isso era atribuído principalmente a nossa vestimenta e ao nosso jeito de falar, bem como, nossa posição econômica de pobres, o que me colocou numa situação de marginalização extrema na escola – ninguém quer ser amigo de um marginal. Tamanha era a marginalização e o preconceito que não raro aconteciam episódios de agressão física. Tal situação me fez voltar a fazenda e iniciar como ajudante de tratorista junto aos arrendatários das terras de minha mãe.

Fui adquirindo o respeito daquelas pessoas e já fazia parte da **roda de tereré**²², hábito restrito ao grupo de pessoas adultas. Logo me apresentaram a prática de mascar fumo, coisa que meu pai fazia com excelência, e era comum todo o trabalhador finalizar o dia com um bom copo de pinga.

Com o passar do tempo, tornei-me exímio profissional em operações de máquinas agrícolas e participei de uma barbárie ambiental em meados da década de 80. Os fazendeiros queimavam extensas áreas de vegetação nativa para posterior mecanização e a formação de pastos para a pecuária que estava em extensão. **“A degradação da flora e fauna com a quimificação do território”**²³

de dois grupos: nós e eles. O “nós” se caracteriza por todos os valores que constroem a visão de um ser humano “normal” expressada pela ideologia dominante da sociedade. O “eles” é caracterizado pelas pessoas que são diferentes do “nós” e, portanto, são as rotuladas negativamente. Goffman denominou tais grupos de “normais” e “estigmatizados”. As consequências negativas de ser rotulado e estereotipado propiciam uma colocação mais baixa na hierarquia social na qual o indivíduo vive, o que pode gerar efeitos indesejáveis em suas oportunidades. A perda de status em si torna-se a base da discriminação, considerando que a perda de status está diretamente ligada à rotulação e à estereotipização. Por definição, discriminação é um comportamento manifestado em consequência da ligação entre perda de status, rotulação, estereotipização e separação. Em suma, fragilizam o processo de patrimonialização do território.

²² O tereré, ou a erva-mate no conjunto dos seus usos, representa um forte elemento da identidade cultural da região de Amambai/MS, sendo também componente essencial para o a patrimonialização territorial. De acordo com Aquino, Centenaro, Martins e Brito (2017, p.19), “[...] desde os primórdios da grande presença indígena onde hoje se concentra a cidade de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, a erva-mate nunca deixou de ser referência de sociabilidade e integração desse povo, nesse sentido vemos que entorno do icônico tereré, a multiplicidade étnica e transterritorial da erva-mate vai além da simples bebida, sendo assim um forte elemento integrador e gerador de um povo, confirmando assim, uma identidade”.

²³ A quimificação na agricultura extensiva tende a representar um entrave significativo no processo de patrimonialização territorial. E, junto a isso, tona-se uma questão complexa, uma vez que no caso específico de Amambai o agronegócio corresponde a principal fonte econômica e o sistema produtivo mais avançado no momento. Não obstante, a relação entre o desenvolvimento territorial e o turismo requer atenção especial para as questões socioambientais. Por um lado, é necessário proteger o meio ambiente natural de possíveis sobrecargas das práticas turísticas e, por outro, a agricultura extensiva pode ocasionar a poluição irreversível do meio ambiente e, com isso, fragilizar os projetos paisagísticos e turísticos. Conforme Ramos (2004, p. 63): “Para alguns, o turismo é um dos maiores responsáveis pelos impactos negativos causados ao meio ambiente, devido a seus

viabilizava as terras para a agricultura extensiva. Certo dia, após um ano de economia, consegui comprar uma vaca. Precisava de trinta vacas para comprar uma casa na cidade. Levaria eu trinta anos trabalhando para comprar uma casa popular? Foi essa reflexão que me trouxe de volta aos estudos, pois percebi que quem tinha estudo ganhava mais dinheiro e, assim, voltei a estudar. Terminei a oitava série, pois tinha parado na sétima. Após isso, fiz o alistamento nas fileiras do exército com a expectativa de atirar até a exaustão com aquelas armas poderosas... imaginava pilotar um tanque de guerra. Tamanha foi minha decepção ao saber que, ao terminar o período básico de instrução, passaria a defender a pátria cortando grama com um facão sem fio e tirando serviço de guarda 3 vezes por semana. Nada de tiroteio, nada de pilotar o tanque de guerra, apenas a minha “ingenuidade matuta”.

Ao desincorporar das fileiras do exército, fui convidado a participar de um retiro adventista na cidade de Fátima do Sul, onde conheci uma menina que posteriormente viria a nortear todo meu destino. Como candidato pouco promissor a matrimônio, meu relacionamento foi obstaculizado pelo pai da menina, que a enviou a estudar medicina em Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, para o meu desespero. Como eu não seria parado por mais essa dificuldade, voltei a estudar com mais afinco. Fiz supletivo do segundo grau em 8 meses, um feito sem precedentes para a época em que o tempo regular era de dois a três anos para a conclusão do curso. Vale ressaltar que o tempo todo tive o incentivo financeiro, ainda que escasso, da minha santa mãe, que resolveu apoiar o único filho que optou pela vida acadêmica. Os demais irmãos não superaram as dificuldades para estudar. Alguns de meus irmãos se casaram, outros começaram a trabalhar, porém nenhum conseguiu seguir com os estudos.

equipamentos e as formas que são utilizados, e por isso considerado ‘depredador’. Para outros, é uma forma de salvaguarda do ambiente, porque é tido como um importante fenômeno global. A relação entre turismo e o meio ambiente é incontestável, haja vista a procura, cada vez maior, de pessoas que cansadas da correria das grandes cidades, buscam em suas férias, e até mesmo nos fins de semana, regiões em que possam ter imediato contato com a natureza, como as praias e as montanhas. Contudo, essa atividade está longe de ser a única que o agride. Doris Ruschmann, em uma de suas obras, cita vários exemplos de degradação ambiental, que nada têm a ver com turismo, dentre os quais as refinarias de petróleo, que comprometem grandes áreas costeiras e os próprios navios petroleiros que vazam, bem como a utilização de inseticidas e pesticidas nas zonas rurais, contaminando o ar, as águas, a fauna e a flora marinha”.

Na época, estudar medicina no Brasil era algo “**reservado à elite**”²⁴ devido ao alto custo econômico e a escassez de cursos em Universidades Públicas, ainda mais para um “matuto com supletivo” que via quase nulas suas chances de estar naquele ambiente. Num primeiro momento, nem pensava nessas questões, pois até hoje acredito que me tornei médico por desígnio divino. Então, com o peito cheio de amor para dar, arrumei uma mochila com duas mudas de roupas, um chinelo, uma botina, documentos pessoais e parti rumo a Bolívia, afinal, lá estava, já no segundo ano do curso de medicina, o amor da minha vida... “matuta ingenuidade”!

Cheguei no terminal rodoviário antigo de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul. Eram 18:00 horas e o local era um verdadeiro “Deus nos acuda”: prostitutas se misturavam aos bêbados, na maioria peões de fazendas que vinham a capital gastar o salário do mês, mulheres e crianças pedindo dinheiro entre cães moribundos e uma infinidade de pessoas que circulavam no local. Enquanto o ônibus não chegava, fui a lanchonete Tropical, onde fiz amizade com o Júnior, um senhor de pouca idade, careca, porém astuto, que me contava e me alertava sobre todos os perigos contidos naquela rodoviária, bem como seu desejo de estudar medicina na Bolívia, já que por ali passavam muitos estudantes de medicina dos mais variados lugares do Brasil. Embarquei em um confortável ônibus da viação Andorinha rumo a Corumbá, a famosa “cidade branca” devido à extração de calcário como fonte de economia do lugar. Naquele momento, eu só conhecia a referência atribuída ao calcário, importante fonte de renda municipal. Posteriormente eu descobriria por meio das conversas com populares da localidade outro motivo pelo qual a cidade é chamada de “**cidade branca**”²⁵, isto é, a

²⁴ Se a Educação Básica é algo inserido nas comunidades tradicionais por meio da criação de escolas, a Educação Superior representa até hoje algo de difícil acesso em inúmeras localidades rurais e comunidades indígenas. No caso de Amambai, tanto os moradores dos quatro assentamentos (Guanabara, Magno de Oliveira, Sebastião Rosa da Paz e Loteamento Querência), bem como os das comunidades indígenas encontram o obstáculo do deslocamento para o ingresso na Educação Superior. Podemos adaptar a perspectiva de Bourdieu (1998, p. 53) para tal cenário: “Se considerarmos seriamente as desigualdades socialmente condicionadas diante da escola e da cultura, somos obrigados a concluir que a equidade formal à qual obedece a todo o sistema escolar é injusta de fato, e que, em toda sociedade onde se proclama ideais democráticos, ela protege melhor os privilégios do que a transmissão aberta dos privilégios”.

²⁵ “Cidade Branca” chama a atenção para a imagem da fronteira associada diretamente com o narcotráfico, violência e criminalidade. Embora sejam essas temáticas centrais para o debate acerca da fronteira entre Brasil e Paraguai, com a propagação ampliada por parte da mídia em território nacional e internacional, outros elementos também centrais e que deveriam contribuir na patrimonialização territorial são apagados. É imprescindível colocar em evidência a dimensão humana, social, cultural e histórica na imagem da fronteira para atingir os propósitos do

presença da cocaína no período como atrativo turístico. Logo após a cidade de Miranda, chegamos ao Rio Paraguai que na época não tinha ponte e por isso **“necessitávamos da balsa”**²⁶, que demorava horas para ir de uma margem a outra, sempre carregada até o último espaço, não sendo raros os fenômenos de encalhamento. Porém, a travessia valia muito à pena, pois me permitiu uma visão privilegiada do esplêndido pantanal, que mesmo nascido a tão pouca distância dele nunca tive a oportunidade de conhecer. Era o meu primeiro contato com o famoso Pantanal. **“Via animais fugindo pelas margens, peixes diversos, pássaros de toda ordem, jacarés, tuiuiús e muitas capivaras”**²⁷. Na chegada na cidade de

desenvolvimento regional. Conforme destaca Martins (1997, p. 163), “se entendermos que a fronteira tem dois lados e não um lado só, o suposto lado da civilização; se entendermos que ela tem o lado de cá e o lado de lá, fica mais fácil e mais abrangente estudar a fronteira como concepção de fronteira do humano”. Nesse sentido, diversamente do que ocorre com a frente pioneira, (na frente de expansão) sua dimensão econômica é secundária.

²⁶ É importante destacar os avanços expressivos na dimensão da infraestrutura que permitirá o desenvolvimento regional a partir da visibilidade do patrimônio cultural tanto com o Caminho para os Ervais quanto com a centralidade ocupada por Amambai/MS e seus respectivos aspectos socioculturais. Diante disso, o que mais se destaca é a Rota de Integração Latino-Americana (RILA) que deverá ser inaugurada dentro do próximo triênio. Para Asato (2019, p. 45), “O Corredor Bioceânico é tema de discussão no Brasil e, especificamente em Mato Grosso do Sul, desde meados de 2006 (mesmo que em menor escala), porém só em 2017 houve uma maturação a respeito do tema e, mais especificamente nesse ofício, a ênfase volta-se às potencialidades da efetivação do Corredor para Mato Grosso do Sul. A sua operacionalização é movida, inicialmente, por um viés para a atividade de logística e transporte como alternativa para escoar grãos e fomentar uma distribuição mais acelerada da produção e, em segundo plano, pelo turismo. Caso venha a se concretizar, o Corredor tem como vetor ligar Mato Grosso do Sul, na fronteira de Porto Murtinho com a República do Paraguai, a partir de uma nova ponte (o trecho é feito há mais de duas décadas via balsa), passando pelo Paraguai e pela Argentina até chegar ao Chile. A sua construção poderá incrementar a economia sul-mato-grossense, em relação às empresas de logística e para o fortalecimento de novas (e velhas) potencialidades turísticas.” No entanto, do mesmo modo que é preciso construir a imagem ampliada da fronteira com sua dimensão humana para além dos aspectos negativos impulsionados pela mídia, faz-se necessário colocar em evidência a RILA e as vantagens internas e externas trazidas junto a esse projeto. De acordo com Asato (2019, p. 48-49), “A Rota de Integração Latino-Americana, com a implantação do Corredor Rodoviário, possibilitará ligar o Oceano Atlântico ao Pacífico. Sua viabilização começará com a construção da ponte entre Porto Murtinho (Brasil) e Carmelo Peralta (Paraguai). No fim, o Corredor Rodoviário irá agilizar as exportações brasileiras para os países asiáticos e a costa oeste americana pelo Oceano Pacífico. A partir dessa viabilização logística, dá-se a potencialidade de alavancar o turismo em toda a região. O Corredor Rodoviário é, portanto, um dos elementos importantes da Rota de Integração. [...] Interessa ainda abordar o potencial do turismo da região por meio de reportagens da mídia jornalística e da academia dos países participantes do Corredor, considerados como interlocutores deste trabalho, vista a ocorrência de pouquíssimos trabalhos científicos sobre o tema. Por exemplo, citando como fonte jornalística, o G1, no Brasil, pode-se observar um total de 24 reportagens sobre o Corredor Bioceânico, em 2017. A mídia argentina coloca em destaque a exportação do vinho entre os países coparceiros da Rota de Integração Latino-Americana”.

²⁷ Apesar da biodiversidade ser um componente que enriquece a região de Amambai/MS, é necessário focar na sustentabilidade para que o desenvolvimento regional possa ocorrer de maneira positiva. Para Lobo e Moretti (2008, p. 45), “[...] a inserção do turismo no ambiente natural deve ser balizada em uma perspectiva de mínimo impacto ambiental negativo. A sensibilidade do patrimônio natural exige que sejam estipulados rigorosos limites para a visita. Por sua vez, o turismo

Puerto Suarez, na Bolívia, divisa com Corumbá, deparei-me com uma situação jamais antes presenciada: nunca havia visto tamanha pobreza e falta de saneamento básico na minha vida. Fiquei surpreso ao perceber que a comida era vendida em estabelecimentos comerciais que careciam de higiene e infraestrutura e em barraquinhas à beira das calçadas em situação de precariedade.

Embarquei no famoso “trem da morte”, assim denominado por inúmeras mortes de passageiros devido a frequentes descarrilamentos durante o percurso. Após 18 horas de solavancos e picadas de pernilongos gigantes, cheguei em Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, cidade grande que também apresentava as mesmas características de Puerto Suarez. Sem saber falar espanhol, pedindo uma “cueca-cuela” fui chegando ao que seria meu país durante os sete anos posteriores. Tudo novo, cultura nova, economia distinta com duas moedas correntes, comida nova e intragável em um primeiro momento, muitas frutas que nunca tinha visto antes, pessoas de toda parte do mundo. Apesar disso, Santa Cruz era uma cidade cosmopolita.

No final desse mesmo ano o pai da minha namorada soube que estávamos juntos na Bolívia e transferiu sua filha para estudar na cidade de Villa Rica, no Paraguai. Logo, não pude mais acompanhá-la e assim se deu o término do nosso relacionamento.

Na continuidade dos estudos, não demorou muito para dominar o idioma local. Fiz muitas amizades com gente de todo canto do Brasil e de outros países do mundo. Dediquei-me com afinco aos estudos, não porque gostasse de estudar, mas porque sempre fui competitivo, logo era um dos melhores da faculdade, recebendo incentivos financeiros da mesma.

Havia uma praça no centro da cidade denominada de Plaza 24 de Septiembre, que era meu ponto pra distintas reflexões. Nessa praça, que tomava 100 metros em cada lado, recoberta por árvores florescidas em seu tempo, não havia maior beleza do que a de um toborochi florido (ipê). Em uma das esquinas,

enquanto mercadoria preconiza um aumento em seus fluxos, para ampliar os seus lucros e a distribuição dos benefícios por ele gerados. Encontra-se aí uma questão paradigmática, um embate ético-ideológico que toma o mote da conservação ambiental como uma barreira. As possibilidades de crescimento econômico “sustentável” são usadas como justificativas para desenvolver o ecoturismo, sob o pretexto de que a atividade atua na conservação do ambiente”.

havia uma imponente igreja construída pelos jesuítas, que tinha ao lado uma feirinha de produtos religiosos maiormente oriundos do artesanato, onde todo domingo se reuniam os fiéis para a Santa Missa. Ao longo das calçadas, as pessoas comercializavam artesanatos, comidas e bebidas típicas como saltenhas, assaditos, pacumutos (carne assada das mais variadas espécies silvícolas) e a famosa chicha, bebida fermentada feita de amendoim ou milho, sucos das mais distintas frutas locais, o delicioso suco de lima, pomelo, toranja, entre outros. Eram presentes os artesanatos indígenas, pois **“a população indígena é bastante significativa na Bolívia”**²⁸, músicos com vestimentas típicas executando temas da cultura regional em troca de algumas moedas, mesas de xadrez geometricamente dispostas, sempre rodeadas de jogadores e curiosos, num vai e vem frenético de pessoas e turistas de todas as partes do mundo. O que mais me chamava a atenção era um salão de teatro, bem rudimentar, onde os assentos eram construídos com tábuas rústicas dispostas em formato de bancos sem nenhum tipo de conforto, que nos fins de semanas eram lotadas por expectadores diversos, onde atores com talento digno de inveja representavam peças sempre evocando o cotidiano social e político da cidade e do país.

Afastando-se do centro da cidade o cenário era deplorável. Ruas repletas de lixo, água de esgoto correndo, animais doentes e famintos se moviam com as velozes ratazanas, que corriam de um lado a outro buscando algum abrigo, enquanto na mesma cena crianças unidas a jovens e adultos fazendo uso de entorpecentes. Um sem-número de alcoólatras moribundos, implorando algum trocado, misturavam-se aos comerciantes das mais diversas mercadorias. Além disso, os centros comerciais denominados mercados consistiam em uma enorme área às vezes maiores do que 4 campos de futebol, onde praticamente se comercializava de tudo, de roupas usadas importadas dos Estados Unidos e

²⁸ Se na Bolívia a população indígena é significativa, no Brasil, a partir da mentalidade fechada do progresso, a população indígena é invisível. De acordo com Braga e Campos (2012, p. 503), a situação de invisibilidade é ainda mais presente na mídia, embora seja existente também nas relações cotidianas. “Um terceiro aspecto revelado pelos resultados diz respeito à atribuição de um sentido de invisibilidade do indígena. As notícias, sucessivamente veiculadas, circundam atores e acontecimentos num emaranhado de informações que parece omitir e definir, intencionalmente, quem é o protagonista e quem são os coadjuvantes do relato. Se forem congeladas, deixam de ser notícias (Spink, 2006), por isso, precisam ser reinventadas, como num processo de atualização. Não fazem parte da pauta jornalística notícias sobre alguém ou sobre determinado grupo considerado inexpressivo, representado (tutelado), ou invisível”.

Europa, plantas medicinais, animais abatidos expostos ao ar livre, alimentos diversos, inúmeras frutas e verduras de encher os olhos, animais vivos e uma praça de alimentação, onde se podia experimentar as comidas tradicionais pouco conhecidas ou comercializadas no centro da cidade. Ainda, em conformidade com os populares da localidade, foi possível perceber na mentalidade deles, de modo claro e explícito, a alta taxa de alcoolismo e uso de drogas ilícitas em todos os níveis da sociedade, bem como o alto nível de corrupção nas instituições.

No Brasil, em 2002, no período da transição do governo de Fernando Henrique para Luís Inácio Lula da Silva, houve uma desvalorização do real em relação ao dólar que quase pôs fim a minha vida acadêmica na Bolívia. O peso boliviano é fictício, a moeda forte e corrente era o dólar americano. O desequilíbrio na balança comercial teve forte impacto econômico sobre minhas reservas financeiras. Para não interromper os estudos, juntamos 16 pessoas morando numa casa de 4 quartos e unindo economias para alimentação conseguimos sobreviver a tamanha crise. Até hoje sinto pelos colegas que não conseguiram superar a situação, interrompendo seus estudos e retornando para o Brasil.

A crise só não era maior que a saudade de casa, do ambiente familiar, da roda de tereré, do bate papo na esquina de casa, do arroz carreteiro, do doce de leite, do bailão de campanha. **“Apesar de no fim de cada ano sempre que o dinheiro alcançava eu conseguisse regressar pra casa, ainda a saudade de Amambai, sua cultura e seu povo era imensa”.**²⁹

²⁹ Há uma máxima que é perpetuada na memória coletiva de Amambai: “Quem bebeu d’água do Rio Panduí nunca esquece de Amambai!”. O Rio Panduí corta a cidade e permeia espaços rurais e comunidade indígena. É, portanto, uma imagem sempre presente na identidade cultural de Amambai. Outras tantas outras imagens de pessoas e locais compõem a memória coletiva da cidade. Devido à enorme quantidade de tais representações e imagens históricas, não podemos aqui apresentá-las. No entanto, o historiador Albertino Fachin Dias realiza excelente trabalho de compilação de inúmeras e variadas imagens históricas em seu Blog “AMAMBAI PATRIMÔNIO DA UNIÃO DE UM POVO”. Destacamos aqui algumas dessas imagens a partir do texto de abertura do Blog: “Entre córregos, banhados e aguadas, surge uma cidade, habitada pelos Escobar, Alves Cavalheiro, Amaral, Albuquerque, Machado, Brum, Belmonte, Souza, Silveira, Otano, Pires entre outros tantos que para citar não haveria espaço. Mas nem sempre a história registra o nome daqueles que construíram na paz e na guerra. Vieram de várias partes do Brasil e até do Exterior. Atravessando florestas, enfrentando as intempéries, sem conhecer o que estava por vir, tudo em nome de um sonho. A poeira, as doenças, as distâncias, o isolamento, as dificuldades, tudo isso fizeram em nome de um sonho. E, vitoriosos, percorreram o caminho que escolheram trilhar, nesta terra que lhes oferecia inúmeras oportunidades e que eles souberam desfrutar e assim seus sonhos realizar e acolher outros patrícios que aqui, também, vieram para ficar. Formaram seus filhos, vieram seus netos, e hoje será que estes descendentes sabem quem foram seus antepassados? Por este motivo é vital que relembremos os acontecimentos do passado. Pois a História mantém vivos os

Santa Cruz de La Sierra, a exemplo de toda Bolívia, dividia-se entre ricos e pobres. Não havia “classe média”. Tal característica era muito presente em seu impacto no sistema de saúde, onde a assistência governamental se limitava a pequenos grupos: infantes, idosos e gestantes. Sem dúvida, um cenário propício para **“refletir sobre o desenvolvimento em comparação a outras localidades, como é o caso, por exemplo, de Amambai”**³⁰.

grandes fatos e feitos importantes de um povo, salvando assim o seu passado. Memória é o registro, passo a passo, de nossa caminhada. A caminhada do grupo, de cada família, de cada um de nós. Uma cidade sem memória é uma cidade sem passado, onde os cidadãos vivem individualmente, sem se preocupar com o social. Resgatar a memória de um povo tem a função de contribuir para o sentimento de “pertencer” a um passado comum, onde compartilham memórias de fatos marcantes. Ela garante o sentimento de identidade de um povo com o País, Estado, e principalmente com a cidade a que se pertence. Relembrar ou descobrir o que aconteceu no passado de uma cidade é o mesmo que retornar ao passado. A história nos dá vida à memória, mantendo em destaque os grandes fatos e feitos de um povo. Daí a importância de resgatar a história de um povo e sua cidade, para que a sua origem, fundação, enfim todos os acontecimentos relevantes não caiam no esquecimento. Uma vez que não existe sociedade sem história. Escrevam a própria história. Não é preciso publicá-la em livro; importa que fique a informação para os pósteros.” (Hidelbrando Campestrini). “Escrevam a genealogia da família: não uma genealogia de lápides de cemitério, em que está lançado o nome do falecido com a data de nascimento e de morte – informação fria, sem significado, como um rol de objetos que guardamos. Cada um de nós tem o dever, o compromisso de escrever a própria caminhada, não por vaidade e, sim, para deixar na cálida palavra a própria experiência, certamente pedagógica para outras gerações. Temos que escrever. É compromisso ético. Um povo sem o conhecimento da sua história, origem e cultura é como uma árvore sem raízes.” (Marcus Garvey). O Blog foi criado em 27/12/2014 e apresenta, no começo do mês de junho de 2021, o total 213 postagens, 255 comentários e 228.724 visualizações. As visualizações estão distribuídas em diferentes regiões do mundo, conforme dados fornecidos pelo historiador Albertino: Brasil (148 mil), Estados Unidos (62,3 mil), Região Desconhecida (5,23 mil), Paraguai (2,1 mil), Alemanha (1,44 mil), Peru (786), França (753), Portugal (545), Rússia (425), Filipinas (330), Reino Unido (285), Ucrânia (266), Índia (248), Argentina (152), Japão (151), Irlanda (147), Tailândia (111), Canadá (79), Bolívia (76), Outro (5,44 mil). Sr. Albertino acredita que os números refletem, em grande medida, a divulgação realizada por pessoas nascidas e/ou que passaram por Amambai/MS e que atualmente residem e/ou tem contato com tais países acima mencionados. Junto com o Blog, Sr. Albertino criou em 15/09/2018 o grupo de Whatsapp denominado “De Amambai e do Mundo”, o qual atualmente conta com a participação de 153 membros, dentre os quais a maior parte é de fora de Amambai e, inclusive de fora do Brasil. O grupo é voltado para os “filhos de Amambai” que podem colocar suas lembranças seja pela forma escrita ou por imagens, o que corresponde com as regras do grupo: “1 - A finalidade deste GRUPO será a de aproximar os ‘Amambaienses’, para quem possam dividir suas histórias e experiências, com os demais; 2 - Os assuntos aqui tratados, deverão ser voltados a cidade de Amambai, ou, que a ela se refira; 3 - Serão permitidos: Fotos de famílias, festas do passado, desfiles, festividades, esportes, e principalmente tudo o que se referir a história da cidade; 3 - Serão permitidas as prosas das lembranças e os reencontros, interação e aproximação”. Tais elementos colaboram para a reflexão acerca do sentimento nostálgico que as pessoas nascidas e/ou que passaram por Amambai/MS mantêm acerca das “águas do Rio Pandui”. O Blog pode ser acessado no link: <https://amambaipatrimoniouniao.blogspot.com/p/amambai-patrimonio-da-uniao-de-um-povo.html>

³⁰ Esses “outros locais” remetem ao cenário da América Latina. O denominador comum da América Latina em termos da sua identidade é a questão da “pobreza”. Colonizado e explorado por séculos, o território Latino-Americano se depara com a necessidade de construção de estratégias de planejamento e promoção do desenvolvimento regional. Para Máttar e Pérez (2015, p.12-13), “Essa ênfase na desigualdade como uma questão central chamou a atenção de várias organizações internacionais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e fóruns

Sete anos se passaram e já estava acostumado àquela gente, aos seus costumes e principalmente à diversidade da culinária local, mas era hora de voltar para casa. O sistema de revalidação de diploma estrangeiro perfaz um caminho longo e burocrático, que não abordarei nesse momento. No entanto, enquanto aguardava tal processo, tive que trabalhar sem o registro do Conselho Regional de Medicina (CRM) em inúmeras cidades do Brasil, o que permitiu ampliar minhas percepções acerca das **“desigualdades relacionadas ao desenvolvimento em diferentes regiões brasileiras.”**³¹

Comecei como médico de transporte de pacientes em empresas de ambulâncias, que faziam o traslado dos enfermos de suas casas para as instituições ou de um hospital para outro. Ali, conheci toda a potencialidade do estado e da cidade de São Paulo, o coração financeiro da América Latina. Não eram raros meus abandonos repentinos das instituições quando suspeitava que alguém poderia pedir meu CRM. Devido a calotes frequentes por parte de empresas que contratavam médicos sem CRM visando a exploração dos mesmos, abandonei São Paulo e fui trabalhar na Bahia, mais precisamente em Cruz das

globais como o Fórum Econômico Mundial, e foi reforçada por grandes pesquisas recentes, como no livro de Thomas Piketty, *Capital no século XXI*, o que levou a uma grande discussão acadêmica e política global. Da mesma forma, novas perspectivas multidisciplinares sobre os impactos sociais negativos gerados pela desigualdade têm sido desenvolvidas por pesquisadores como Richard Wilkinson e Kate Pickett. [...] Gradualmente, ao longo da última década, o desenvolvimento local e regional na América Latina deixou de ser uma questão de interesse apenas para os governos locais e emergiu novamente como uma questão de agendas públicas nacionais, começando com o surgimento de um novo ciclo de políticas nacionais de desenvolvimento regional, cujo exemplo emblemático é Política Nacional de Desenvolvimento Regional, conduzidos pelo Brasil desde o início da década de 2000.”

³¹ A vivência em diferentes regiões brasileiras contribuiu para o melhor aproveitamento dos conteúdos obtidos nas disciplinas e eventos do PPGDRS. Foi possível perceber que é necessário valorizar as diferenças socioculturais para superar as desigualdades sociais. É nessa direção que podemos acompanhar os questionamentos levantados por Machado (2011, p. 147) na sua relação com o desenvolvimento territorial: “A relação entre diversidade e desigualdade, especialmente nos países em desenvolvimento, é um tema recorrente nas discussões estimuladas pela Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, Unesco, aprovada em 2005. No Brasil, onde muito do que se identifica como riqueza da diversidade cultural são tradições e saberes das populações mais pobres e, em grande parte, apartadas do processo de crescimento econômico, tal realidade produz uma dúvida incômoda. O preço da preservação desses bens imateriais seria perpetuar os desníveis entre ricos e pobres, mantendo as populações tradicionais “protegidas” da contaminação da informação ou do acesso ao mercado de bens e serviços culturais? Além dessa, outra indagação permanece como alerta para aqueles que formulam políticas de reconhecimento ou de promoção da diversidade: Se, no limite, a menor unidade da diversidade é o próprio indivíduo, não estariam, assim, sendo colocadas em risco conquistas históricas, objeto das lutas sociais que serviram para consolidar o respeito ao interesse comum e ao espaço público da cidadania? A defesa intransigente da diversidade cultural não estaria levando mais à separação do que à aproximação entre as pessoas?”

Almas e Milagres. A primeira marcada por um festival de São João, a meu ver, insano, pois as pessoas fazem um ritual de guerra com espadas, que são artefatos construídos com canos em PVC recheados com pólvora, que causam uma enorme língua de fogo que se denominam espadas, nunca vi tamanho número de pessoas queimadas em um único dia. A Bahia é um estado lindo com uma riqueza de flora e fauna incríveis. Fiquei na Bahia por 6 meses, onde aprendi a apreciar a culinária baiana até o meu próximo destino.

Logo depois, fui para Pernambuco, na cidade de Altinho, a 280 km da capital Recife. Cidadezinha pequena de uns 5 mil habitantes, gente humilde em sua maioria, onde pude ver os carros de boi, a vaquejada e o forró. O que me chamou a atenção tanto na Bahia como no Pernambuco foi a hegemonia política que as famílias detêm. Nesses locais, a esfera política tem nome e sobrenome e nunca sai do mesmo núcleo, que a meu ver é uma questão muito perniciososa. Como a universidade exigiu que eu cursasse mais duas matérias para finalizar a complementação do processo de revalidação do meu diploma, tive que partir para Itajaí, estado de Santa Catarina, onde passei a frequentar a UNIVALE, Universidade do Vale do Itajaí, durante 6 meses. Município portuário com grande impacto na economia local e nacional, novamente foram ampliadas **“minhas inquietações e conceitos sobre o desenvolvimento e desigualdade”**³², pois essa cidade apresentava um nível bem superior aos locais de onde eu vinha. Nesse meio tempo, findo o processo de revalidação do meu diploma pela Universidade Federal do Ceará (UFC), obtive reconhecimento do meu diploma e estava apto para trabalhar legalmente como médico. Era hora de voltar para casa, voltar para Amambai e para minha querida mãezinha.

³² As experiências aqui descritas na forma socioautobiográfica e, com isso, no salto da simples descrição para a “descrição densa” contribuem para a colocação de elementos inerentes ao complexo vital de Amambai e região a partir de conexões de pensamento obtidas com outras realidades vivenciadas e dos conhecimentos provenientes do PPGDRS. A experiência da abordagem científica coloca o autor como interlocutor, sujeito e participante da realidade observada. Caracteriza, assim, o Eu-Identidade proposto por Habermas (1987), o qual é entendido por Moreira Filho (2013, p. 08) do seguinte modo: “O grupo ajuda a formar a identidade do eu enquanto indivíduo que se reconhece como sendo outro. Os sujeitos epistêmicos, comunicativos, por meio das relações intersubjetivas, mantêm-se e são mantidos em comunidades linguísticas constituídas por convicções, valores e tradições. Onde, qualquer desenvolvimento social, para ocorrer dentro de novas referências que não sejam as superstições, requer o amadurecimento do eu enquanto consciência moral mais ampla, não restrita aos indivíduos em pequenos grupos.”

Meu retorno pra Amambai se deu em meados de 2010. Amambai não era mais a mesma, a cidade cresceu substancialmente, uma infraestrutura admirável, vários bairros novos, meus amigos já estavam quase todos casados e com filhos, outros partiram para outras cidades e países. Os vastos campos dedicados à pecuária já não existiam mais, limitavam-se a pequenas e escassas áreas, quase tudo havia sido tomado pela agricultura extensiva. Culturalmente, a cidade era triste, pois a cultura autêntica do lugar havia sido ofuscada por outras práticas e valores, em especial os econômicos. A diversão de jovens e adultos passou a se resumir ao consumo de bebidas alcoólicas e tabaco em postos de gasolina ou em vias públicas. A praça se tornou ponto de referência para o consumo de drogas e permanência de desocupados. Passei a trabalhar no município como médico da saúde da família e da comunidade e como médico plantonista de urgências e emergências no Hospital Regional de Amambai. A cada dois ou três anos eu era remanejado de unidade de saúde e acabei trabalhando em todos os bairros da cidade. Com isso, pude perceber os grandes entraves e demais questões que poderiam ser relacionadas com minha angústia intelectual acerca do desenvolvimento da região.

Em 2017, em visita a uma feira que acontecia na Praça Valêncio de Brum, no Centro de Amambai, conversei com o produtor individual, Doutor em Administração e professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Moisés Centenaro. Após uma proveitosa conversa sobre a estrutura produtiva dos pequenos produtores de Amambai, ele falou sobre o Mestrado em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos da UEMS (PPGDRS). Nesse momento, vi uma oportunidade conhecer em um nível mais especializado aquelas questões que sempre me intrigavam, uma oportunidade de entender como se davam as desigualdades socioculturais e econômicas, bem como de avaliar os paralelos de realidades vividas em outras localidades. O professor Moisés indicou que conversasse com o professor Doutor Fabricio Deffacci, coordenador do PPGDRS, que após ouvir pacientemente meus anseios e questionamentos, prontificou-se a ajudar na elaboração de um projeto de pesquisa que vinculasse minhas angústias intelectuais com o foco do programa de pós-graduação.

Por continuidade, ingressei em 2018 no PPGDRS. Hoje, sinto que estou mais fortalecido pelo diferencial de ter na bagagem mais conhecimento científico sobre o desenvolvimento regional. Não desejo parar por aqui. O plano inclui aplicar as experiências conquistadas nos “**projetos com pretensões futuras**”³³, visando satisfazer o anseio pessoal e intelectual de trazer melhorias na qualidade de vida das pessoas de Amambai e região por meio do desenvolvimento territorial.

Somando à análise socioautobiográfica, passaremos para a apresentação e análise das entrevistas. As entrevistas abertas foram realizadas com pessoas de Amambai/MS, com idades diferentes, homens e mulheres, de diferentes regiões da cidade, entre os dias 05 e 28 de abril de 2021. A escolha dos entrevistados aconteceu de maneira aleatória, uma vez que o critério foi a percepção dos elementos históricos presentes na mentalidade social do município. O fato de as pessoas entrevistadas residirem no perímetro urbano demonstrou o fenômeno da urbanização em seus respectivos estilos de pensamento, conforme veremos no decorrer das análises das entrevistas. As análises foram realizadas com o propósito

³³ Os projetos em andamento e que compõem a proposta do Caminho para os Ervais, bem como a proposta de patrimonialização do território de Amambai, começam pelas estratégias e ações para o desenvolvimento sustentável da Aldeia Amambai no município de Amambai como, por exemplo, a criação do Jardim Etnobotânico Indígena (JEI), Mercado do Artesanato Indígena (MAI), Museu dos Povos Originários (MUPO), Centro de Ensino Superior Indígena (CESI/Presencial e EaD). O impacto social destes projetos deverá aparecer na geração de renda, recuperação do artesanato, recuperação e mapeamento das plantas medicinais, ponto turístico na rota da MS-386, visibilidade e valorização da cultura indígena. Toda a logística de criação do Mercado do Artesanato Indígena e do Jardim Botânico ficará por conta do Mestrado em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS/UEMS), da Associação Guapoy da Aldeia Amambai, a qual é formada por pessoas da Aldeia Amambai em parceria com o Mestrado, tendo em vista que tivemos a oportunidade de participar da reunião de criação. Em se tratando das perspectivas futuras, com a criação do Mercado do Artesanato Indígena e do Jardim Botânico na Aldeia Amambai, o Mestrado em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS) implantará 05 (cinco) vagas do Mestrado em Polo dentro da Aldeia Amambai, fortalecendo a presença nas atividades e acompanhando as ações diárias do Mercado e do Jardim, bem como desenvolvendo novos projetos. Além disso, outro projeto que tenho participado e pretendo continuar contribuindo está vinculado à agricultura familiar no município de Amambai. Por meio da Associação de Agricultores Familiares de Amambai (ASSAFAM), o projeto em andamento visa a criação da Cozinha de Processamento de alimentos, Cozinha de Panificação e o Banco Comunitário de Sementes Crioulas. Atualmente, a ASSAFAM é composta por 14 famílias, sendo que com o fortalecimento por meio dos projetos deverá ampliar para até 50 o número de famílias associadas. A associação está localizada na Vila Santo Antônio, em Amambai/MS. O impacto social destes projetos está na geração de renda e valorização da produção autossustentável. Toda a logística de criação dos espaços Cozinha ficará por conta do Mestrado em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos da UEMS e da ASSAFAM. Com a criação do espaço para a ASSAFAM, será também potencializado o Banco Comunitário de Sementes Crioulas de Amambai que já está em andamento, bem como o fortalecido o Grupo de Produção Orgânicos São Pedro de Amambai/MS, composto por 10 famílias. É fundamental destacar em tais projetos a parceria entre o PPGDRS/UEMS e a Prefeitura Municipal de Amambai/MS por intermédio do excelentíssimo Prefeito Dr. Edinaldo Luiz de Melo Bandeira.

de identificar elementos da memória coletiva e que são pertinentes à patrimonialização territorial do município de Amambai. Todas as entrevistas aqui descritas foram transcritas conforme foram faladas pelas pessoas e, portanto, não seguem as normas ortográficas vigentes na língua portuguesa.

A primeira pessoa entrevistada foi o senhor Aldir Vilmar Geverh, 53 anos, natural de Nova Santa Rosa-PR, mora no Mato Grosso do Sul há 38 anos. Aldir destacou, com base em suas lembranças, o uso de remédios elaborados por meio das plantas:

Então que eu falo com vocês antigamente nós se curava com ervas naturais, losna, marcela nas coisas dos de todo mundo plantava. Bem, hoje as coisas tá bem diferenciado é tudo remédio de farmácia e nada funciona direito. Ninguém tinha os problemas de saúde e de lá para cá e as coisas tá mudada completamente.

As plantas medicinais pertencem à identidade cultural de Amambai, com maior ênfase nas comunidades indígenas da etnia Guarani-Kaiowá presentes no município. De acordo com Pavão (et. al., 2020), para esses povos, essa nova realidade ocasionada pela pandemia tem se somado à ameaça constante da precarização territorial, que tem feito com que esses povos travem uma batalha incansável contra o roubo de suas terras tradicionais e contra o agronegócio imperante na região, fazendo com que a luta em defesa de seus territórios seja marcada por estratégias complexas baseada na valorização e manutenção de seus conhecimentos tradicionais.

Para a autora, os Guarani-Kaiowá são povos intrinsecamente ligados a áreas de mata, suas territorialidades e cosmopolíticas constituem-se de um universo composto de múltiplos patamares profundamente inter-relacionados a dois eixos: a terra boa (“yvy porã”) e a mata (“ka’aguy ygua”) (nas línguas kaiowá e guarani), de forma que esses eixos fundamentam e alicerçam a base do conhecimento tradicional desses povos.

Diante disso, torna-se essencial a construção do conhecimento acadêmico e científico pautada na incorporação de conhecimentos específicos de populações tradicionais. Entre as diferentes formas do conhecimento tradicional, está o conhecimento sobre o mundo natural. Logo, a Etnobiologia oferece um tipo de relativismo pelo qual é possível reconhecer outros modelos de convivência com a

natureza que, não necessariamente, sejam baseados no racionalismo e no pragmatismo da ciência vigente patriarcal, branca, ocidental e colonialista.

Desse modo, diante da delicada situação dos povos Guarani-Kaiowá frente à pandemia da Covid-19 e comprometidos com a vertente da Etnobiologia caracterizada como engajada ou socialmente situada, aparece o cuidado especial com as plantas medicinais tradicionais Guarani-Kaiowá que podem ser usadas como prática complementar no enfrentamento dos sintomas da Covid-19.

É relevante destacar que a maior parte das plantas examinadas no estudo de Pavão são plantas nativas do território Guarani-Kaiowá que possuem grande importância biológica e cultural para esses povos, o que indica a necessidade de criação de estratégias de preservação, conservação e/ou restauração ambiental.

Na entrevista realizada com Julio Edis, de 51 anos, nascido em Amambai, emerge a lembrança das plantas medicinais, mas, somado a isso, a culinária tradicional se destaca em sua fala:

As plantas naturais aqui da nossa região medicinal que tem a espinheira-santa, que a gente conhece, o caraguatá que a gente também usava para vermífugo e a erva cidreira usada para dormir. O arroz carreteiro, né que tem hoje é o meu prato preferido, arroz carreteiro, arroz com galinha. E o churrasco de sempre como é costume. Canjica com puchero a gente nunca esquece também. A gente usava muito.

A alimentação é um fenômeno essencialmente cultural e, do mesmo modo, os saberes e práticas na culinária refletem a dimensão sociocultural dos grupos sociais. Para Sonati, Vilarta e Silva (2009), o ato da alimentação, mais do que biológico, envolve as formas e tecnologias de cultivo, manejo e a coleta do alimento, a escolha, seu armazenamento e formas de preparo e de apresentação, constituindo um processo social e cultural. Junto a isso, existe a ideia da transposição de modelos de dieta tradicionais como referência para prescrições nutricionais direcionadas à promoção da saúde e prevenção de doenças crônicas não transmissíveis.

As características alimentares e nutricionais de um grupo social, incluindo peculiaridades de sua estrutura culinária, permitem a identificação de elementos pertinentes ao seu patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial. Logo, é um referencial para a ciência da culinária, uma identidade construída dentro e fora de

suas fronteiras e que comporta muito mais do que o sabor da alimentação, isto é, um conjunto de conhecimentos tradicionais e atitudes que envolvem a culinária.

Junto com a população indígena e paraguaia na região de Amambai, é importante considerar os fluxos migratórios com a passagem de outras culturas como, por exemplo, italianos, alemães, japoneses, espanhóis, árabes e outros. Tal consideração ajuda na compreensão dos diferentes sabores associados com a interação cultural do território. Para a senhora Luzia Vieira Soares, 41 anos, nascida e criada em Amambai, essa integração de várias plantas, tanto de uso medicinal e culinário, é algo presente nas lembranças:

Eu acho assim que é nós que viemos duma cultura da zona rural, a planta tem fundamental importância, a gente se criou dentro de um ambiente aonde tanto da alimentação como para saúde, ela é essencial, então assim de primeiro momento. A nossa cultura essa de usar a planta como um recurso a planta como alimento a planta como alimento também continha lá na no sítio da gente. Lembro da minha infância que era fazer o polvilho da mandioca, minha mãe fazia todo aquele trabalho artesanal que era dificultoso, mas a gente passava o ano inteiro esperando por isso porque era um momento diferente ralar a mandioca fazer o polvilho fazer a farinha da mandioca, era um momento muito bom o cheiro da infância e também da araruta que minha mãe sempre plantava e colhia, tinha a época certa de plantar de colher a gente esperava aqueles dias e eram os únicos dias que a gente ia até a roça para fazer isso e tornar uma atividade diferente. É uma fase muito importante, eu digo hoje que os nossos jovens, os nossos filhos, não vão ter e não tem oportunidade de conhecer de viver a nossa cultura que a gente viveu. Era uma cultura de alegria, era uma cultura de festas, assim quando a gente se encontrava com a vizinhança tinha momento e certos para gente viver como a gente numa comunidade. A gente participava de comunidades religiosas, as épocas das novenas que eram maravilhosas e a época de estudo também que a gente fazia é que ia para escola ela vim de ônibus que hoje a formação da gente eu acho que tudo faz parte, quanto tempo um passado que se foi, mas no presente traz lembranças e o ensinamento muito bom.

O feixe de lembranças da senhora Luzia acerca dos elementos rurais, mesmo com mais de três décadas morando na cidade, é algo característico da população urbana de Amambai. Esse fenômeno intitulado de rurbanização mescla saberes, valores, imagens, formas de alojamento que tentam recriar o modelo rural tradicional (casa individual isolada, vivenda ou moradia) e que se desenvolvem na periferia das cidades e de outros aglomerados urbanos, demonstrando a presença de dimensões do passado tradicional no presente moderno. Para Dantas (2019, s/p):

Em meados do século passado, Gilberto Freyre publicou uma série de artigos nos jornais defendendo a “rurbanização”. O sociólogo pernambucano defendia o desenvolvimento de cidades que guardassem a convivência das qualidades do rural e do urbano. O tema chegou a ganhar um livro no início da década de 80, chamado: Rurbanização: que é? O crescimento desordenado das cidades brasileiras nos mostra que quase nada de “rurbano” sobreviveu nas capitais e metrópoles. O conceito ficou quase que esquecido por duas décadas, mesmo nas universidades. Mas, desde os anos 2000, esse aspecto menos conhecido da sua obra renasce com força no meio acadêmico e em iniciativas populares que trouxeram para os quintais, terrenos baldios e ruas algumas práticas típicas do campo.

No aspecto econômico, Jari de Oliveira Moraes, de 58 anos, natural de Amambai, lembra das madeiras e madeireiras que existiam em sua época de infância: “Eu lembro muito bem do cambará. Essa é uma madeira que existia muito na região aqui muito bem”. Apesar de se firmar como uma atividade econômica promotora de renda em meados do século XX, as práticas das madeireiras despertaram o debate a partir da década de 1980 sobre a sustentabilidade ambiental.

As discussões em torno dos danos ecológicos ocasionados pela ação antrópica na exploração dos recursos naturais e sobre as paisagens florestais, um dos principais objetos das atuais preocupações conservacionistas, são cada vez mais concebidas como o resultado de sucessivos ajustamentos sistêmicos em face das condições impostas pela dinâmica econômica da sociedade humana. Cabral e Cesco (2008) consideram nesse ínterim que o começo histórico da devastação florestal no Brasil se deu quando Portugal, durante a colonização, retirou madeira do nordeste do Brasil. Madeira gorda e de lei era utilizada pelos portugueses para levantar ou reparar seus conventos, suas igrejas, seus palácios, toda a sua arquitetura voluptuosa, para construir seus barcos e seus navios. Posterior a isso, um fluxo mercantil demandava lenha e madeiras de construção dos engenhos açucareiros. E a última fase da devastação florestal veio por meio da perspectiva da agricultura expansiva e mecanizada, derrubando as florestas para a produção de grãos e da pecuária. Por certo, o momento presente considera como indispensável para o desenvolvimento regional a partir da patrimonialização territorial a preservação do meio ambiente.

Outro fator que merece destaque são as relações familiares que compreendem elementos importantes para a patrimonialização do território

situados na herança cultural transmitida de geração para geração. Isso é perceptível na fala de Dona Nilce de Chaves, de 53 anos, natural do Paraná, vivendo há 30 anos em Amambai: “Aí a minha neta já chegou ontem aqui tomar um chazinho de guaco da vó. Então esse é os remédios que nós estamos aqui, é um chá de marcela”.

Para Zanchi (2019), em contextos marcados pela identidade cultural tradicional, a família existe nos hábitos alimentares e, nesse sentido, as práticas alimentares são textos culturais que falam sobre as relações simbólicas estabelecidas pela família formadas por avós, pai, mãe, filhos, netos... A herança cultural se dá em meio ao processo de ressignificação do alimento, dos saberes e valores mobilizados, cujo saber-fazer perpassa gerações, transformando-se o cenário contemporâneo em atrativo turístico. Em outras palavras, o alimento, além de satisfazer as necessidades biológicas, revela identidades e valores socioculturais históricos.

Cabe destacar a presença central das mulheres na transmissão de saberes e práticas. Nas mãos delas os ingredientes se transformam em combinações que fazem sucesso e as receitas tradicionais produzidas por famílias e guardadas como objetos de valor são transmitidas de forma cerimoniosa para os membros mais jovens ou para recém-chegados e representam um patrimônio imaterial valioso. Isto é, o alimento é um marcador cultural facilmente convertido em tradição pela memória e, portanto, influencia a significação de identidades étnicas, regionais e nacionais.

Assim, a valorização do alimento conecta-se às estratégias relacionadas ao desenvolvimento do turismo, uma vez que identifica inúmeras estruturas institucionais (comitês regionais ou departamentais de turismo, agências de turismo, câmaras de comércio, entre outros) associados à atividade turística, os quais servem de meios de comunicação e mobilização dos empreendedores alimentares. Junto a isso, na medida que as receitas das avós, mães e tias, são apropriadas por essas mulheres, ocorre simultaneamente a reapropriação dos saberes ancestrais, gerando nelas um sentimento de pertencimento.

O desenvolvimento regional ocorre quando a memória construída ao longo do tempo, que faz parte da formação da identidade enquanto conhecimento

tradicional de cada família, passa a ser apropriada pelos atores locais e convertida na identidade cultural comunitária que, na forma de roteiro turístico, transforma-se em atrativo.

Em conformidade com a herança cultural na alimentação está a prática necessária de valorizar a identidade cultural por meio da gastronomia. Junto aos alimentos, o sr. João Amaral, 63 anos, natural de Amambai, destaca uma tecnologia tradicional utilizada na conservação: “[...] A carne guardada na lata com banha, a carne aqui guardava com charque linguíça que era feita que não sei como, mas aguentava longos períodos de tempo”. Em suma, a gastronomia é um bem comum em qualquer comunidade que deseja preservar seus valores culturais, tornando-se um patrimônio a ser cultivado.

A patrimonialização do alimentar e do gastronômico emerge num contexto de transformação das práticas alimentares vividas no modo da degradação em mais amplamente no de risco e perda da identidade. A história da alimentação mostrou que cada vez que identidades locais são postas em perigo, a cozinha e as maneiras à mesa são os lugares privilegiados de resistência (POULAIN, 2004, p. 38).

Para o sr. Edimar Santos, de 40 anos, nascido e criado em Amambai, em suas lembranças estão: “Arroz carreteiro, charque, carne conservada na banha de porco, guisado, não podia faltar o guisado né, mandioca frita também, cedo é muito bom polenta, as coisas que mais comiam antigamente”. E, neste caso específico, a prefeitura de Amambai deu um passo importante a partir de 2018, provendo a votação para a escolha do prato típico do município. Tal ação que resultou na escolha do Guisado de Mandioca por parte da população foi seguida pela 1ª Festa do Prato Típico de Amambai organizada pelo Rotary Clube em 2019. Conforme publicado no Jornal A Gazeta News de Amambai no dia 07 de junho de 2019:

O Rotary Clube, com apoio da Prefeitura de Amambai e em parceria com as entidades Lar do Idoso, Instituto Eduardo Dutra Lescano, União dos Deficientes Físicos de Amambai (UNIFICAM) e com o Hospital Regional estará realizando neste sábado, 8 de junho, o Festival do Guisado de Mandioca. Durante o aniversário de 70 anos da cidade de Amambai, comemorado no ano de 2018, foi realizada uma enquete sobre qual é o prato típico de Amambai. Competindo com Arroz Carreteiro, Arroz com Galinha, Churrasco, Pirão de Charque e Pucheiro, o ganhador foi o Guisado de Mandioca, por isto recebe agora uma festa em sua homenagem.

Além dos pratos que concorreram com o Guisado de Mandioca, na memória do sr. José Volpato, de 86 anos, natural de Amambai, está presente o “[...] arroz, feijão, carne, usava muito carne de porco e frango caipira, minha mãe sabia fazer aquelas paneladas de frango caipira com macarrão, macarronada com queijo”. Junto a isso, sr. José lembra dos doces e das atividades de lazer na infância: “[...] doce de abóbora, de mamão, de laranja, de leite tudo esses doce nós fazia era muito bom, a gente jogava bola de domingo, dançava, baile de sábado, jogava bola domingo, tomava banho no rio de manhã assim e tudo era uma divertimento para nós é o que nós fazia”. As atividades realizadas na infância também estão na lembrança de Jonas Araújo, 55 anos, natural de Amambai: “A gente brincava de estilingue, na época, pescaria no rio com peneira, armava arapuca, jogar bolita, soltava peão então, soltava pipa hoje então é a nossa juventude foi muito grato com isso a minha infância também.” Paulo Horácio Andrade, 42 anos, natural de Amambai, também relembra as brincadeiras da infância: “[...] Nós brincávamos de ir no mato catar Ariticum, come a jaca, guavira, mixirica, abacate era as frutas da época; as brincadeira bets, queimada, cola cola, esconde-esconde e bolita na época.”

Para o sr. João Batista Ávila, 55 anos, natural de Amambai, o período da infância lembra os doces “[...] tinha vários tipos de doce: de jaracatiá do mato, doce de mamão, rapadura, doce de leite na panela preta no fogão a lenha né?”. Já na passagem para a juventude e a idade adulta, sr. João relembra das músicas: “[...] Aí na fase adulto, jovem aí. Sertanejo, né, que era tocado com sanfona, violão música sertaneja, música gaúcha, né? A discoteca, né?”. E finaliza, manifestando estranheza com a música atual: “[...] E hoje o nome é diferente é funk né?”. Tal estranheza com a questão musical é tema de investigação para Caetano (2016, p.65):

Conforme afirmam Ger e Belk (1996) os fluxos globais econômicos, políticos e culturais se alastram pelo globo, criando além de um mercado, uma cultura global. A esfera cultural passa a ser um terreno onde a globalização transita constantemente, permeando e influenciando diretamente nas culturas locais. O indivíduo, diante disso, transformou-se num ser fragmentado, resultado das diversas identidades que lhe são impostas pela dinâmica global capitalista. Desta forma o processo de identificação do indivíduo passou a ser desconexo e extremamente mutável. De acordo com Hall (1998, p.13) ‘a identidade torna-se uma celebração móvel formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas

culturais que nos rodeiam'. Parafrazeando Arnould (2010) no processo de globalização, a cultura não é mais governada pela tradição, mas por fluxos de consumo globais, que de um modo geral é pautada numa simbologia comercial associada à ideia de modernidade, ou em outras palavras a 'cultura do consumo'.

Em se tratando das formas tradicionais de produção, a agricultura de subsistência é central na identidade cultural. A senhora Lucineia Gonçalves Charão, 43 anos, natural de Amambai, destaca o universo da escassez que rondava a alimentação: “[...] antigamente quem plantava arroz tinha quem não plantava não tinha, a gente sofria tinha que colher o arroz, bater, colher tudo”. E o sr. Ademir de Souza, 61 anos, natural de São Paulo, que há 40 anos vive em Amambai, retrata em sua fala a existência de uma cultura exótica em sua época: “[...] o eucalipto que foi que lhe faltava bastante agora tá sendo plantado já nos nosso território”.

Entre a herança cultural e o processo de aproximação de culturas, Daniele de Souza da Silva, 28 anos, natural de Amambai, relembra da influência da avó e da cultura paraguaia em sua infância: “[...] a gente ia para casa da vó, né? brincar de bets, né de queimada, esconde esconde, a vó ensinava a gente a dançar o chamamé, a dançar a polca paraguaia, brincar de passa-anel, né?”. As músicas e entretenimentos também são mencionados pelo sr. Adjalmo, 71 anos, nascido em Amambai: “[...] O baile era o baile era a corrida de cavalo, que as carreiras que o povo falava, era a diversão do povo, era esse aí era o baile, era o dia a dia na roça”. Além disso, destaca a solidariedade presente na cultura tradicional: “Agora tem um vizinho queria limpar uma roça, daí fazia o mutirão”.

Para o sr. Reginaldo Fernandes, 48 anos, natural de Amambai, é marcante a lembrança das plantas frutíferas: “[...] a gente gostava mais de frequentar a jabuticaba, né goiaba, né? E são as frutas que mais assim e pitanga, né? Pitanga é uma fruta que tá na beira do rio. Mas são as frutas assim que geralmente é fácil, né? E a goiaba que qualquer lugar tem”. A senhora Elvira Adorno, 36 anos, natural de Amambai, relembra das plantas ornamentais e das superstições associadas a elas: “Bom, eu tenho bastante mente é samambaia, né? Foi uma foto muito forte sim, que onde eu ia em qualquer casa antigamente que eu chegava com meus pais tinha sempre uma samambaia perto da porta e a espada de São Jorge também é

um monte de gente lembra bastante, né?”. No âmbito da religiosidade popular, o sr. Valdemar Júnior da Silva, 49 anos, natural de Amambai, destaca os benzimentos: “[...] vi o meu pai mesmo benzendo, colocava a criança dentro de uma bacia com farinha e benzia, ela ia três vezes.”

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente pesquisa buscou identificar a viabilidade da patrimonialização territorial de Amambai a partir de elementos históricos e culturais presentes na memória coletiva da população local. Tal esforço somou outros três caminhos apropriados para a exposição dos resultados obtidos e aqui demonstrados. Em um primeiro momento, analisamos a correlação entre desenvolvimento regional e mentalidade histórica, tendo em vista a correlação destas duas categorias em um universo teórico e bibliográfico que permitiu a construção da temática do desenvolvimento local em seus aspectos positivos e negativos. Em um segundo momento, focamos nas estratégias de planejamento responsáveis pela sustentação da patrimonialização territorial à luz das características singulares identificadas nos elementos históricos e culturais de Amambai. Em um terceiro momento, colocamos em evidência um conjunto de 51 elementos distribuídos tanto no viés metodológico da socioautobiografia quanto na investigação com base em entrevistas abertas com indivíduos de Amambai. Cabe ressaltar que no primeiro caso foram obtidos 33 elementos e no segundo caso 18 elementos.

Desse modo, a estrutura do trabalho foi determinada mediante o desenrolar teórico e bibliográfico presente nos dois primeiros capítulos, com o propósito de caracterizar conceitos como, por exemplo, desenvolvimento regional, mentalidade coletiva, patrimonialização territorial e planejamento estratégico. Por conseguinte, o espaço aberto pela teoria trouxe as bases metodológicas utilizadas na pesquisa. Destaca-se, neste caso, o eu-identidade, a descrição densa e a observação participante. Os elementos metodológicos apresentados no terceiro capítulo são seguidos pela pesquisa de campo baseada na socioautobiografia e entrevistas.

Acreditamos que o maior desafio encontrado na pesquisa foi colocar os 51 elementos identificados em um contexto de significações, evitando, com isso, o isolamento de cada elemento naquilo que diz respeito a sua pertinência para o inventário histórico e cultural capaz de alicerçar a retenção de patrimonialização do território de Amambai. No terceiro capítulo, há uma estratégia peculiar que acompanha o fluxo da narrativa textual. Trata-se, pois, da utilização do recurso de notas de rodapé para o esclarecimento de cada elemento em específico mediante

um cenário ampliado de discussões acadêmicas realizadas em recente período. Ao seguir as notas de rodapé, o leitor pode encontrar tais elementos contextualizados pelo debate. Entretanto, manteve-se ausente nesse momento a viabilidade de outra forma de contextualização, isto é, a indicação dos elementos aparentemente isolados em seu respectivo complexo vital, a qual pode ser demarcada no conjunto das ações sociais que os indivíduos percorrem no respectivo convívio histórico-social, sem perder de vista a linearidade temporal.

Esse complexo vital recortado geograficamente no município de Amambai apresenta uma população estimada de 39.826 pessoas e uma área territorial de 4.193.742 km². Amambai está localizada na região cone sul do estado do Mato Grosso do Sul, fazendo divisa com os municípios de Ponta Porã, Aral Moreira, Caarapó, Tacuru, Coronel Sapucaia, Juti, Laguna Caarapã e Iguatemi (IBGE 2020).

Amambai é um município brasileiro da região Centro-Oeste, situado no estado de Mato Grosso do Sul. Está situado à 380 km da capital Campo Grande, à 90 km de Ponta Porã e 50 km de Coronel Sapucaia (fronteira com o Paraguai). O Município está localizado numa região de relevo levemente ondulado, predominando os “Campos de Vacaria” e “Mata de Dourados”.

A proximidade com a fronteira do Paraguai, a presença de povos indígenas e os fluxos migratórios que ocorreram no século XX, torna a cultura de Amambai composta por uma diversidade de valores, costumes, visões de mundo e práticas sociais. A presença da cultura paraguaia pode ser observada na culinária, na música, na língua, entre outros fatores. Com relação à presença dos povos nativos, temos um conjunto de valores inerentes às etnias dos Guarani-Kaiowá. É possível verificar a presença dos Guarani-Kaiowá de maneira cambiante e conflitante. Apesar da diversidade e riqueza cultural presente nessas culturas indígenas que pode ser percebida no artesanato, na religiosidade, nos saberes e práticas sobre as plantas, ocorrem de forma ininterrupta conflitos a partir da questão da demarcação territorial. Em se tratando dos fluxos migratórios, Amambai recebeu, no decorrer do século XX, a imigração de uma quantidade expressiva de produtores rurais que se tornaram responsáveis pela posse e manuseio das terras férteis. Tal viés coloca em destaque a dimensão econômica do município, que até meados do século XX era em grande parte extrativa, considerando a presença de grandes

territórios com ervais nativos e madeiras diversas. Junto a isso, havia produção de alimentos em escala própria de uma agricultura familiar de subsistência.

O cenário econômico de Amambai diretamente proporcionou a persistência de uma cultura tradicional e rural completamente dependente da terra, seja na realização da vida material ou na construção e reprodução de valores culturais. Na segunda metade do século XX, os efeitos da modernização foram propagados em Amambai. Com a disponibilidade de tecnologias mecânicas, biotecnologias e ausência da necessidade da mão de obra humana em larga escala no campo, a mecanização da agricultura operacionalizou a abertura de um novo cenário social. Neste novo social destaca-se a emigração do campo seguida da intensificação da atividade humana no espaço urbano. A modernização da vida em Amambai colidiu com os valores tradicionais, os quais em maior ou menor grau exigiram a alteração das formas de organização social, tanto materiais como culturais. Os Guarani-Kaiowá constituem um exemplo notório da abrupta alteração social: dependentes da terra, originalmente caçadores e coletores, viram suas reservas naturais reduzidas na diversidade da fauna e da flora, bem como na dimensão territorial que já havia se iniciado no início do século XX dentro das propostas de demarcação de terras e aldeamento implantadas pelo sistema de proteção ao índio (SPI). Na segunda metade do século XX, o SPI foi reformulado dentro de uma nova agenda política indigenista com a criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o que deixou impactos profundos para os Guarani-Kaiowá.

Por certo, Amambai em seu contexto histórico e cultural pode ser observado tanto por elementos positivos quanto negativos. É importante considerar que a aproximação de diferentes povos e culturas resulta na criação de valores, saberes e práticas que podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população. De modo contrário, os conflitos acirrados pela modernização entre diferentes povos (paraguaios, indígenas e imigrantes) tendem ao esfacelamento da criação de oportunidades de forma dinâmica, ampliada e democrática. Nesse ponto, concentra-se o trabalho de refletir sobre a pesquisa realizada nos três primeiros capítulos, isto é, relacionar desenvolvimento regional e mentalidade histórica, indicar as correlações entre o a patrimonialização territorial e o desenvolvimento, bem como evidenciar elementos históricos e culturais presentes na memória

coletiva compõem um caminho ousado e resiliente para equacionar aspectos positivos e negativos da realidade social de Amambai, tendo em seu fundamento investigativo a busca pela patrimonialização territorial como pressuposto de que a linearidade temporal geradora dos problemas sociais trazidos pela modernização pode ser repensada e recolocada em direção a valorização dos diferentes povos, das diferentes culturas que interagem cotidianamente no universo social de Amambai.

Diante disso, como o esforço inicial de contextualizar elementos aparentemente isolados para além do debate acadêmico foi concretizado nas notas de rodapé do terceiro capítulo, torna-se imprescindível um segundo esforço que remete a superar os entraves e os desafios que formam o campo negativo da realidade de Amambai. Para tanto, a pesquisa deve contextualizar os 51 elementos identificados à luz das teorias desdobradas nos primeiros dois capítulos. Logo, destacamos novamente nesse momento os 51 elementos subdivididos em duas etapas. Na primeira, temos os 33 elementos identificados na socioautobiografia, conforme segue: cavalo piqueteiro, chimarrão da madrugada, socada no pilão, naco de fumo, parteira, Curussú-Ambá, matar a galinha, enterrassem juntos, dentro do curral da mangueira, os restos placentários bem como o coto umbilical, boa parte das terras que a ele pertencia foram griladas por astutos vizinhos, convivíamos com muitos indígenas que moravam aos redores da nossa casa, tomávamos banho nos rios, fabricávamos armas artesanais e armadilhas para a caça e pesca, não há registro em minha memória de infante que alguém tenha acudido a um hospital, benzedeadas, frutos do campo e do mato, processo realizado coletivamente, tínhamos enorme respeito pelos fenômenos naturais, anedotas de suas vivências, Escola Municipal de Primeiro Grau Olavo Bilac, roupas eram confeccionadas por nossas mães, castigo corporal, matuto, roda de tereré, degradação da flora e fauna com a quimificação do território, reservado à elite, cidade branca, necessitávamos da balsa, animais fugindo pelas margens, peixes diversos, pássaros de toda ordem, jacarés, tuiuiús e muitas capivaras, a população indígena é bastante significativa na Bolívia, saudade de Amambai, sua cultura e seu povo, refletir sobre o desenvolvimento em comparação a outras localidades, desigualdades relacionadas ao desenvolvimento em diferentes regiões brasileiras, minhas inquietações e conceitos sobre o desenvolvimento e desigualdade, projetos com pretensões

futuras. Posterior a isso, na segunda etapa temos 18 elementos identificados nas entrevistas: plantas medicinais, culinária tradicional, madeiras e madeireiras, herança cultural transmitida de geração para geração, hábitos alimentares e, nesse sentido, as práticas alimentares, tecnologia tradicional utilizada na conservação de alimentos, arroz carreteiro, charque, carne conservada na banha de porco e guisado de mandioca, doces e atividades de lazer na infância, músicas sertanejo, violão e música gaúcha, Danos ecológicos, Roteiro turístico, Brincadeiras da infância, Entretenimento dos adultos, escassez, plantas frutíferas, Plantas ornamentais, Cultura paraguaia, Crenças populares.

Do ponto de vista geral, os 51 elementos expressam a construção artificial produzida por meio da pesquisa acerca do conjunto de relações históricas e sociais que permeiam o território de Amambai dentro de uma perspectiva temporal e espacial. Na mesma direção, tais elementos correspondem à possibilidade de retomar os aspectos teóricos e conceituais delineados no início da pesquisa, colocando ênfase na questão do desenvolvimento regional enquanto formulado pela localidade e potencialmente propulsor do desenvolvimento da mesma. Por essa via, Dallabrida (2017) situa o desenvolvimento regional na dimensão local, distante de teorias globalistas que conduzem os aspectos autênticos do território para o campo universal e abstrato. Trata-se de compreender, no âmbito da originalidade histórica e cultural, as balizas responsáveis pela promoção do desenvolvimento.

O esforço desta pesquisa caminha na busca pela originalidade da realidade histórica e cultural de Amambai que possa transmitir para a base de projetos futuros os fundamentos do desenvolvimento local. Por conta disso, os elementos aqui obtidos encontram-se presentes na mentalidade histórica de Amambai, formando uma configuração ressignificada de tempos em tempos e que pode ser apreendida nas falas, representações e manifestações tanto individuais como coletivas. Não obstante, Lima, Marinho e Brand (2007) contribuem nessa investigação ao identificar a formação histórica e cultural nas esferas dos recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais de localidades e territórios delimitados. Nas práticas cotidianas, tais esferas, ainda que amplamente construídas nas significações sociais, podem ser observadas em elementos

históricos específicos, práticas culturalmente compartilhadas, ritos coletivos, celebrações religiosas, manifestações artísticas, desportivas e um vasto conjunto de elementos naturais manuseados culturalmente pela comunidade como, por exemplo, plantas, recursos medicinais alternativos, produção dos recursos para a alimentação, vestuário, celebrações, entre outros.

Na interconexão entre objetos naturais submetidos ao manuseio cultural, os 18 elementos identificados nas entrevistas revelam a maneira pela qual, não apenas as comunidades tradicionais, mas também na mentalidade histórica, ainda vivem em meio ao processo de urbanização, as significações que passaremos aqui a descrever. Inicialmente, as plantas medicinais configuram o elemento natural mais presente e significativo da memória coletiva de Amambai, constando em inúmeros relatos individuais e em cada um deles exercendo papel fundamental na saúde e bem-estar dos indivíduos. As plantas medicinais compartilham do espaço resguardado por saberes e práticas tradicionais, isto é, além de ser capaz de identificar a planta no emaranhado natural de campos abertos e matas fechadas, o indivíduo detentor de um saber herdado também se apresenta como sujeito destacado dentro do grupo para o manuseio e aplicação terapêutica de uma planta isolada ou de um conjunto de plantas que quando fundidas demonstram, mesmo que sem o rigor científico moderno, a eficácia necessária para os problemas de saúde presentes na comunidade. Em uma escala hierarquizada pelo mundo moderno entre conhecimentos verdadeiros e falsos, conforme encontramos com frequência nos manuais de metodologia científica (KOCHE, 2004), os saberes tradicionais não podem ser submetidos ao quesito dicotômico “verdadeiro e falso”.

De acordo com Santos (2007), a valorização das culturas locais em detrimento de uma visão hierarquizada entre hemisfério norte e hemisfério sul requer um “salto epistemológico”. Com isso, a concepção de que existe um conhecimento verdadeiro e superior em contraposição a um conhecimento falso e inferior não se aplica em projetos investigativos e propositivos que visam fortalecer a identidade e a cultura local e, ao mesmo tempo, criar as condições favoráveis para o desenvolvimento regional. Junto ao isso, o século XX pode ser pensado a partir da perspectiva de revisão dos conhecimentos que se auto intitulam verdadeiros e superiores. Até mesmo o uso desenfreado e descontrolado dos

produtos da tecnociência deve ser observado com cautela em meio ao campo ético e político. Se por um lado temos as plantas medicinais como um valor intrínseco às culturas locais (e neste caso destacamos a realidade de Amambai), por outro lado temos o uso prejudicial de produtos desenvolvidos com a tecnologia científica, o que pode ser facilmente percebido na esfera ambiental com base nos danos irreversíveis provocados sobre o ecossistema mediante práticas negativas da agricultura mecanizada e extensiva. O paradoxo tradicional versus moderno, ou conhecimento tradicional versus conhecimento científico, emerge nas entrevistas em falas que enaltecem a presença de elementos tradicionais da memória histórica e cultural vinculados a elementos naturais como, por exemplo, plantas medicinais, madeiras e madeireiras, danos ecológicos, escassez, plantas frutíferas e plantas ornamentais. Por certo, estabelecer o equilíbrio entre os saberes tradicionais e os conhecimentos científicos deve ser uma prática central nos projetos de patrimonialização do território. Embora haja expressividade na concepção de que o turismo conduz ao desenvolvimento local, a construção de roteiros turísticos precisa manter a atenção voltada para os valores e práticas locais. Destacamos, neste caso, o fator invasivo que o turismo pode proporcionar às comunidades locais em conformidade com o que já foi discutido em momentos anteriores desta pesquisa. Em se tratando das comunidades Guarani-Kaiowa do município de Amambai, em grande medida, é passível de identificação o desconforto que uma visita turística não orientada previamente pode gerar nos indivíduos dessas comunidades. Além disso, o turismo pode ser uma prática negativa mediante impactos ambientais provenientes de visitas descontroladas, o que pode ser evitado por meio do planejamento estratégico.

Outros fatores apresentados pelos entrevistados remetem à viabilidade da construção de um inventário histórico e cultural, propício para sedimentar propostas de patrimonialização territorial no município de Amambai. Tais fatores podem ser caracterizados em duas dimensões do patrimônio: Material e Imaterial. Em se tratando dos elementos materiais, temos a culinária tradicional, o uso de madeiras de forma sustentável, as práticas alimentares sustentadas em tecnologias tradicionais de preparo e conservação de alimentos, como por exemplo: o pilão, a carne conservada na lata de banha, o preparo da chipa e sopa paraguaia, arroz carreteiro, charque e guisado de mandioca. Somado a esses elementos materiais

da culinária tradicional há uma quantidade expressiva de doces presentes na memória dos indivíduos e que guardam inalterada a memória da infância, tais como: doce de leite, rapadura, doce de abóbora, doce de jaracatiá, doce de batata-doce, entre outros. Imprimem também na composição da memória as brincadeiras da infância: ciranda cirandinha, passar anel, pique esconde entre outros. Na infância há outros aspectos que simbolizam a vivência tradicional e que compõem o patrimônio material de Amambai: pescaria, futebol com bola de meia, caça, disputa de corridas a pé e cavalo, entre outros. No que concerne ao patrimônio imaterial, as entrevistas colocaram em evidência estilos musicais, como, por exemplo, o sertanejo, a moda de viola, música gauchesca, música paraguaia entre outros. As crenças populares também compõem o universo da cultura imaterial de Amambai, constituindo-se tanto no campo espiritual como nas superstições que agregam vias explicativas aos fenômenos cotidianos. Em suma, os elementos históricos e culturais filtrados pelas entrevistas acessaram as memórias individuais que, quando aproximadas, estabelecem conteúdos significativos da memória coletiva (HALLBWACHS, 1990). Tais conteúdos, mesmo que pré-existentes no campo da racionalidade, quando compreendidos à luz do contexto das comunidades tradicionais formadoras do campo cultural de Amambai, tornam-se propulsores das práticas viáveis de planejamento e patrimonialização. De acordo com as ideias de Buarque (1999, p. 52), já apresentadas nesta pesquisa, o sucesso do planejamento estratégico está diretamente associado com a visão e experiência da sociedade. Por se tratar do caminho da experiência, sem perder de vista a conexão presente neste trabalho entre o coletivo e o individual (ELIAS, 1994), as experiências do pesquisador viabilizaram o levantamento de 33 elementos por meio da socioautobiografia. De maneiras semelhantes aos elementos obtidos com as entrevistas, as vivências e experiências do pesquisador contribuem para o enriquecimento dos conteúdos significativos inerentes às bases da patrimonialização territorial conjugada com o planejamento estratégico.

Junto a isso, tais elementos podem ser classificados em materiais e imateriais, tendo em vista que a separação de um elemento específico nessas categorias é resultado de uma didática metodológica, uma vez que o mesmo elemento reflete de maneira diversa em ambos os campos. A título de exemplificação, tomamos o elemento que primeiro aparece na socioautobiografia:

cavalo piqueteiro. O cavalo piqueteiro remete a um elemento material extremamente significativo das comunidades tradicionais que é a domesticação de animais para o melhoramento da qualidade de vida dessas comunidades em diferentes momentos. O cavalo é parte das tecnologias de produção dos recursos materiais destinados para a sobrevivência da comunidade, com ênfase para a produção de alimentos e o deslocamento, em especial nos casos de urgência relacionados com a saúde. Apesar de ser um elemento material, o cavalo enquanto animal domesticado remete também a um valor cultural de caráter imaterial, isto é, os saberes construídos ao longo do tempo e disponibilizados em uma época específica que embasam a domesticação de animais. Estes saberes pertencem a um quadro singular da cultura tradicional e, além de transmitidos, são utilizados para a visibilidade da identidade de um povo em festas, comemorações, eventos esportivos, educação de crianças e adolescentes. Assim, compreendemos os possíveis desdobramentos da identidade cultural com o passar do tempo. Remetemos este fator às concepções de HALL (2006), com base nas quais é possível a apreensão da desconstrução, reconstrução e, portanto, da ressignificação cultural que perpassa as comunidades em diferentes épocas. Nota-se que o uso de animais domesticados para o processo de produção de alimentos foi, em grande medida, extinto em nossa época, mas permanece a imagem do animal domesticado dentro da nossa cultura, que pode ser visualizada em Amambai nas hípicas, desfiles comemorativos e no 17º Regimento de Cavalaria Mecanizada, unidade do Exército Brasileiro presente no município de Amambai.

Ainda sobre a dimensão econômica, temos a erva mate, a qual sustentou o ciclo econômico extrativista na primeira metade do século XX. Hoje, apesar dos inúmeros esforços de readequação da planta ao espaço econômico consolidado no meio agrícola de larga escala basicamente pela soja e pelo milho, mantém-se como um elemento cultural nas práticas do chimarrão e nas rodas de tereré. Isto remete a um aspecto também presente na tradição que antes incorporava os processos econômicos e hoje situa-se em maior grau na esfera cultural: os processos realizados de forma coletiva. De maneira inversa, temos o espaço da Curussú-Ambá que outrora era permeada por elementos culturais e hoje encontra-se, quase que de maneira restrita, situada na produção econômica. Todavia, outros elementos sinalizam para o ambiente da desconstrução, reconstrução e

ressignificação entre as esferas econômicas e cultural: pilão, naco de fumo, frutos do campo e do mato, roupas confeccionadas pelas pessoas com saberes tradicionais (em grande medida pelas mulheres), entre outros.

Em meios aos 33 elementos identificados com a socioautobiografia, destacam-se ainda aqueles que foram ressignificados e, com isso, perderam espaço nas práticas hodiernas: castigo corporal, matar a galinha como forma de intervenção na saúde, grilagem de terras, escassez de recursos da medicina ocidental para tratamento de saúde, uso de tecnologias mecânicas no deslocamento como, por exemplo, o uso de balsa, o temor irracional pelos fenômenos naturais, entre outros.

Há ainda nesse cenário elementos que foram potencializados no contexto histórico e cultural da realidade social de Amambai como, por exemplo, a educação formal por meio da ampliação do número de escolas, a convivência entre indígenas e não indígenas, mesmo que em muitos casos de maneira conflituosa e estigmatizada, o apreço pelos animais pertencentes à fauna local, mesmo que de maneira incipiente. Junto a estes aspectos, ocorrem com maior intensidade a degradação da flora e da fauna com base na quimificação do território utilizada pela moderna agricultura extensiva, o que representa um fator de entrave para a patrimonialização territorial, embora usufrua de centralidade na dimensão econômica.

Há casos específicos que precisam ser superados com planejamento e políticas públicas. Além da degradação ambiental, é necessário reverter a imagem da fronteira diretamente associada à criminalidade e ao narcotráfico. Em contraposição as imagens negativas, o planejamento deve enaltecer e elevar elementos da cultura indígena, possibilitando a maior visibilidade do artesanato e das práticas Guarani-Kaiowá que permeiam, mesmo que ainda de maneira invisível, a realidade de Amambai. Em resumo, a pesquisa aqui realizada traz à tona elementos carregados de positividade e que quando aproximados e ampliados servirão de conteúdo satisfatório para a patrimonialização territorial. Por conseguinte, colocamos em destaque os elementos negativos que precisam do planejamento estratégico para sua superação. Acreditamos que, no conjunto

desses elementos, há espaço fecundo para a criação e implantação de projetos sustentáveis para a melhoria da qualidade de vida da população de Amambai.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação aqui apresentada, além de servir como motivação e perseverança diante de tantas adversidades encontradas no percurso do Mestrado, traz uma nova perspectiva na reinterpretação dos fatos da realidade do município de Amambai. A reconstrução e ressignificação dos aspectos culturais se deu a partir de diálogos com teorias, metodologias, lembranças de experiências, conversas com professores, arguidores, orientador e com pessoas com longa vivência e memória coletiva incorporadas às suas lembranças sobre a realidade histórica e cultural de Amambai.

Em outras palavras, a realização da presente pesquisa coloca em sintonia meus anseios pessoais com reflexões científicas e memórias de vivências e experiências coletivas em direção a novas possibilidades para planejar os recursos de patrimonialização do território de Amambai mediante o desafio presente e futuro do desenvolvimento local.

Este trabalho poderá contribuir como subsídio acadêmico para a implantação de ações voltadas ao desenvolvimento, sejam elas formuladas a partir de políticas públicas, organização da sociedade civil, empenho de iniciativas privadas ou em ações futuras de extensão da universidade e, principalmente, no fortalecimento de metas com base de parceria entre diferentes atores sociais.

Do mesmo modo que é próprio da produção acadêmico e científica, esta pesquisa não se esgota nas linhas aqui apresentadas, pois certamente abre um conjunto de caminhos possíveis para futuros estudos, ações sociais e construções destinadas ao planejamento estratégico do desenvolvimento territorial.

Com relação ao seu impacto social, acreditamos que são inúmeros os resultados que essa pesquisa poderá promover para a melhoria da qualidade de vida da população de Amambai, bem como de outras localidades que anseiam pela dedicação ao melhoramento de suas condições e potencialidades.

Quanto ao aspecto intelectual, a realização deste trabalho, além de propiciar a reinterpretação de um conjunto de questões histórico-culturais, despertou o interesse pela construção de projetos futuros direcionados para aperfeiçoar a

formação em nível de doutorado. Nas entrelinhas das questões levantadas e analisadas, emergiram uma série de outras questões que despertaram o interesse em investigações futuras acerca da realidade econômica, cultural, territorial e das percepções do desenvolvimento regional.

Em se tratando do aspecto pessoal, a interdisciplinaridade na visão da realidade social promoveu o despertar do interesse por uma percepção holística e humanista do mundo, em especial na nossa época fortemente demarcada por visões fragmentadas da realidade. Este fator é notório na dimensão formativa dos indivíduos em nossa época, bem como no exercício profissional nos mais diferentes e variados setores da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- AQUINO, Márcio; CENTENARO, Moisés; MARTINS, Romildo Camargo; BRITO, Aline Robles. “Identidade cultural e transterritorialidade: A erva-mate como elemento histórico na formação Identitária da Fronteira Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY).” In: **VIII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**: Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017.
- ASATO, Thiago Andrade [et. al.]. “Rota de Integração Latino-Americana (RILA) para o desenvolvimento turístico.” In: **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 20, n. especial, p. 45-56, 2019.
- ASSUNÇÃO, Alexandre Vergínio; ARNONI, Rafael Klumb; JÚNIOR, Luiz Antônio Pereira Machado. “Uma cultura mutante: o chimarrão e seus artefatos analisados sob o viés do design vernacular e do imaginário.” In: **Poliedro**, Pelotas, v. 01, n. 01, p. 29-47, 2017.
- BARBOSA, Ana Luísa Morais. “**Deus Explicado é Deus Diminuído**” – da superstição à teologia popular: um estudo da religião no povo em Luís da Câmara Cascudo. Juiz de Fora: UFJF, 2016.
- BATBRASIL. “O tabaco na história: Originário dos Andes Bolivianos, o tabaco está presente na sociedade há pelo menos seis séculos.” In: **BatBrasil**. Disponível em: http://www.batbrasil.com/group/sites/SOU_AG6LVH.nsf/vwPagesWebLive/DO9YDBCK, consulta realizada em 06 de março de 2021.
- BERNARDO, Luzimar Soares. “A Patrimonialização das Comunidades Tradicionais: Um estudo sobre os pescadores artesanais da Praia de Copacabana.” In: **XXV Encontro Estadual de História da ANPUH/SP**, 2020. Disponível em: https://www.encontro2020.sp.anpuh.org/resources/anais/14/anpuh-sp-erh2020/1588105340_ARQUIVO_d1fb9467201d09c121fbe79cb53c5f7f.pdf
- BIRD-DAVID, Nurit. “‘Animismo’ Revisitado: Pessoa, Meio Ambiente e Epistemologia Relacional.” In: **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 19, n. 35, p. 93-171, jan./jul. 2019.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 6 ed. São Paulo: Schwarcz, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Organização: Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Petrópolis, Vozes, 1998.
- BUARQUE, Sergio C. **Metodologia de planejamento e desenvolvimento local e municipal sustentável**: material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos de planejamento local e municipal. Brasília, DF: Ministério Extraordinário de Política Fundiária, 1999.
- BRASIL. Ministério Meio Ambiente: **Agrobiodiversidade e diversidade cultural**. MMA – Brasília: MMA/SBF, 2006.
- BUBER, Martin. **Encontro**: fragmentos autobiográficos. Petrópolis: Vozes, 1991.

BUSON, Carlos; ZAMBERLAN, Carlos O. “Rescate de caminos históricos como pauta de desarrollo sostenible. El camino para los yerbales, una ruta cultural de integración binacional.” In: **Revista Desenvolvimento, Fronteiras e Cidadania**, v. 2, n. 1, p. 11-16, abr. 2018. Disponível em: <<https://periodicosonline.uems.br/index.php/fronteiracidania/article/view/2625>> Acesso em: 20 maio 2021.

CABRAL, Diogo de Carvalho; CESCO, Susana. “Notas para uma história da exploração madeireira na mata atlântica do sul-sudeste.” In: **Ambiente & Sociedade**. Campinas, V. XI, N. 1, p.33-48, jan.-jun. 2008.

CAETANO, João Evanio Borba. **A Música Como Indutora de Desenvolvimento Local**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS/UEMS), Ponta Porã/MS, 2016.

CALVIMONTES, Jorge; RANCA, Gabriella Almeida; FERREIRA, Lúcia da Costa. “Processos de patrimonialização e suas contradições: território, identidade e uso dos recursos naturais no Parque Estadual da Serra do Mar.” In: CARVALHO, Aline Vieira de; ESPEJEL, Benjamin Ortiz; JULIANO, Tiago. **Perspectivas patrimoniais: natureza e cultura em foco**. Curitiba: Editora Prismas, 2018.

CANCLINI, N. G. **Cultura transnacional y culturas populares**. São Paulo: ECA/USP, 1989.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARVALHO, Ana Filipa Estêvão de. **Reafirmar a Identidade Cultural Local: o Património Cultural Imaterial Local como Recurso**. Dissertação de Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária. Instituto Politécnico de Lisboa, Lisboa, 2014.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura – a sociedade em rede**. 7 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CERVO, Amado L; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice, 2007.

COELHO, Miguel Alexandre Batista. **Religiosidade popular: tradições, práticas e mitos**. Dissertação de Mestrado, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2017.

CORCUFF, P. “O coletivo ante o desafio do singular: falando sobre habitus”. In: VISSER, R; JUNQUEIRA, L. (org.). **Dossiê Bernard Lahire**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2017, p. 169-200.

CORREIA, M. C. B. “A observação participante enquanto técnica de investigação.” In: **Revista Pensar Enfermagem**. Vol. 13, N.º 2, p.30-36, jul/dez 2009. Disponível em: www.pensarenfermagem.esel.pt/files/2009_13_2_30-36.pdf. Acessado em: 11/04/2021.

COSTA, Cristiane do Nascimento Borges da. **O conhecimento tradicional das parteiras: um estudo na comunidade Kalunga Ema, Teresina/GO**. Planaltina-DF: UNB, 2015.

COSTA, Everaldo Batista da. “Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia”. In: **Revista Colombiana de Geografía**, Vol. 26, n.º 2, jul./dic., 2017.

CRESPO, Jeanne Cristina Menezes. “Reflexões sobre a patrimonialização das paisagens no quadrilátero ferrífero de Minas Gerais.” In: **Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016. Disponível em: <https://enanparq2016.files.wordpress.com/2016/09/s34-02-crespo-j.pdf>

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Teorias do desenvolvimento**: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países. Curitiba: Editora CRV, 2017. 238 p.

_____. **Patrimônio Territorial**: Abordagens Teóricas e Indicativos Metodológicos para Estudos Territoriais. In: Revista Desenvolvimento em Questão. Editora Unijuí, Ano 18, n. 52, jul./set., 2020.

DALLABRIDA, Valdir Roque; SIEDENBERG, Dieter Rugar; FERNÁNDEZ, Víctor Ramiro. “Desenvolvimento a Partir da Perspectiva Territorial”. In: **Revista Desenvolvimento em Questão**, Editora Unijuí, ano 2, n. 4, jul./dez., 2004.

DANTAS, Rafael. “Você sabe o que é rurbanização?” In: **Revista Algomais**, publicado em 22/07/2019. Disponível em: <https://revista.algomais.com/urbanismo/voce-sabe-o-que-e-rurbanizacao>, consulta realizada em 15 de junho de 2021.

DE DAVID, Cesar. **Antropologia das populações rurais**. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, UAB, 2017.

DIAS, Albertino Fachin. **Blog: Amambai Patrimônio da União de um Povo**. Disponível em: <https://Amambaipatrimoniouniao.blogspot.com/p/amambai-patrimonio-da-uniao-de-um-povo.html>, consulta realizada em 01 de junho de 2021.

DUQUEVIZ, Beatris Camila. **A Rurbanização como Política Social em Gilberto Freyre**. Dissertação Mestrado. Instituto de ciências humanas e sociais, programa de pós-graduação de ciências sociais em desenvolvimento, agricultura e sociedade, UFRRJ, 2006.

ELIAS, Norbert. **O Processo civilizador**: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

_____. **Mozart**: sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

_____. **Norbert Elias por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

FACHIN, Viviane Scalon; RODRIGUES, Marinete A.Z. “Patrimônio Histórico Cultural de Amambai: Os Caminhos e Lugares da Memória Social.” In: FACHIN, Viviane Scalon; RODRIGUES, Marinete A.Z.; DEFFACCI, Fabricio A. (orgs.). **Amambai: 70 anos de história**. Dourados-MS: Seriema, 2018. Disponível em: <http://www.amambai.ms.gov.br/noticias/livro-amambai-70-anos-de-historia>

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 1987.

FIGUEIREDO, Marina Dantas de; CAVEDON, Neusa Rolita. “Os efeitos da patrimonialização sobre as formas de fazer, criar, viver, organizar e consumir o artesanato tradicional.” In: **XXXVI Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro-RJ, 22 a

26 de setembro de 2012. Disponível em:
http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_EOR146.pdf

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2006.

GARCIA, Daniela Sottili. **Identidade cultural e imagem turística projetada da cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013.

GARUBA, Harry. **Explorações no realismo animista: notas sobre a leitura e a escrita da literatura, cultura e sociedade africana**. Nonada: Letras em Revista, vol. 2, núm. 19, outubro, pp. 235-256, 2012.

GAZETA NEWS. **Rotary Clube promove 1ª Festa do Prato Típico de Amambai neste sábado**. Amambai, 2018.
<https://agazetanews.com.br/noticia/cidade/145210/rotary-club-promove-1a-festa-do-prato-tipico-de-amambai-neste-sabado>, consulta realizada em 02 de maio de 2021.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOFF, Jacques Le. **Reflexões sobre a história**. Lisboa: Edições 70, 1986.

HABERMAS, Jürgen. **Conhecimento e Interesse**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HERRIG, Fabio Luiz de Arruda. **Rafael Barrett: Um intelectual sem pátria (1876-1910)**. Tese de Doutorado em História. Dourados: UFGD, 2019. Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>, consulta realizada em 02 de maio de 2021.

LACERDA, L. Barboza. “Cooperação, solidariedade e autogestão enquanto ferramentas para emancipação social de comunidades da Amazônia brasileira e o caso dos Indicadores de Bem-Estar para Povos Tradicionais (IBPT).” In: **Mundo Amazônico**, V.9, N.2, p.87-110, 2018.

LANDER, Eduardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

LAHIRE, Bernard. **A cultura dos indivíduos**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

_____. **O homem plural: as molas da ação**. Petropolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. **Retratos sociológicos: disposições e variações individuais**. Porto Alegre: Artmed, 2004

LIMA, Vanuza Ribeiro de; MARINHO, Marcelo; BRAND, Antonio. “História, identidade e desenvolvimento local: questões e conceitos.” In: **História & Perspectivas**, Uberlândia (36-37):363-388, jan/dez., 2007.

MACHADO Jurema. “A diversidade cultural e o enfrentamento da desigualdade”. In: BARROS, José Márcio; KAUARK, Giuliana (orgs.). **Diversidade cultural e desigualdade de trocas: participação, comércio e comunicação**. São Paulo: Itaú Cultural; Observatório da Diversidade Cultural: Editora PUCMinas, 2011.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MASSAROTTO, Natália Prado. **Diversidade e uso de plantas medicinais por comunidades Quilombolas Kalunga e urbanas, no nordeste do Estado de Goiás – GO, Brasil**. Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Faculdade de Tecnologia, 2009.

MÁTTAR, Jorge; PÉREZ, Luis Riffo. “Notas sobre o desenvolvimento regional na América Latina e no Caribe e os desafios para a mudança estrutural com igualdade.” In: **Boletim regional, urbano e ambiental (IPEA)**, N.11, jan/jun, p.11-16, 2015.

MOCELLIM, Alan Delazeri. “A comunidade: da sociologia clássica à sociologia contemporânea.” In: **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 17, n. 2, pp.105-125, 2011.

NEGLIA, Renata Mota. **Criança e Natureza: uma análise de sites de escolas de Educação Infantil**. Porto Alegre: UFRGS, 2019.

PALMA, Rogério da. “Fluxos (i)migratórios na composição da população amambaiense.” In: FACHIN, Viviane Scalon; RODRIGUES, Marinete A.Z.; DEFFACCI, Fabricio A. (orgs.). **Amambai: 70 anos de história**. Dourados-MS: Seriema, 2018. Disponível em: <http://www.amambai.ms.gov.br/noticias/livro-amambai-70-anos-de-historia>

PAVÃO, Sônia; LOPES, Inair; VILHARVA, Kellen Natalice; PEDRO, Marildo da Silva; GISLOTI, Laura Jane. “Plantas medicinais dos povos kaiowá e guarani como possível prática complementar no enfrentamento dos Sintomas da covid-19: conhecimento tradicional como Arma contra a pandemia.” In: **Revista Brasileira de Agroecologia**, Vol. 15, Nº 4 Esp., 2020.

POULAIN, Jean-Pierre. **Sociologias da alimentação**. Florianópolis: UFSC, 2004.

PRIETO, Gustavo. “Nacional por usurpação: a grilagem de terras como fundamento da formação territorial brasileira.” In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (et. al.). **A grilagem de terras na formação territorial brasileira**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

POMBO, Olga. **Interdisciplinaridade, humanismo, universidade**. Porto: Campo das Letras, 2004.

RAMOS, Gilmara Cristina. **Turismo e Meio Ambiente**. São Paulo: UniFMU, 2004.

REPETTO, Maxim. **O conceito de Interculturalidade: trajetórias e conflitos desde América Latina**. In: Textos e Debates, Boa Vista, n.33, p. 69-88, jul./dez. 2019.

RODRIGUES, Elaine Telles. **Frutos do cerrado a influência dos frutos do cerrado na diversificação da gastronomia**. Brasília-DF: UnB, 2004.

SANTOS, Christian Fausto Moraes dos; BRACHT, Fabiano; CONCEIÇÃO, Gisele Cristina da. “Esta que “é uma das delícias, e mimos desta terra...”: o uso indígena do tabaco (*N. rustica* e *N. tabacum*) nos relatos de cronistas, viajantes e filósofos naturais dos séculos XVI e XVII.” In: **Topoi**, v. 14, n. 26, p. 119-131, jan./jul. 2013.

SEGATA, Jean [et al.]. **Populações tradicionais, ambientes e transformações**. Natal, RN: EDUFRRN, 2018.

SILVA, Alzira Nogueira da. “**Pegando vida nas mãos**”: um olhar etnográfico sobre Saberes e práticas das parteiras tradicionais nos circuitos do Amapá em mudanças. Fortaleza: UFC, 2005.

SILVA, Catia Antonia da. “História social da pesca e da modernização espacial do Rio de Janeiro: a árdua tarefa de periodizar os eventos.” In: **Rev. Tamoios**, São Gonçalo (RJ), ano 11, n.1, pág. 2-19, jan/jun. 2015.

SILVA, Sandra Siqueira da. “Patrimonialização e Desenvolvimento”. In: **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos, IPEA**, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area1/area1-artigo5.pdf>

SIQUEIRA, Ranyella de; CARDOSO, Hélio. “O conceito de estigma como processo social: uma aproximação teórica a partir da literatura norteamericana”. In: **Imagonautas**, V.2, N.1, p.92-113, 2011.

SOBRINHO, Almiro Pinto. **Amambai**: memórias e história de nossa gente. São Carlos: Pedro & João, 2009.

SONAGLIO, Cláudia Maria; ZAMBERLAN, Carlos Otávio; BUSÓN, Carlos. “Patrimonialização como estratégia de desenvolvimento Regional: uma proposta para o “caminho para os ervais”. In: **Profanações**. Ano 7, n. esp., p. 43-60, fev. 2020.

SONATI, Jaqueline Girnos; VILARTA, Roberto; SILVA, Cleiliane de Cassia; “Influências Culinárias e Diversidade Cultural da Identidade Brasileira: Imigração, Regionalização e suas Comidas.” In: MENDES, Roberto Teixeira; VILARTA, Roberto; GUTIERREZ, Gustavo Luis (Orgs.). **Qualidade de Vida e Cultura Alimentar**. IPES EDITORA, Vol. 1, pp.137-147, 2009.

SPIGOLON, Nima I. “Mozart sob a regência de Elias: re-interpretando discussões e configurações.” In: **Revista Educação Pública**. Cuiabá, v.24, n.55, p. 273-277, jan./abr. 2015.

TAVARES, Thiago Rodrigues. “A religião vivida: expressões populares de religiosidade.” In: **Sacrilegens**, Juiz de Fora, v. 10, n.2, p. 35-47, jul-dez, 2013.

TOLEDO, Victor M. “Povos/Comunidades tradicionais e a biodiversidade.” In: LEVIN, S. et al., (eds.). **Encyclopedia of Biodiversity**. Academic Press, 2001.

TREINTA, Fernanda Tavares; FARIAS FILHO, José Rodrigues; SANT’ANNA, Annibal Parracho; RABELO, Lúcia Mathias. “Metodologia de pesquisa bibliográfica com a utilização de método multicritério de apoio à decisão”. In: **Production**, v. 24, n. 3, p. 508-520, Jul/Sep. 2014.

TURCHIELLO, Priscila; MACHADO, Fernanda de Camargo; LAZZARIN, Luís Fernando. **Escola, Cultura e Identidade**. Santa Maria-RS: UAB/NTE/UFMS, 2018.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ZANCHI, Verenice. “A importância da herança cultural nos processos de resignificação do alimento e desenvolvimento regional.” In: **XVII Congresso Internacional Fomerco**, 25 a 27 de setembro de 2019. Disponível em: https://www.congresso2019.fomerco.com.br/resources/anais/9/fomerco2019/1570360582_ARQUIVO_f4e95a24f298ae3d8b5c6427c4a6892b.pdf, consulta realizada em 19 de maio de 2021.

ZIANI, Beth; LUCENA, Cibele; MIELNIK, Flavia; GALENDER, Mariana. **Casas do Sertão: Pilão**. Vol. 1. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2020.

ZIMMERMANN, Cirlene Luiza. “Monocultura e transgenia: impactos ambientais e insegurança alimentar.” In: **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v.6, n.12, p.79-100, Jul.-Dez., 2009.